

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

**FOTOGRAFIA RIZOMÁTICA:  
O TRAJETO DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA REVELADO NA  
CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS**

DANIEL MACHADO

Joinville – SC

2020

DANIEL MACHADO

**FOTOGRAFIA RIZOMÁTICA:  
O TRAJETO DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA REVELADO  
NA CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille, na linha de pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
Co-orientadora: Dra. Nadja de Carvalho Lamas

Joinville – SC

2020

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

M149f Machado, Daniel  
Fotografia rizomática: o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca revelado na cartografia de memórias/ Daniel Machado; orientadora Dra. Taiza Mara Rauen Moraes; coorientadora Dra. Nadja de Carvalho Lamas. – Joinville: UNIVILLE, 2020.

209 p.: il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Fotografia – Aspectos sociais. 2. Memória – Aspectos sociais. 3. História oral. 4. Patrimônio cultural. I. Moraes, Taiza Mara Rauen (orient.). II. Lamas, Nadja de Carvalho (coorient.). III. Título.

CDD 363.69

**Termo de Aprovação**

“Fotografia Rizomática: o Trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca revelado na Cartografia de Memórias”

por

Daniel Machado

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

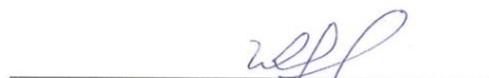
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
Orientadora (UNIVILLE)

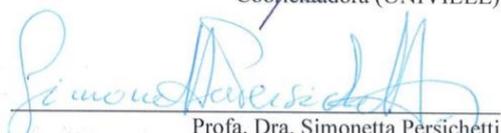
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Nadja de Carvalho Lamas  
Coorientadora (UNIVILLE)

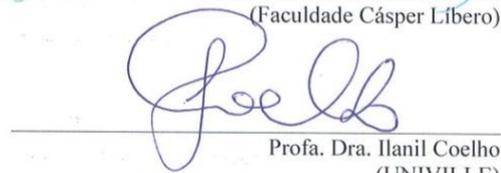
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
Orientadora (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Nadja de Carvalho Lamas  
Coorientadora (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Simonetta Persichetti  
(Faculdade Cásper Líbero)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ilanil Coelho  
(UNIVILLE)

Joinville, 21 de fevereiro de 2020.

“Eu pego nessas fotos e elas carregam a minha história,  
e a minha memória é carregada por essas fotografias.”

Luciane Rank Maia

Habitante da Estrada Imperial Dona Francisca e colaboradora vital desta pesquisa

- À minha esposa, Fernanda, parceira de caminhada.
- Aos meus pais, Gilmar e Maria, por sempre me indicarem os caminhos, mas nunca obrigarem a escolher um.
- Aos habitantes da Estrada Imperial Dona Francisca, com quem tive o prazer de cruzar durante a caminhada e que deixaram nesta pesquisa valiosos rastros de conhecimento.

As palavras que seguem são de gratidão ao percurso que se apresentou para mim e pelo qual percorri até aqui. Nele muitas pessoas e ocasiões foram fundamentais para minhas realizações, claro que algumas são mais nítidas em minha memória, outras, no momento não foram emergidas, o que não significa que não sou grato por elas.

Uma lembrança muito nítida de minha infância é ter meu pai me auxiliando nas tarefas da escola, sempre apresentando possibilidades, mas nunca induzindo minhas respostas, assim também era nas minhas decisões pessoais, nas quais minha mãe tinha a mesma postura, indicando caminhos, mas nunca proibindo ou obrigando a segui-los.

No ensino fundamental, lembro de alguns professores que sempre incentivaram minha tendência para o campo das artes, meus rabiscos nas carteiras da escola, apesar de repreendidos, muitas vezes eram elogiados. Novamente o incentivo de meus pais foi fundamental para alimentar essa afinidade, e ele vinha de maneiras simples, com a compra de pastas para guardar meus desenhos, folhas em branco e lápis especiais. Como meu pai sempre teve ligação com o ramo automotivo, entre meus desenhos de infância os automóveis predominavam, uma paixão que me conduziu a formação em Design com o objetivo inicial de se tornar um designer automotivo. No trajeto da graduação, surgiram as aulas de fotografia e uma nova paixão surgiu, logo nos primeiros seis meses de aula eu queria saber tudo sobre a disciplina, as aulas de revelação me encantaram, era incrível ver uma imagem surgir numa folha em branco e sempre que possível eu inventava interferências no momento da revelação.

A afinidade com a fotografia foi percebida pelo professor João Sobral que me proporcionou o acesso a uma vaga de estágio no estúdio da universidade. Na época eu trabalhava em período integral porém, consegui negociar a redução de carga horária no antigo emprego, viabilizando assim o estágio de período parcial no estúdio fotográfico. Foram apenas três meses de estágio, mas cada tarde dentro do estúdio foi intensamente aproveitada, perdi a conta de quantos objetos e frutas foram fotografados na busca de aperfeiçoamento das técnicas fotográficas, e o ponto alto do estágio foi quando a equipe de marketing da Univille surgiu no estúdio com dois alunos para serem fotografados para a campanha do vestibular e comentaram que o professor João havia falado que eles poderiam confiar a mim as fotografias da campanha. Realizei as fotos e logo elas estavam em diversos materiais de divulgação do vestibular, inclusive em outdoors. Naquele momento tive certeza que a carreira de designer automotivo estava sendo substituída pela de fotógrafo.

Após três meses de vivências como estagiário na universidade, uma amiga me indicou para um fotógrafo de casamentos que estava necessitando de um estagiário. Ouvi a proposta e na semana seguinte já estava estagiando em novo endereço. Durante o estágio pude

conhecer o ramo da fotografia de casamentos, o que não me atraiu, meu interesse permanecia em unir fotografia e design e eu vislumbrava isto acontecendo no ramo da fotografia de produtos e na fotografia publicitária em geral. Apesar de não ter afinidades profissionais com a fotografia de casamento, o estágio com Vanderlei Kupicki foi produtivo, aprendi técnicas e sobre questões administrativas, e o vínculo empregatício durou quatro anos, se transformando em uma grande amizade. Foi neste estúdio, que executei o primeiro trabalho de “fotografia de produto” que possibilitou adquirir os equipamentos que me deram autonomia na fotografia e abriu perspectivas para o trabalho independente.

Foi nesse período também que decidi cursar uma especialização em fotografia para aprimorar meus conhecimentos, pois percebia que minha fotografia teria que ser redimensionada para se destacar no mercado. Nesse período, o incentivo e apoio de minha família, pai, mãe e irmão foi fundamental.

Concluí a especialização e poucos meses depois uma grata surpresa, recebi o convite da professora Fernanda Pozza, na época coordenadora do Curso Superior de Fotografia da Univille, para lecionar a disciplina de Fotografia Publicitária. Como já vinha realizando alguns cursos particulares de fotografia e estava gostando da ideia de lecionar, aceitei o desafio e assumi a disciplina e outras no curso de Design, criando um vínculo que permanece até hoje. Nesta jornada reencontrei pessoas que haviam sido meus professores e que agora eram colegas de trabalho, profissionais extremamente humanos que sempre me incentivaram a seguir o trajeto acadêmico.

A volta para a universidade ocorreu após a cavalgada relatada nesta pesquisa, ou seja, neste período eu já havia me encontrado com a proposta de fotografia documental, e ao saber do meu interesse, Karla Pffeifer foi uma grande incentivadora para que eu inscrevesse meu primeiro projeto para o Sistema Municipal de Desenvolvimento da Cultura - SIMDEC/Joinville/SC e Alena Marmo Jahn contribuiu – e ainda hoje contribui – imensamente para meu desenvolvimento artístico.

Foi também neste período que meu caminho encontrou o caminho de Fernanda Ortiz, minha esposa, companheira de projetos culturais e de vida. Esse encontro me presenteou com alguém para amar e para juntos aumentarmos nosso amor pela arte, cultura e educação.

Foram esses encontros – e outros que no momento não recordo – que me trouxeram até o Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, no qual pude conhecer pessoas incríveis e uma vastidão de conhecimento presente nos colegas de classe e professores, dos quais é necessário destacar minha orientadora Taiza Mara Rauen Moraes e minha co-orientadora Nadja de Lamas Carvalho, professoras e colegas que em meio a tantos

caminhos possíveis caminharam junto comigo para cartografar os resultados dessa dissertação.

Foram dois anos intensos que possuem espaço especial em minha memória, porém, a intensidade do que vivi nestes dois anos cartografando esta dissertação, exigiu que eu estivesse distante de algumas pessoas e momentos dos quais não terei memória, por isso, minha gratidão a todos amigos e familiares que compreenderam minha ausência a tantos encontros, aniversários, passeios.

No mais, sigo cartografando a vida a espera de novos encontros, alguns esperados, outros nem tanto. Hoje, dia em que escrevo estes agradecimentos é um dia especial, estou tendo vivências na Amazônia, a poucos metros do Peru, por meio de um projeto com a Omunga – Grife Social e Instituto, sendo absorvido pelo mundo mágico de relatos sobre Curupira, encantos do boto, Mãe d'água, encontrei-me com indígenas Marubo e professores incentivados a desenvolver a educação de uma cidade. Momentos de grande significância que continuam a me moldar. Momentos que, como tantos outros já vividos, serei sempre grato, mesmo se vier a esquecer.

## RESUMO

A dissertação *Fotografia Rizomática: o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca revelado na cartografia de memórias* está vinculada ao Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), na linha de pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, e ao Grupo de Pesquisa *Imbricamentos de Linguagem* (CNPq), coordenado pela professora Dra. Taiza Mara Rauen Moraes. Tanto a linha quanto o grupo de pesquisa foram fundamentais para o aprofundamento necessário no desenvolvimento do pensamento aqui apresentado que tem como foco duas frentes, o movimento da fotografia rizomática que se faz a partir de cartografias de memórias como problematização teórica e metodológica, e o estudo cultural acerca das relações e identificações dos habitantes da Estrada Imperial Dona Francisca, caracterizado como objeto da pesquisa. O movimento de fotografia rizomática é pensado a partir do conceito de rizoma apresentado por Deleuze & Guattari (2011) e propõe uma ferramenta de pesquisa sociocultural a partir de fotografias familiares e as narrativas de memória produzidas pelos proprietários das fotografias, os quais são apontados como narradores a partir de Walter Benjamin (1994). As narrativas produzidas pelos habitantes da Estrada foram observadas a partir da metodologia de História Oral, pautada em autores como Portelli (2014), Alberti (2013) e Meihy e Holanda (2018) e suas memórias são compreendidas como recordações formuladas e moventes, ajustáveis e impulsionadas por fatores presentes. Aleida Assmann (2011) e Jan Assmann (2016) fundamentam a formulação da memória e as identificações a partir da mesma. A fotografia, em especial a dialogia presente na fotografia de família é discutida sob a luz de André Rouillé (2009) que também orienta outras questões relacionadas a fotografias, algumas que encontram similaridade com o pensamento de Didi-Huberman (2012). O movimento de fotografia rizomática é aplicado no desenvolvimento de uma cartografia de memórias dos habitantes da Estrada Imperial Dona Francisca, em uma pesquisa com nove habitantes realizada no trajeto de 150 km da Estrada, em todas as cidades por quais o trajeto passa: Joinville, Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra. A pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas de História Oral que revelam fatores relacionados à vivência dos habitantes, práticas, representações e expressões consideradas pela UNESCO (2003) como patrimônio cultural.

**Palavras chave:** Imbricamentos de linguagens, memória, fotografia, cartografia, Estrada Imperial Dona Francisca

## ABSTRACT

The dissertation *Rhizomatic Photography: the route of Estrada Imperial Dona Francisca revealed in the cartography of memories* is linked to the Master in Cultural Heritage and Society of the Universidade da Região de Joinville (Univille), in the line of research Heritage, Memory and Languages, and to the Research Group Imbricamentos de Linguagens, coordinated by Dra. Taiza Mara Rauen Moraes. Both the line and the research group were fundamental for the necessary deepening in the development of the thought presented here that focuses on two fronts, the movement of rhizomatic photography that is made from cartographies of memories as theoretical and methodological problematization, and the study about the relations and identifications of the inhabitants of Estrada Imperial Dona Francisca, characterized as the object of the research. The rhizomatic photography movement is based on the rhizome concept presented by Deleuze & Guattari (2011) and proposes a socio-cultural research tool based on family photographs and the memory narratives produced by the owners of the photographs, who are appointed as narrators from Walter Benjamin (1994). The narratives produced by the inhabitants of Estrada were observed based on the Oral History methodology, based on authors such as Portelli (2014), Alberti (2013) and Meihy and Holanda (2018) and their memories are understood as formulated and moving memories, adjustable and driven by present factors. Aleida Assmann (2011) and Jan Assmann (2016) support the formulation of memory and the identifications from it. Photography, especially the dialogic present in family photography, is discussed in the light of André Rouillé (2009) who also guides other issues related to photographs, some that find similarity with Didi-Huberman's (2012) thinking. The rhizomatic photography movement is applied in the development of a cartography of memories of the inhabitants of Estrada Imperial Dona Francisca, in a survey of nine inhabitants carried out on the 150km route of the Road, in all the cities through which the route passes: Joinville, Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho and Mafra. The research was developed based on Oral History interviews that reveal factors related to the inhabitants' experience, practices, representations and expressions considered by UNESCO (2003) as cultural heritage.

**Keywords:** Embrications of languages, memory, photography, cartography, Estrada Imperial Dona Francisca

## **LISTA DE FIGURAS**

Fotografia 1 – Jeanete na varanda de seu apartamento com os gatos Rusko e Faith. Nos fundos, à esquerda, Edifício Deville sendo construído. ....	<b>64</b>
Fotografia 2 – Encontro da família Hoepfner em comemoração aos 125 anos de imigração. ....	<b>65</b>
Fotografia 3 – Dona Jeanete demonstrando seu afeto pelos animais. ....	<b>67</b>
Fotografia 4 – Rua Dona Francisca alagada por enchente. ....	<b>70</b>
Fotografia 5 – Elisa Hoepfner, mãe de Jeanete Brunken. ....	<b>71</b>
Fotografia 6 – Família de Jeanete Brunken ao retornar de uma pescaria. ....	<b>72</b>
Fotografia 7 – Jeanete Brunken na residência de seus pais. ....	<b>74</b>
Fotografia 8 – Família de Jeanete Brunken na casa de campo de seu avô. ....	<b>75</b>
Fotografia 9 – Restaurante Serra Verde. ....	<b>78</b>
Fotografia 10 – Dona Popi (segunda à esquerda), filhos e funcionários da antiga mercearia da família. ....	<b>80</b>
Fotografia 11 – Fachada da antiga mercearia da família. ....	<b>82</b>
Fotografia 12 – Dona Popi (no centro) e amigos em festividade no Restaurante Serra Verde ....	<b>84</b>
Fotografia 13 – Preparativos na cozinha do Restaurante Serra Verde. ....	<b>85</b>
Fotografia 14 – Pelotão de saúde da escola. ....	<b>86</b>
Fotografia 15 – Festa de inauguração do Mercado Clemente. ....	<b>87</b>
Fotografia 16 – Obras de ampliação da Estrada em frente a casa de Luciane Rank Maia...	<b>91</b>
Fotografia 17 – Obras para o novo trajeto da Estrada. ....	<b>92</b>
Fotografia 18 – Luciane com seus avós Aroldo e Hildeburg sob a Estrada. ....	<b>93</b>
Fotografia 19 – Sr. Aroldo Rank em pose sob a Estrada. ....	<b>94</b>
Fotografia 20 – Vista da residência da família Rank com antigo trajeto da Estrada. ....	<b>95</b>
Fotografia 21 – Atividade de corte de madeira para a serraria da família Rank ....	<b>96</b>

Fotografia 22 – Caminhão da família, utilizado para distribuição de madeira.....	97
Fotografia 23 – Caminhão e trator no rancho da família Rank .....	98
Fotografia 24 – Transporte de convidados de casamento realizado em São Bento do Sul, que teve as festividades realizadas na propriedade da família Rank.....	99
Fotografia 25 – Dona Hildeburg (ao centro) e funcionários da serraria em momento após a caça de animais selvagens .....	101
Fotografia 26 – Fotografia de caçada com familiares e amigos da família Rank .....	102
Fotografia 27 – Churrasco para os trabalhadores da obra de ampliação da Estrada. ....	104
Fotografia 28 – Neve caindo na propriedade da família Rank.....	105
Fotografia 29 – Neve caindo sob a serraria da família Rank.....	106
Fotografia 30 – Canaleta de água na serraria da família Rank.....	108
Fotografia 31 – Plantação de pinus da família Rank.....	109
Fotografia 32 – Residência da família Piske .....	111
Fotografia 33 – Hotel Kunde.....	112
Fotografia 34 – Edith, seu cunhado Oswaldo (no centro) e seu marido Ronaldo.....	114
Fotografia 35 – Família Piske na década de 1990. Da esquerda para a direita: Edith, Ronaldo, Márcia e Paulo.....	116
Fotografia 36 – Dona Edith com sua filha Márcia no colo. Ao fundo, obras de ampliação da Estrada Imperial Dona Francisca.....	118
Fotografia 37 – Sobrevoos do Zeppelin na propriedade da família Piske, na época ainda pertencente aos irmãos Schmalz.....	120
Fotografia 38 – Algumas fotografias com o Corcel da família. ....	121
Fotografia 39 – Rancho da família Piske.....	123
Fotografia 40 – Vista aérea da propriedade da família Cubas.....	124
Fotografia 41 – Antiga casa de Alfredo Piske, à beira da Estrada Imperial Dona Francisca. ....	125
Fotografia 42 – Olivar Cubas, sob o caminhão, com carga de carvão. ....	127

Fotografia 43 – Fotografia capturada da janela da casa da família Cubas, com o caminhão comprado em Blumenau e a serraria da família aos fundos.....	128
Fotografia 44 – Olivar Cubas e a esposa Edeltraude Cecília Cubas .....	129
Fotografia 45 – Edeltrolde Cecilia Cubas e Olivar Cubas no dia do casamento.....	131
Fotografia 46 – Sogra de Olivar Cubas. ....	133
Fotografia 47 – Olivar e sua esposa Edeltraud (atrás), com o tio Alfredo e esposa.....	135
Fotografia 48 – Ponte de pedra de 1884 na Estrada Imperial Dona Francisca.....	136
Fotografia 49 – Leopoldo Brüske segurando balde de frutas ao lado de seus cavalos e carroça .....	138
Fotografia 50 – Leopoldo Brüske e suas netas sob seu primeiro caminhão.....	139
Fotografia 51 – Hildegard em feira com produtos produzidos por ela.....	140
Fotografia 52 – Vista aérea da Pousada Ponte de Pedra.....	143
Fotografia 53 – Residência na Pousada Ponte de Pedra.....	144
Fotografia 54 – Família de Hildegard durante piquenique em Joinville .....	145
Fotografia 55 – Hildegard e o filho Helio ordenhando vacas.....	146
Fotografia 56 – Fotografia de matéria sobre carroceiros com Leopoldo Rutzen em destaque. ....	147
Fotografia 57 – Carroceiros e caminhoneiros trafegando na Estrada Imperial Dona Francisca .....	153
Fotografia 58 – Construção de ponte na Estrada Imperial Dona Francisca .....	155
Fotografia 59 – Caminhões e trabalhadores da fábrica de móveis Cimo. ....	156
Fotografia 60 – Carroceiros e carroções.....	158
Fotografia 61 – Tráfego de carroças na Estrada Imperial Dona Francisca .....	159
Fotografia 62 – Acidente com caminhão sobre o rio dor Bugres.....	160
Fotografia 63 – Avós (sentados ao centro) e tios de Bernadete em frente à residência da família.....	162
Fotografia 64 – Carvalho nos fundos da casa da família Gonçalves Peyerl.....	164

Fotografia 65 – Reforma na residência da família Gonçalves Peyerl .....	<b>166</b>
Fotografia 66 – Caminhões da fábrica de móveis Cimo em frente à fábrica. ....	<b>168</b>
Fotografia 67 – Inauguração da ponte sobre o Rio Preto .....	<b>169</b>
Fotografia 68 – Piquenique na região de Rio Negrinho .....	<b>170</b>
Fotografia 69 – Egon Werner retornando da aula, na entrada da casa de seus pais.....	<b>172</b>
Fotografia 70 – Hugo e Marta com os filhos, Hugo, Osmar e Günther. ....	<b>173</b>
Fotografia 71 – Estrutura inicial do Moinho Catarinense com os galpões onde funcionava a barricaria de Hugo Werner aos fundos.....	<b>175</b>
Fotografia 72 – Fotografia aérea do Moinho Catarinense e arredores. ....	<b>177</b>
Fotografia 73 – Folheto de divulgação do Moinho Catarinense. ....	<b>178</b>
Fotografia 74 – Fotografia aérea do Moinho Catarinense.....	<b>180</b>
Fotografia 75 – Günther Werner e um montador vindo da Alemanha para instalar equipamentos no moinho.....	<b>182</b>
Fotografia 76 – Fotografia aérea do Moinho Catarinense.....	<b>183</b>

## ROTEIRO

<b>PÓRTICO</b> .....	18
<b>ABASTECIMENTO</b> .....	28
<i>Potencialidades da fotografia familiar no campo cultural</i> .....	32
<i>Irreversível para contínuo inacabável</i> .....	34
<i>A fotografia como rizoma</i> .....	35
<i>Memórias e narrativas a partir da fotografia</i> .....	38
<i>Muito além da fotografia: um itinerário científico cultural</i> .....	41
<i>O conhecimento pela imagem</i> .....	42
<i>O trajeto da memória calçado na História Oral</i> .....	44
<i>Tempo e memória</i> .....	48
<b>ESCRITOS DA HISTÓRIA E TRAJETO DE MEMÓRIAS</b> .....	51
<i>A Estrada Imperial Dona Francisca nos escritos da história</i> .....	51
<i>A Estrada Imperial Dona Francisca no trajeto de memórias</i> .....	60
348 .....	63
Km 6 .....	77
<i>Km 18</i> .....	89
<i>Km 23</i> .....	111
668 .....	124
2800 .....	136
265 .....	149
412 .....	162
748 .....	171
<b>TRAJETO EM EXPOSIÇÃO</b> .....	184
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	189

<b>ANEXOS.....</b>	<b>192</b>
<b><i>ANEXO 1 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA..</i></b>	<b>192</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>195</b>
<b><i>APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</i></b>	<b>196</b>
<b><i>APÊNDICE 2 – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ.....</i></b>	<b>205</b>

## PÓRTICO

Uma jornada por um trajeto desconhecido é um desafio a ser superado, assim antes de seguirmos estrada adentro, paramos no pórtico de entrada para coletar informações sobre o que iremos encontrar nesse trajeto constituído pelo entrelaçamento entre fotografia e rizoma em permanente metamorfose geradora de fotografias rizomáticas. O fio condutor dessa jornada de descobertas é o conceito de rizoma de Deleuze & Guattari, que propicia novas perspectivas de percepção da fotografia imbricando-a com a metodologia da história oral para cerzir identificações através das memórias manifestadas em decorrência das imagens, como “formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 22), ou seja, artefatos que, a partir de sua superfície ramificada pelos múltiplos elementos que compõe a fotografia, a paisagem, os personagens, vestimentas, objetos, e até mesmo os suportes, o papel; evocam lembranças que se expandem em múltiplos sentidos até a concreção em narrativas.

Compreendemos a fotografia rizomática como um artefato cultural apresentado a partir de coleções específicas, elaboradas por seus proprietários – fotografias de viagens, da casa, dos filhos -, que possibilita e promove múltiplas conexões desencadeadas pelo conteúdo imagético visível e pelo conjunto das narrativas coletadas que apresenta conteúdos orais heterogêneos e conectáveis em diversos pontos na mesma narrativa e coleção fotográfica, bem como com outras narrativas e coleções fotográficas apreciadas no mesmo contexto. Assim percebemos na fotografia rizomática que “cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 22), abrindo-se a diversos sistemas de comunicação utilizados pelos grupos que apresentam suas coleções.

A natureza rizomática da fotografia conduz as memórias e consequentes narrativas por caminhos imprevisíveis, resultados das relações e vivências de cada observador, as quais, como afirma Aleida Assmann, não devemos entender como ficção ou mentira aquilo que não é aderente à “verdade histórica”, mas como “recordações formuladas a partir de padrões interpretativos adquiridos nesse meio-tempo, [o tempo do fato ocorrido e o tempo da recordação] [...] uma contribuição importante para a estabilização das recordações no

desenvolvimento de uma identidade pessoal” (ASSMANN, 2011, p. 275). Uma fotografia, ou um conjunto de fotografias apreciado por pessoas diversas, resultará em memórias diferentes, assim como, a mesma fotografia ou conjunto, apreciado pelo mesmo observador em momentos diferentes, resultará em memórias diferentes. No conceito de Deleuze & Guatarri, são estas multiplicidades as linhas de fuga – aqui, as memórias - que “mudam de natureza ao se conectarem às outras” (2011, p. 25).

Prosseguindo a discussão de conceito de fotografia rizomática, podemos abordar o princípio de “ruptura assignificante” proposto por Deleuze & Guatarri, no qual “um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas” (2011, p. 25). Na observação de um conjunto de fotografias é comum o observador romper sua observação sobre um tema específico e ser atraído por outros temas a partir de outras fotografias, logo, se constata que o tema anterior volta à tona trazido por novas fotografias, produzindo um movimento de rupturas e conexões inesperadas.

Percebemos na observação de conjuntos fotográficos apresentados por quem com eles possui relações, que o princípio de cartografia se faz presente no movimento de observação e apresentação. Não há um roteiro determinado neste movimento e por mais que se busque seguir um caminho, facilmente o narrador é levado para outros rumos, motivado por uma fotografia ou memória inesperada, demarcadores de novos trajetos. Assim também, assimilamos o princípio de cartografia à fotografia rizomática, a qual não se compõem por meio de um modelo estrutural rígido, pois a elaboração cartográfica e as narrativas decorrentes estão “inteiramente voltadas para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30).

O princípio de cartografia proposto por Deleuze & Guattari conduz os movimentos desta pesquisa, pois a cartografia é projetada como “uma forma de desenhar o mundo, por meio do uso de linhas para demarcar, interpretar e reinterpretar seus territórios” (URIARTE, 2017, p. 40), assim sendo nos propomos a investigar um campo que não possui lugar ou tempo fixo, empregando um movimento de pesquisa próprio – a fotografia rizomática -, percebemos que não poderíamos seguir uma estrutura rígida para alcançar os resultados, mas deveríamos nos manter abertos, por todo o trajeto, à multiplicidade da exploração tencionada uma vez que, tanto o campo quanto o movimento de pesquisa necessitavam ser demarcados, interpretados e reinterpretados no caminhar, pois tudo o que der “língua para os movimentos

de desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido é bem vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas” (ROLNIK, 1987, p. 2).

O movimento da fotografia rizomática foi a chave para olharmos para a *Estrada Imperial Dona Francisca* a partir de múltiplos olhares orientados por seus habitantes, percebendo relações e identificações reveladas através de suas fotografias pessoais. Para tanto, foram entrevistados nove habitantes no decorrer do trajeto que vai do centro de Joinville à ponte de ferro Dr. Dinis Assis Henning em Mafra. A coleta de narrativas e de fotografias que apresentam características culturais e dados historiográficos, objetiva em última instância cerzir um histórico da Estrada com foco nas relações dos habitantes, não com o objetivo de “entender”, mas inspirado em revelar, como propõe o movimento da cartografia (ROLNIK, 1987).

A *Estrada Imperial Dona Francisca* possui grande relevância histórica, tanto no âmbito regional quanto nacional, haja visto que ela foi uma das primeiras estradas carroçáveis da América Latina, tendo sua construção financiada pelo império. Sua concepção inicial objetivava a ligação de todo território da *Colônia Dona Francisca*, possibilitando o tráfego e o comércio entre a região do planalto e do litoral, bem como a ligação do porto de São Francisco do Sul com o estado do Paraná (TERNES; VICENZI, 2001).

No decorrer de sua história, a Estrada passou por diversas transformações, desde mudanças em seu trajeto, bem como de finalidades, que antes se destinava mais ao tráfego comercial e hoje, tem seu uso mais voltado para o turismo. A construção e todas as alterações realizadas na estrada impactaram diretamente na vida das famílias que habitam no trajeto da Estrada, assim como, as próprias famílias também efetuaram modificações no panorama do trajeto. Relações que pouco aparecem nas bibliografias existentes sobre a Estrada, por isso, uma pesquisa na qual os habitantes são posicionados como atores principais, e que através da metodologia da história oral desempenham o papel de colaboradores (MEIHY; HOLANDA, 2018), se mostra pertinente na abertura de brechas históricas.

A luz de Benjamin, podemos considerar nossos colaboradores como narradores que “retira[m] da experiência o que ele[s] conta[m]: sua[s] própria[s] experiência[s] ou a relatada pelos outros. E incorpora[m] as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201). Neste ponto, cabe apresentar os personagens que contribuíram com suas narrativas e fotografias para o enriquecimento desta pesquisa, os quais deram corpo

ao conteúdo da segunda e terceira parte do projeto nos oferecendo um trajeto de memórias pela *Estrada Imperial Dona Francisca*.

Em uma apresentação que segue o trajeto da Estrada iniciando em Joinville e rumo à Mafra, assim como a ordem de inserção das colaborações neste trabalho, iniciamos por Jeanete Brunken, 76 anos, habitante da região central de Joinville, logo no início da Estrada, hoje ainda chamada Dona Francisca, porém não mais como estrada neste trecho, mas rua. Conheci Jeanete por intermédio das professoras Karla Pfeiffer e Mariene Coutinho, coordenadoras do Programa Institucional Matur(a)idade da Univille, no qual Jeanete participou por muitos anos. Amante de animais e da natureza em geral, ela habita a região central de Joinville desde muito jovem e contribuiu com relatos sobre as mudanças paisagísticas dos arredores, recordações de brincadeiras de infância, de piqueniques, acampamentos e de passeios para a casa de campo de seu avô que também, localizada nas margens da Estrada, porém, em uma região rural, identificadas pelo seu acervo fotográfico.

Na sequência apresentamos a colaboração de Maria Helena Simm Clemente, 76 anos, popularmente conhecida como Dona Popi. Proprietária de um mercado localizado na Estrada, na região de Pirabeiraba e também habitante da região. Ela sempre esteve envolvida com comércio na região também conhecida como Vila Dona Francisca. Seus pais foram proprietários de comércio que atendia carroceiros e caminhoneiros que trafegavam pela Estrada e após seu casamento continuou no ramo. Quando convidada para participar do projeto, disse não ter muitas fotografias em casa, mas que “daria um jeito”, porém na primeira entrevista, solicitou que fosse levada à algumas casas de amigos da região, onde prontamente foi explicando a ideia do projeto aos moradores e solicitando fotografias, nas quais foram identificadas imagens do comércio familiar. Dona Popi foi apresentada por Luciane Rank Maia, 48 anos, residente no alto da serra, a primeira entrevistada do projeto, pois ela e seu marido Vanderlei Maia já tinham contribuído em meu projeto fotográfico que resultou no livro *Joinville de Serra e Mar*, em 2015 e também colaboraram nesta pesquisa, indicando diversos habitantes da Estrada que poderiam ser entrevistados, bem como nos contatos iniciais, explicando a proposta e inquerindo sobre o interesse em ser entrevistado.

Luciane ressaltou em uma conversa por telefone que estava muito agradecida por poder colaborar com esta pesquisa, pois um de seus maiores desejos sempre foi evidenciar a história da Estrada, e aqui cabe o agradecimento por sua imensa contribuição, pois, sem dúvida os resultados foram mais facilmente obtidos devido a participação dela e de seu

marido. Luciane sempre habitou na beira da Estrada e vivenciou as mudanças ocorridas no trajeto que resultou na alteração da planta de sua propriedade, deixando rastros do antigo trajeto dentro de seu terreno, inclusive uma antiga ponte. Recordou que seu pai, Aroldo Rank, era um apaixonado por fotografia e adorava fotografar as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Ele deixou um acervo fotográfico com muitas capturas que mostram os aspectos da antiga Estrada e as obras que ocorreram na subida da serra, localizada próxima da propriedade. A narrativa de Luciane evidenciou o afeto que ela possui pela Estrada, motivado por ser este o único trajeto possível para a locomoção da família, tanto em direção à Joinville quanto a Campo Alegre.

Alguns quilômetros a frente chegamos à casa de Edith Schultze Piske, 76 anos, a qual encerra a lista de habitantes de Joinville entrevistados para esta pesquisa. Edith e os filhos já haviam sido fotografados para o projeto *Joinville de Serra e Mar*, incentivado pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento Cultural de Joinville (SIMDEC-2015), e ela aceitou prontamente o convite para participar desta pesquisa. A propriedade da família é conhecida na Estrada pelo comércio da raiz forte e já sediou um hotel para os carroceiros, sendo por muito tempo ponto de parada para descanso, mesmo após a desativação do hotel. Nasceu e viveu sua infância e adolescência a apenas um quilômetro do local onde reside hoje, em decorrência vivenciou a transformação da Estrada de um caminho estreito e de terra com muitos buracos e lodaçais, em uma rodovia importante para o desenvolvimento da região norte de Santa Catarina, incluindo o desenvolvimento econômico de sua família que têm como principal fonte de renda a venda de conservas e outros produtos artesanais oferecidos em sua casa para os viajantes que trafegam pela SC-418.

A Estrada sofreu muitas modificações em seu percurso, sendo transformada em rodovia e em muitos trechos, ruas e avenidas, inclusive com alterações do nome original, porém, em alguns trechos as características originais permaneceram, principalmente em regiões rurais onde o trajeto original não se transformou em rodovia, muito provavelmente pelo excesso de curvas da Estrada e por estarem afastadas das regiões centrais das cidades por onde passa, também até o momento não houve investimentos para melhorias consideráveis, como asfaltamento. O trecho onde habita Olivar Cubas, 73 anos, é um destes, o primeiro aliás no sentido Joinville – Mafra, alguns quilômetros após a rodovia adentrar Campo Alegre. Olivar habita no mesmo local desde os 21 anos de idade, quando casou e seu tio Alfredo o convidou para morar na propriedade onde há uma residência construída no

século XIX. Além de habitante da Estrada, Olivar também foi caminhoneiro e conhece muito bem o trajeto por onde trafegou por muitos anos. Muito tímido ao falar, teve o incentivo de sua esposa Maria Cubas para contribuir com suas memórias sobre os carroceiros, caminhoneiros e outras narrativas que envolvem familiares e amigos de trabalho, como o seu Alfredo Rank, avô de Luciane Rank Maia, para quem ele trabalhou transportando madeira. Olivar foi um dos contatos indicados e iniciados por Luciane para a pesquisa que também indicou a proprietária da Pousada Ponte de Pedra, localizada no trajeto original da Estrada, na divisa entre Campo Alegre e São Bento do Sul. A pousada recebeu esse nome porque na propriedade existe uma ponte de pedra construída em 1884, a fim de facilitar o tráfego na Estrada. Hildegard Brüske, 66 anos, é quem administra a pousada e aceitou participar da pesquisa relatando momentos emocionantes de sua história que envolvem a vida simples na lavoura, o diagnóstico de paralisia infantil em uma de suas filhas e a aquisição da propriedade onde hoje existe a pousada. Uma história de superações e transformações para se adaptar às diferentes oportunidades possibilitadas pela Estrada, que vão do período em que seu pai era carroceiro e transportava frutas e legumes para vender em Joinville até o momento atual com o foco no atendimento ao turista que trafega pela Estrada.

O próximo entrevistado no trajeto da Estrada, José Kormann, 78 anos, é doutor em História e contribuiu para esta pesquisa como historiador com seu livro “Histórico da Estrada Dona Francisca”, no trecho citado “A Estrada Imperial Dona Francisca nos escritos da história”, e também como habitante, colaborando para o conhecimento da Estrada Imperial Dona Francisca nos trajetos de sua memória. Kormann habita em um trecho da Estrada que atualmente é nomeado como Rua José Diener, no bairro Oxford em São Bento do Sul, mas sua indignação pelas alterações de nome ocorridas em diversos trechos da Estrada se evidencia em sua narrativa que toma como base as fotografias publicadas em seu livro sobre a Estrada. O contato com Kormann também foi realizado por intermédio do casal Luciane e Vanderlei, e ele aceitou prontamente, apesar de estar em repouso pós-cirúrgico num sítio em Corupá. O entrevistado fez questão de ir até São Bento do Sul para conceder a entrevista no local em que habitou por muitos anos com sua família, de onde observou as transformações da Estrada que desde sua infância lhe trouxe muitas alegrias, principalmente ao observar a evolução dos veículos que por ela trafegavam.

Em Rio Negrinho quem contribuiu para a pesquisa com suas narrativas e dezenas de fotografias armazenadas em diversas caixas, envelopes e armários foi Maria Bernadete

Gonçalves Peyerl, 73 anos, devido o contato realizado por sua filha Debora Peyerl, mestranda da turma XII do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, que ao ouvir a proposta desta pesquisa na disciplina Seminários de Dissertação II, indicou sua mãe que habita o local onde existiu o primeiro hotel de Rio Negrinho, em um antigo trecho da Estrada que teve o nome alterado para Rua Dom Pio de Freitas. As memórias de Bernadete evocaram um tempo em que ela se sentia como uma princesa na casa que após ser transformada em hotel foi adquirida por seu avô e posteriormente por seu pai. A lembrança da infância evocada após ver uma fotografia da fachada antiga do prédio, a lembra como ela admirava as grandes janelas que lhe remetiam a imagem de um palácio. Rememorou a interação entre vizinhos, com piqueniques e recreações na rua, num período onde era possível jogar vôlei ou futebol em frente de casa também são recordados em sua narrativa.

A parada final acontece em Mafra, no Moinho Catarinense, localizado na atual Avenida Nereu Ramos, antiga Estrada Dona Francisca. Egon Werner, 54 anos, um dos diretores do moinho Werner, contribuiu para a pesquisa com suas memórias e narrativas sobre o desenvolvimento da Estrada e do moinho inaugurado por seu avô. Memórias que traçam linhas muito próximas às fotografias disponíveis no acervo da empresa e utilizadas para evocar as lembranças de Egon que viveu sua infância na região local onde se localiza o moinho, com muitas áreas verdes, pastos, poucas casas e uma estrada simples, estreita e de chão batido, hoje um bairro moderno, com prédios, muitas casas e uma larga avenida com canteiro central.

Cada um destes narradores, mesmo que não celebrizados e distantes da visibilidade política e social, está diretamente ligado ao desenvolvimento cultural da Estrada, e a proposta de fotografia rizomática se apresentou um meio eficaz de abrir brechas históricas tornando visíveis fatos e personagens que comumente não seriam evocados “nessas memórias hegemônicas muito fortes que estão consolidadas em arquivos oficiais e em monumentos” (PORTELLI, 2014, p. 201). Vale ressaltar que, como na história oral, as narrativas decorrentes da fotografia rizomática não visam se opor “ao domínio escriturístico moderno” (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 16–17), e sim, possibilitar um olhar sobre outro ponto de vista, “de baixo”, do meio do povo, como no exemplo da narrativa de Máuri citada por Portelli em “A filosofia e os fatos” (1996), como uma alternativa às narrativas impostas e geralmente institucionalizadas que são construídas “do alto”, por quem muitas vezes não teve contato com o povo, mas apenas com documentos oficiais.

Meu interesse em apresentar fatores culturais e histórias de personagens não celebrizados foi aumentando na medida em que me aproximava da área conceituada por Rouillé como “reportagem dialógica” em que o fotógrafo “rompe com a reportagem ‘as pressas’” (2009, p. 182), havendo a

necessidade da duração para que se estabeleça um diálogo prolongado e aprofundado com os modelos [onde os fotógrafos] trocam e dão, pois se inscrevem em ações de caráter mais social do que mercantil, concebidas em favor dos modelos. Dentro dessa estrutura, fotografar não é mais roubar, e posar não significa mais se oferecer inutilmente aos fotógrafos de passagem. O modelo torna-se um ator, um verdadeiro parceiro, um sujeito. A astúcia do ladrão (caçador) de imagens cede lugar à capacidade do fotógrafo em ganhar a confiança de seus modelos-parceiros. (ROUILLÉ, 2009, p. 183)

Ao me aproximar desta área

seguramente menos submetida à dominação do mercado, [em que] a postura dialógica procura produzir o verdadeiro de maneira muitas vezes coletiva e interdisciplinar. Atento as pessoas, preocupado em nunca lhes traír a confiança, e preocupado em coloca-las no centro do processo (ROUILLÉ, 2009, p. 183)

Percebi na fotografia a capacidade de impulsionar narrativas culturais que podem ir além da reprodução do visível, pautada em *tornar visível* “os sem-imagem, excluídos tanto da visibilidade dominante como da vida social e política: os estrangeiros em seu próprio país [fotografando não] ‘as’ coisas ou ‘as’ pessoas, mas os estados de coisas e com as pessoas” (ROUILLÉ, 2009, p. 184).

No pouco tempo dedicado a fotografia dialógica, pude conhecer e retratar culturas que mesmo próximas fisicamente, se tornam distantes por vivermos muitas vezes de forma isolada, contentando-se com o universo comum que nos cerca. O interesse por esta área da fotografia me levou também a conhecer inúmeros fotógrafos que me apresentaram através de seus trabalhos culturas distintas, de lugares distantes e também próximos. Considerando a prática como fotógrafo, apresentada no decorrer do “abastecimento”, também é explanado a forma como a fotografia dialógica surgiu e tornou-se frequente em meus trabalhos. O leitor pode indagar por que o material desta pesquisa são fotografias pessoais dos habitantes da Estrada, e não o meu olhar como fotógrafo para com a relação dos habitantes com a Estrada, numa reportagem dialógica e a resposta está nas palavras de Rouillé, o qual afirma que

nenhuma prática garante uma proximidade semelhante, uma igual fusão com o Outro. Enquanto a reportagem “as pressas” trata o Outro como estrangeiro, como coisa - ou até mesmo, segundo os paparazzi, como “presa” -, e a reportagem dialógica tenta transformar o Outro em parceiro, em autor, no caso da fotografia de família, o operador e o Outro pertencem ao mesmo universo, ao círculo privado da família. (ROUILLÉ, 2009, p. 184)

Assim, uma pesquisa que traz como fonte as fotografias familiares dos narradores, possibilita uma imersão nas memórias e um dialogismo em relação aos fotógrafos

responsáveis pelas fotografias apresentadas, assim como com os personagens presentes nas fotografias. Pessoas que compartilham muito mais do que o evento da fotografia<sup>1</sup>, compartilham suas vidas. Ao utilizar as fotografias pessoais dos narradores, por vezes fotografias de seu tempo e também de tempos passados, deixadas por seus pais ou avós, ampliamos o tempo aparente nas narrativas, posto que o recorte temporal desta pesquisa é o presente, no qual a memória se faz presente, trazendo com ela os períodos que lhe são convenientes.

As fotografias familiares quando apresentadas pelos narradores evocam no próprio ato de apresentação a representação do rizoma; são fotografias rizomáticas desde o momento em que saem das caixas ou envelopes em que estão guardadas e ganham a mesa espalhando-se sem direção certa e sem cronologia. As exceções são os álbuns que parecem ter uma mínima organização cronológica, mas que não impede a apresentação das fotografias na ordem em que o narrador julgar apropriado. O acervo fotográfico familiar quando apresentado evoca memórias que se espalham, novamente, sem ordem cronológica ou direção certa, formando um rizoma de lembranças evocadas fotograficamente.

Nesta pesquisa construída de forma cartográfica, não é possível regrar “nenhum modelo estrutural ou gerativo”, pois trabalhamos em uma “experimentação ancorada no real”, com uma contribuição para a “conexão dos campos” de forma aberta, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”, apresentamos um texto sem capítulos e subcapítulos, mas partes de um todo que se conectam em qualquer ponto. Os títulos e subtítulos são apresentados apenas para cumprir a formalidade acadêmica, mas para evocar maior fluidez, já os subtítulos estão ocultos no texto, sendo substituídos por asteriscos que demarcam suas localizações. Assim começamos com o *Pórtico*; em seguida na Parte 1, o *Abastecimento*, no qual as diversas fontes que abastecem este trabalho são apresentadas, bem como o conceito de rizoma, norteador fundante desta dissertação e os conceitos de fotografia pertinentes à compreensão do tema, subsidiados por questões que abarcam o universo da imagem como um todo, incluindo a ideia de conhecimento pela imagem pautada em Didi-Huberman que é articulada

<sup>1</sup> Sob a luz de Susan Sontag para a qual “uma foto não é apenas o resultado de um encontro entre um evento e um fotógrafo; tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos - interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo.” (2004, p. 21)

com a história oral, metodologia discutida por Portelli (2014), Alberti (2013), Meihy e Holanda (2018), para apresentar as narrativas orais emergidas por fotografias.

Em *Escritos da história e trajetos da memória*, apresentamos o objeto de pesquisa pelo qual percorremos na busca de narrativas de memória a partir de fotografias. Visitamos a história da *Estrada Imperial Dona Francisca* descrita na historiografia escrita, que trata principalmente de sua concepção, reestruturação e manutenção, para então sair em busca das narrativas de memórias dos habitantes da estrada, daqueles que fazem a história no cotidiano, estabelecem e atribuem vínculos de pertencimento à Estrada.

O conhecimento prévio da história da estrada auxiliou na compreensão dos temas levantados pelos narradores, permitindo a “transcrição”<sup>2</sup> das entrevistas voltadas para a abertura de brechas na história da estrada. As “transcrições” são apresentadas em forma de rizomas, nas quais cada fotografia é acompanhada pela narrativa que ela suscitou, podendo também ser conectada a outras narrativas e outras narrativas conectadas entre si e com outras fotografias.

A pesquisa é encerrada com uma exposição descrita na última parte desta dissertação e busca responder ao menos em parte aos questionamentos, apresentando saídas para o uso da fotografia na construção histórica com a junção de fotografias de acervos familiares e a história oral, resultando em narrativas de memórias diretamente ligadas as fotografias, compreendendo o processo, as narrativas e fotografias como rizoma na proposta de Deleuze & Guattari, portanto não buscamos conclusões, mas relações que se ramifiquem e produzam novos conhecimentos sobre o tema pesquisado.

<sup>2</sup> Termo atribuído por Portelli ao “ato de recriação [da transcrição] para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (PORTELLI, 1997, p. 136), partindo das percepções do pesquisador.

## ABASTECIMENTO

O caminhante devaneia sobre a estrada e a travessia, o que vê e o que não vê, o que aprende e o que imagina que sabe, a aparência e a essência, o ser e o devir. [...] Esse é o percurso em que se perde e encontra, forma e transforma. E pode até mesmo reencontrar-se, transfigurado em outro de si mesmo. (IANNI, 2003, p. 27)

A pesquisa desenvolvida de forma cartográfica, como propõem Deleuze & Guattari apresenta os resultados obtidos pela “experimentação ancorada no real” (2011, p. 30), desenhada no caminhar, e o objeto de pesquisa, “uma estrada”, pela qual o pesquisador transita de forma física e figurativa por entre os escritos da história e das narrativas de memória de seus habitantes.

Para o sociólogo Octavio Ianni,

a história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora. Todas as formas de sociedade, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colônias e impérios, trabalham e retrabalham a viagem, seja como modo de descobrir o “outro”, seja como modo de descobrir o ‘eu’. (2003, p. 13)

E aqui temos o descobrimento do “outro” - os habitantes da *Estrada Imperial Dona Francisca* e a própria Estrada - e do “eu”, o pesquisador que se percebe, no processo de dissertação, cartografando a vida a partir de encontros que o conduzem por caminhos não planejados que oferecem metas de vivência, o *hódos-metá* (COSTA, 2014) no qual o caminho (*hódos*) sugere as metas (*metá*) ao invés do tradicional método, pois a partir de metas se percorre um caminho.

Iniciamos a jornada do viajante pelo abastecimento, etapa na qual os recursos necessários para percorrer o trajeto são reunidos não para serem esgotados rapidamente como um combustível durante a jornada, mas para servirem de comburente junto aos elementos encontrados no caminhar.

Os recursos iniciais que desencadearam o processo cartográfico resultante nesta pesquisa foram agregados em 2013, quando fui convidado pelo amigo Hermes Antonio Tonini, para participar de uma cavalgada pela região da Coxilha Rica, abrangendo os municípios de Paineira, Capão Alto e Lages, em Santa Catarina. A cavalgada partiu da fazenda do Segredo, propriedade do integrante, Luis Carlos Cordova, seguiu em grande parte pelos caminhos de taipa utilizados pelos tropeiros, até o Passo de Santa Vitória na divisa com o estado do Rio Grande do Sul, onde as tropas atravessavam o rio Pelotas a nado. Após alcançar

o Passo, voltamos em direção à região central de Lages, percorrendo ao todo aproximadamente 400 km em 10 dias.

Eu aceitei o desafio apesar de nunca ter cavalgado, pois visualizei a possibilidade de passar alguns dias longe da rotina de trabalho, estabelecer boas conversas com meu amigo e com os demais participantes da cavalgada que conheceria, vislumbrando novas paisagens. Para o desafio de cavalgar por 10 dias, caso meu corpo não suportasse a nova experiência, havia um carro de apoio para me socorrer, o que não foi necessário, e me proporcionou viver uma experiência além das minhas expectativas. Como fotógrafo, era inevitável levar uma câmera para registrar essa experiência, porém, confesso que naquele instante, eu que vinha de uma carreira na fotografia publicitária especializada em produtos, planejada tecnicamente, não projetei como prioridade fotografar a cavalgada, mas vivenciá-la intensamente. Mesmo assim, levei um equipamento simples apenas para registrar alguns momentos, como um bom viajante, no caso, cavalgante. E assim se passaram os dias, trajetos e encontros durante a cavalgada. Eu que acreditava que ficaria admirado com as paisagens naturais da região, fiquei realmente vislumbrado com as pessoas que encontramos, surpreendentes em seus estilos de vida, histórias e ensinamentos, e que a cada encontro aumentavam meu encantamento. Fotografava timidamente os encontros, sem querer chamar a atenção, pois não queria que o ato de fotografar interferisse nas relações. Dessa forma, ia capturando os momentos vividos, sem um enquadramento ideal pois, avaliava a fotografia pelos aspectos técnicos e comerciais e partir daquela experiência revisei valores e passei capturar momentos repletos de expressão e sentimento.

A cavalgada chegou ao fim, retornei a Joinville e ao observar as fotografias no computador, fui novamente surpreendido, desta vez pelo que havia capturado. O que eram para ser apenas fotografias de viagem, descomprometidas de propósitos além de registrar uma cavalgada entre amigos, se mostrou para mim algo mais. As fotografias dialogavam sobre a cultura de uma região pouco explorada, falavam sobre a vida de pessoas simples que vivem nesse território e retratavam minha experiência ao cavalgar por este trajeto, onde além de conhecer novas paisagens e pessoas, tive o feliz encontro com o estilo fotográfico que até o momento considerava como “fotografia documental”.

Pautado em autores como Bauret (2000), que indica a noção de “fotografia documental” relacionada à ideia comum de num primeiro momento ser testemunho de uma realidade e posteriormente, uma recordação de existência desta realidade, associando a

fotografia “à tomada de consciência da mudança, do desaparecimento, até mesmo da morte [isto porque] associada inicialmente às grandes expedições, a fotografia constituiu um novo instrumento na descoberta do mundo” (BAURET, 2000, p. 23). Um instrumento que pouco a pouco foi substituindo o caderno de esboços do explorador e complementando as notas dos escritores, “a fotografia permitiu frequentemente mostrar uma imagem, exacta (sic) e minuciosa, uma infinidade de pormenores que, por vezes, precisam de várias páginas de descrição” (BAURET, 2000, p. 25). A fotografia também adentrou, no início do século XX, os campos da arqueologia e da etnologia, sendo utilizada por etnólogos como Lévi-Strauss em suas explorações na América do Sul e Leiris na África, como aponta Bauret. Paralelamente às expedições longínquas, também surgiam trabalhos que exploravam o entorno, visando o inventário patrimonial, como é o caso da Comissão dos Monumentos Históricos da França, que enviou diversos fotógrafos a percorrerem o território francês.

Estes exemplos da associação da fotografia a outros meios de documentação científica levaram à constituição do termo “fotografia documental”. Termo que por algum tempo foi utilizado por este pesquisador e associado ao seu próprio trabalho fotográfico. Porém, como já abordamos, considerando a própria vida como um percurso cartográfico, os encontros com novos atores do cotidiano, principalmente, no meio acadêmico os professores e colegas de estudo, assim como com novos autores, proporciona novas conexões que se ramificam em novos pensamentos. E foram nestes encontros que a utilização do termo “fotografia documental” por este pesquisador, começou a ser reavaliado. Ao conhecer o estudo de André Rouillé, “A fotografia: entre documento e arte contemporânea”, novos pensamentos foram ramificados, e a ideia de reportagem dialética dentro do regime de fotografia-expressão, que inclusive, encontra similaridades com o princípio de cartografia proposto por Deleuze & Guattari, e em contraponto com o documento, a fotografia-expressão “passa do decalque para o mapa: do ideal do verdadeiro e da proximidade para os jogos infinitos das interferências e das distâncias” (ROUILLÉ, 2009, p. 159), passou a ter mais sentido de conexão ao trabalho fotográfico deste pesquisador.

A fotografia-expressão, segundo Rouillé, se apoia principalmente na individualidade do fotógrafo e em seu dialogismo com o tema, no qual o “já-visto não supõe o visto, é o visto que se extrai do já-visto” (2009, p. 159). Vale ressaltar aqui também a especificidade da reportagem dialética dentro do regime da fotografia-expressão, traçada pela relação de parceria entre fotógrafo e o Outro, que é visto como coautor do trabalho. O dialogismo da

reportagem dialética possui um alto nível de engajamento e permutação, ficando atrás apenas do dialogismo realizado na fotografia de família, que para esta dissertação, se apresentou como fator determinante na definição do movimento de pesquisa.

Voltando aos encontros com, e a partir da fotografia, o primeiro motivado pela cavalgada demarcou que a fotografia se apresentava de forma inesperada em minha vida, pois foi assim também que a encontrei – ou que ela me encontrou - durante o curso de bacharel em Design, pois no segundo ano do curso ocorreu um momento desvelador e desde então me acompanha, levando-me à especialização em fotografia, percorrendo comigo inicialmente os caminhos da fotografia publicitária, e após a cavalgada, a fotografia de pessoas, especialmente os retratos e o que hoje compreendo como reportagem dialógica dentro do regime da fotografia-expressão.

Neste contexto da reportagem dialógica, desenvolvi dois projetos fotográficos incentivados pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento Cultural de Joinville (SIMDEC), *Joinville de Serra e Mar*, de 2015, no qual busquei retratar as culturas serranas e da região da baía da Babitonga, que em 2019 se desdobrou no formato de livro, e o projeto *AgroCultura*, de 2017, focado em retratos de personagens que vivem da agricultura familiar na região rural de Joinville.

Ao vivenciar essas realidades, expor e publicar os projetos, levar os retratos e os relatos destes habitantes para museus e galerias de arte impulsionando reflexões sobre o papel das culturas silenciadas e suscitadas pelos habitantes destas regiões que não se viam integrados na cultura da cidade, tudo isso em um momento em que a imagem vigorosamente se impõe em nosso cotidiano, seja em aspectos técnicos, políticos, históricos, estéticos, (DIDI-HUBERMAN, 2012), motivou-me a pesquisar a fotografia e sua potencialidade de revelar memórias e cerzir identificações, principalmente se tratando de memórias e identificações de pessoas “comuns”, não celebrizadas, que são apagadas e silenciadas por não fazerem parte do tecido hegemônico e por não receberem a dedicada atenção daqueles que “organizam” a história, como afirma Le Goff (1996).

Alguns autores foram fundamentais para a construção do meu saber fotográfico imbricado com os fatores culturais, da memória e da história, nesse trajeto de conhecimento e prática fotográfica até chegar ao Mestrado. As pesquisas de Boris Kossoy acerca da fotografia como um documento repleto de informações do mundo visível, sendo compreendida na relação história-memória como fonte e objeto de estudo; os estudos sobre

os usos sociais da fotografia, realizados por Pierre Bourdieu; o conceito de *fotograficidade* apresentado por François Soulages, foram pensamentos que auxiliaram em minha aproximação acadêmica com a fotografia enquanto exercia também a profissão de fotógrafo.

Neste ponto, se faz importante contextualizar de que maneira o olhar de fotógrafo me levou a cartografar uma determinada temática a partir de fotografias familiares, pertencentes aos próprios habitantes do campo cultural, ao invés de utilizar minha fotografia como instrumento de pesquisa.

\*

No dialogismo possível dentro do regime da fotografia-expressão, a fotografia de família se destaca por capturar emoções, não havendo nenhuma outra prática que garanta

uma proximidade semelhante, uma igual fusão com o Outro. Enquanto a reportagem “as pressas” trata o Outro como estrangeiro, como coisa - ou até mesmo, segundo os paparazzi, como “presa” -, e a reportagem dialética tenta transformar o Outro em parceiro, em autor, no caso da fotografia de família, o operador e o Outro pertencem no mesmo universo, no círculo privado da família. (ROUILLÉ, 2009, p. 184)

O intenso dialogismo presente na fotografia de família permite o acesso acentuado a vivências dos grupos familiares e das conseqüentes situações retratadas, por estar o operador da câmera aqui, compartilhando rotineiramente sua vida com o outro.

É certo que a fotografia de família “permanece em alto grau uma atividade de amadores, muitas vezes inexperientes, ignorantes das regras elementares do processo, ou indiferentes aos princípios” (ROUILLÉ, 2009, p. 185), não por falta de interesse ou recusa aos princípios técnicos, mas porque tais princípios não são considerados imprescindíveis, assim resulta em linguagens fotográficas particulares, nas quais “as relações e os sentimentos prevalecem sobre a qualidade das imagens, onde a expressão conta, finalmente, mais do que a denotação ou a arte” (ROUILLÉ, 2009, p. 185), possibilitando capturas fugidias repletas de expressão, e a qualidade técnica é colocada em segundo plano. No entanto, a força expressiva das fotografias de família está menos em sua estética e mais na “imanência de seu dialogismo” (ROUILLÉ, 2009, p. 186), que trás consigo características profundas do campo cultural em seu entorno, aprofundadas também pelo fato do “leque temático” destas fotografias ser bastante restrito, “dominado por um número limitado de lugares, objetos,

indivíduos e de situações que as imagens conjugam infinitamente” (ROUILLÉ, 2009, p. 186). Se considerarmos apenas o caráter estético das fotografias de família, como afirma Leite (2009), muitas vezes acabamos não as vendo mais e elas se tornam invisíveis devido ao caráter repetitivo dos temas, poses, enquadramentos. Porém, no dialogismo entre elas e seus proprietários há muito conteúdo a ser explorado e conhecido.

Ao observar as fotografias de família, apresentadas por seus proprietários imbricadas aos relatos e memórias relacionados aos conjuntos fotográficos apresentados, temos em mãos um valioso artefato cultural repleto de expressão, munido de um conteúdo sobre o universo cultural em que a família está inserida. Artefato cultural que apresenta situações específicas de determinada família, comunidade, grupo social, retratando objetos familiares, carros, casas, brinquedos, temas cotidianos, festas familiares, cenas de lazer, onde vez ou outra, está representado o patrimônio cultural imaterial, como define a UNESCO (2003) com “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados”, manifestados nas “práticas sociais, rituais e atos festivos, nos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo” em que a família está inserida. Apesar de na fotografia de família encontrarmos frequentemente capturas fugidias de momentos cotidianos, capturas de objetos, veículos, imóveis, são as fotografias de eventos como casamento, primeira comunhão, aniversário, também são encontrados retratos mais elaborados produzidos por algum ente próximo ou por fotógrafos profissionais que ocupam normalmente as paredes das casas ou porta-retratos distribuídos pelos móveis.

As fotografias familiares, representam valores de memória para a família e por convenção popular ocupam comumente os álbuns ou caixas de fotografias, suportes que, como afirma Rouillé são “ponto de encontro dos indivíduos com sua própria imagem e com a de seus próximos” (2009, p. 186), e que, cada vez que abertos são como imposição externa que insinua fragmentos da memória, mutável em “harmonia instável, bricolada”, como afirma Certeau (2009).

Olhar para as fotografias de família como artefatos culturais evoca o caráter cultural deste material definido muitas vezes como simples ferramenta útil, e as posiciona juntamente com o movimento recente da fotografia, que segundo Rouillé (2009), tem se voltado para o campo das pesquisas, das teorias e dos textos a partir da década de 1970, quando também iniciou seu reconhecimento cultural. Estes artefatos culturais abrem janelas em nossa

memória e fazem emergir relatos sobre o que vivenciamos ou o que ouvimos de quem vivenciou, guardou e apresentou determinada fotografia. Janelas possíveis em qualquer área da fotografia, mas que na fotografia de família é impulsionada pelo dialogismo presente no circuito fotógrafo, modelo, receptor, herdeiro, aqui compreendida como irreversível para um contínuo inacabável.

\*

A fotografia captura em imagem milésimos de segundo que não podem mais serem reproduzidos por fazerem parte do irreversível tempo contínuo. O irreversível se caracteriza por um espaço e tempo determinado, preciso, impossível de ser reproduzido de forma exatamente idêntica. O que foi capturado, da forma como foi capturado não pode ser revertido, apenas apagado ou manipulado, mas nada é capaz de reverter a forma como a captura foi realizada, o tempo já é outro, o espaço é alterado, por mais sutis que possam ser as alterações, altera-se a luz e quanto mais o tempo da captura se distancia, mais se alteram o espaço, objetos e modelos presentes nela.

Já o contínuo está na relação de mobilização da memória a partir da fotografia e relaciona-se com o tempo da observação, que é o tempo presente, mas que evoca o passado anterior e posterior à captura. Podemos inclusive afirmar que no movimento de observação da fotografia, o futuro também é evocado. Por isso contínuo, não se encerra, é sempre colocado em movimento ao acionar a fotografia, e mesmo distante de determinada fotografia ou até mesmo com a extinção dela, a memória pode ainda evocá-la a partir de outras relações, com outras fotografias, espaços físicos, odores, objetos. Contínuo que é inacabável pois a memória é inacabável, está sempre em mutação, “sua mobilização é indissociável de uma alteração” (CERTEAU, 2009, p. 150), transforma-se com as relações obtidas.

A observação de uma mesma fotografia em diferentes momentos, evocaram memórias diversas do observador, pois o artefato provocará confluências com outras emoções e memórias adicionadas ao observador após a última observação, visto que, como afirma Certeau (2009), é próprio da memória ser constantemente “deslocável, móvel, sem lugar fixo” porque possui habilidade inata de mutação, o que produz sua força de intervenção por si e em si própria.

Os irreversíveis trazem à memória lembranças nem sempre ativas, como por exemplo, em uma fotografia de casamento em que os noivos posam com alguns convidados. As lembranças da festa/cerimônia do casamento são normalmente ativas nas memórias do casal, porém, ao observar a fotografia - um irreversível produtor de contínuo inacabável - é reativada a lembrança de que alguns convidados específicos estavam na festa e estavam usando determinados trajes. Conseqüentemente, as memórias anteriores ao casamento também podem ser ativadas, lembranças de alguns convidados que receberam convites porque trabalhavam com a noiva e foram muito importantes num determinado momento de sua vida. E assim também as memórias posteriores ao momento do casamento registrado pela fotografia podem ser ativadas, lembranças que determinada pessoa não é vista há anos porque se mudou de cidade ou que sicrano e beltrana começaram a namorar meses após a festa do casamento. Um único ponto irreversível é capaz de produzir múltiplas lembranças, ramificadas, como num rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2011), em diferentes direções.

\*

Deleuze & Guattari em seus estudos sobre a língua e a linguagem entendem que a língua se estrutura a partir dos princípios de conexão e de heterogeneidade, afirmam que “uma língua não se fecha sobre si mesma senão em uma função de impotência” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 23). No mesmo contexto podemos situar a fotografia como uma linguagem que quando fechada sobre si mesma, em seu ponto irreversível, sem as conexões suscitadas pela memória, perde em grande parte seu potencial. As narrativas possíveis a partir de uma fotografia morrem com aqueles que não se permitem ao dialogismo, e com elas morre a história devido a ausência de sentido nos fatos capturados. A fotografia como artefato cultural necessita de conexões com a memória, com outras imagens, documentos escritos, sem estas conexões a função da fotografia se limita à estética, se torna objeto decorativo.

A heterogeneidade da fotografia considerada um rizoma promove conexões com quem a lê, faz brotar múltiplos saberes a partir da leitura. A cada momento da vida em que a fotografia é lida suscita novas leituras porque a memória é associada ao presente vivido. Neste sentido, a fotografia é viva quando plantada em terreno fértil e cresce entre os seus,

desvelando aspectos de seus criadores, das pessoas próximas a eles ou próximas ao contexto apresentado, por quem possuem com elas maior dialogismo. A fotografia identificada como rizoma é investigada como uma linha que se conecta em múltiplos pontos e não como a árvore que se fixa em único lugar, pois a cada leitura ela pode conduzir o olhar a diferentes lugares e criar novas conexões.

Ao articular o princípio de multiplicidade no conceito de rizoma, Deleuze & Guattari advertem que “o ideal de um livro seria expor toda coisa sobre tal plano de exterioridade, sobre uma única página, sobre uma mesma paragem: acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais”(2011, p. 25). Podemos ver na fotografia esta paragem, esta página em que todos os elementos citados pelos autores são expostos através da narrativa de memória de quem com ela possui relações. Quanto maior o dialogismo com o artefato, maior “tal plano de exterioridade” da fotografia.

A fotografia também pode ser compreendida como o rizoma, a-significante, pois os saberes, pensamentos, narrativas desenvolvidas a partir de seu conteúdo, quando rompidos podem retomar outro ponto de contato a partir da mesma fotografia ou mesmo de fotografias análogas. A leitura pode viabilizar ou não a retomada de pontos de contato visto que o rompimento pode também causar a fuga. A fotografia pode ser uma fagulha responsável por disparar uma explosão de pensamentos, memórias, linhas que não necessariamente precisam retornar a ela para ter continuidade.

Linhas se espalham pelo campo pesquisado permitindo a leitura por atalhos ou caminhos não previstos. Esse movimento da leitura da narrativa a partir de uma fotografia decorrente da adoção do princípio da cartografia proposto por Deleuze & Guattari, parte da negação de modelos estruturais ou gerativos, assim a construção é efetuada no caminhar, no conhecer os pontos que surgem no encontro das linhas narrativas e de conceitos. Portanto, a pesquisa cultural baseada em narrativas de memórias provocadas por fotografias é aberta, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30). E devido a forma rizomática permite múltiplas entradas de leitura e em qualquer ponto, pois num mapa a leitura pode ser desenvolvida a partir da escolha entre os inúmeros caminhos possíveis sem um roteiro prévio a ser seguido. O viajante, o leitor é quem estabelece as rotas de seu trajeto.

Assim, devido ao caráter aberto do rizoma, a pesquisa não pode ser fechada, “arborificada”<sup>3</sup>, porque ela se encontra no entre lugar, das memórias, das narrativas, e como afirma Deleuze & Guattari, “seria necessário sempre ressituar os impasses sobre o mapa e por aí abri-los sobre linhas de fuga possíveis” (2011, p. 32). Em decorrência, os resultados desta pesquisa não podem ser lidos como unidades que possuem começo e fim, porque são um meio, “um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 43).

A pesquisa, nesta ótica é concebida como um conjunto de platôs<sup>4</sup> por estar no meio, tendo o meio não como uma média, como afirma Deleuze & Guattari, mas como um lugar de exponenciação das coisas, no entorno da história e das memórias. Nela não há capítulos possíveis com pontos de conclusão, mas platôs que se comunicam e complementam-se entre si, interligados por uma raiz “subterrânea” conectável em múltiplos pontos, possíveis de extensão e de variados caminhos de leitura, possibilitando ao leitor posicionar e relacionar as narrativas a seu próprio modo.

A fotografia compreendida como rizoma, é focada como um artefato cultural capaz de abrir brechas históricas no conhecimento de costumes, ritos, expressões e práticas diversas, capacidade que vem da potencialidade em suscitar memórias as quais, na conexão com a história oral, constroem narrativas e constituem narradores. Benjamin (1994), ao refletir sobre a narrativa evidencia que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”, ao descrever uma fotografia, quem a apresenta nem sempre viveu o que está nela representado, mas faz uso de memórias que lhe foram transmitidas, acrescidas de suas próprias memórias posteriores ao momento do ponto inacabável. Neste sentido são recorrentes narrativas desencadeadas pela fotografia como: “aqui meu pai era solteiro e estava viajando por tal lugar..., ele sempre me falava muito desta viagem e lembro que ele...”, explicando detalhes de uma “aventura” vivenciada por outra

<sup>3</sup>Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 32). Deleuze utiliza o termo arborificado para contrapor a proposta de rizoma. Enquanto o rizoma conceitua o pensamento horizontal, ramificado, com muitas vertentes e conexões, o pensamento arborificado se fecha num único eixo estrutural ou gerativo, constituído de hierarquias.

<sup>4</sup>“Gregory Bateson serve-se da palavra "platô" para designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 44)

pessoa na qual o narrador não pode adicionar nenhum detalhe pessoal, pois ele mesmo não esteve em tal lugar, mas pode a partir deste relato, recordar outras viagens suas. Ou ainda: “meus pais se mudaram para cá antes de eu nascer..., esta foto foi tirada no lugar em que hoje é nossa casa... lembro que neste lugar havia uma grande árvore...”, adicionando aqui memórias próprias de quem apesar de não ter vivenciado o momento daquela fotografia, apesar de não estar presente no ponto inacabável, traz para o contínuo, experiências vividas no lugar onde ela foi capturada. Com estes dois exemplos, podemos trazer também a presença dos dois grupos de narradores citados por Benjamin, o do viajante e do trabalhador sedentário, daquele que traz experiências de fora e transmite aos que permaneceram e/ou aos que vieram depois, e daquele que nunca saiu do lugar no qual a fotografia foi capturada.

\*

A fotografia é um “símbolo externo” responsável pela preservação de nossa memória, “um objeto que faz lembrar” no contato com a “mente que lembra” resultando na metonímia conhecida por memória (ASSMANN, 2016). Ela é um artefato da memória cultural na qual heranças identitárias são preservadas e transmitidas através das narrativas de memória suscitadas por sua observação, se tornando um significativo suporte da identidade coletiva e individual, importante para o reconhecimento do indivíduo ou do grupo, no espaço em que ele se encontra e fora dele.

As memórias emergidas através da fotografia foram inscritas em quem as observa em ocasiões como o momento da captura, quando a fotografia lhe foi apresentada juntamente com os relatos de quem vivenciou a captura, ou ainda pode não possuir relação nenhuma com a fotografia em questão, mas com o que está nela apresentado, sendo a fotografia, no pensamento de Certeau (2009), uma circunstância para a lembrança dessas “escrituras invisíveis”.

Quando a memória é revelada a partir de uma fotografia, é comum vermos o narrador integrando o fotografado aos outros pontos de sua história, seja quando ele vivenciou o que está representado na fotografia ou não. Desta forma, a narrativa a partir de uma fotografia,

quando reproduzida novamente, nunca será idêntica mesmo que reproduzida pelo mesmo narrador, porque ele trará a cada reprodução vivências diferentes atribuídas à fotografia. Esta distinção tende a ser ampliada quando a fotografia é apresentada por outra pessoa, alargando as percepções de olhares.

Cada memória acionada a partir de uma fotografia é revelada à sua própria luz, pois a memória “não possui uma organização já pronta de antemão que ela apenas encaixaria ali. Ela se mobiliza relativamente ao que acontece - uma surpresa, que ela está habilitada a transformar em ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro” (CERTEAU, 2009, p. 150), e aqui podemos considerar o “outro” como a pessoa a quem a fotografia é apresentada, mas também como o próprio artefato fotográfico que mesmo sem ser apresentado à alguém, provoca um “encontro fortuito” entre memória, fatos presentes e a imagem capturada.

O narrador, segundo Benjamin, e aqui podemos incluir aqueles que tomam como base para seus relatos as fotografias, o fazem de maneira artesanal, com muita naturalidade, utilizando sua própria forma de linguagem, sem amarras técnicas e estruturais, relatando suas memórias ao seu próprio modo, muitas vezes revelando fatos difusos, criando os elos que lhes são pertinentes, avançando e retornando no tempo, caminhando pelo espaço físico e das fotografias da maneira que lhes convém, buscando propositalmente construir uma narrativa envolvente para conduzir o ouvinte, mas também em certos momentos sendo eles mesmos conduzidos pelo tempo de emersão de suas memórias. Uma saga memorial acionada por um irreversível que não delimita, e sim dilata as possibilidades narrativas no contínuo inacabável da história, muitas vezes repletas de misticismos. Não há ponto final quando conversamos com e a partir de uma fotografia, pois as indagações possíveis são inúmeras e as memórias suscitadas tendem a evocar outras séries de imagens, físicas ou mentais.

O senso prático característico dos narradores, como citado por Benjamin, também é algo muito presente nas narrativas conduzidas a partir de fotografias. É muito comum que entre um relato e outros, surjam conselhos, dicas práticas de vivência e pequenos ensinamentos científicos como a forma de assar um pão “corretamente” ou o melhor período para plantar determinado legume. O narrador nato almeja a precisão, por isso não se importa de complementar sua narrativa sobre a fotografia que ilustra um campo coberto pela geada com ensinamentos de como prever os prejuízos decorrentes de uma geada, ou a partir do retrato de uma tia, lembrar de uma “torta” que ela fazia e replicar a receita para o ouvinte.

O fim do narrador fotográfico com base em Benjamin é previsível em decorrência da cultura virtual, na qual estamos inseridos e pelo consequente descarte veloz de informações, incluem-se aqui as fotografias, principalmente as digitais. Com o descarte acontecendo “nessa dinâmica de velocidade incontida, desenfreada, perdem-se as referências, diluem-se os substratos da vida, reduzem-se as possibilidades de construção do saber” (DELGADO, 2003, p. 22). Assim sendo, aquele narrador que observa uma fotografia de forma apreciativa, deixando fluir as memórias, emoções, análises, reflexões, tende a desaparecer com os intuídos hábitos de visualização digital, onde a velocidade do dedo é mais rápida que o tempo do olhar.

Ao contrário da fotografia capturada e exposta para o imediatismo, aquela que faz memória é como um ponto irreversível, finito em sua dimensão compositiva, gatilho para um contínuo inacabável, ressurgente sempre que o narrador possui com ele uma conexão, um dialogismo capaz de tornar as possibilidades narrativas infinitas, com uma perspectiva de desenvolvimento sempre vigente. Didi-Huberman ao refletir sobre as imagens atenta que elas não estão “no presente”, e por isso “são capazes de tornar visíveis as relações de tempo mais complexas que incumbem a memória na história” (2012, p. 213). Benjamin comparou a narrativa às “sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas” (BENJAMIN, 1994, p. 204), podemos aqui fazer uma analogia com as fotografias, que quando armazenadas não em câmaras, mas das câmeras para outros suportes como as caixas de sapato, álbuns, porta retratos, cada vez que revisitadas têm sempre a “força germinativa” de suscitar memórias e narrativas.

Estas sementes fotográficas convenientes para a produção de rizomas em forma de narrativas históricas e cultural, são um aditivo para o motor historiográfico, possuem a capacidade de abrir brechas na história, pois suas linhas visuais desdobram-se em linhas verbais a partir da narrativa de seu observador, que por sua vez podem ser valorados em uma pesquisa cartográfica.

\*

Vários foram os fragmentos decorrentes dos desdobramentos que a fotografia foi produzindo em minha trajetória acadêmica e profissional, fragmentos de uma estrada que do ponto de vista histórico foi recém construída e passa por reestruturações frequentes, especialmente nas últimas décadas. Estes fragmentos incomodavam-me, pois eram como retalhos de um mapa que apresenta locais interessantes para a visita, mas de forma fragmentada, dificulta a seleção de caminhos a serem trilhados. Assim, fui instigado a rearranjar fragmentos para uma melhor compreensão de cada uma das partes.

O rearranjo – ou pelo menos o início dele, pois cada fragmento que encontra seu lugar neste mapa revela espaços vazios no todo que ainda podem ser preenchidos – foi possível ao ser vinculado ao Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) e à linha de pesquisa *Patrimônio, Memória e Linguagens*. Novas possibilidades e desdobramentos possíveis de perceber a fotografia foram sendo instaurados durante as disciplinas, devido ao caráter interdisciplinar do Programa que possibilitaram ampliar o conhecimento acerca da cultura, da sociedade e de como a fotografia relaciona-se e ainda pode relacionar-se nos múltiplos campos da cultura.

Durante este trajeto, duas bússolas foram fundamentais para que fosse possível chegar ao destino. Uma coordenada pela professora e orientadora Dra. Taiza Mara Rauen Moraes e outra pela professora e co-orientadora Dra. Nadja de Carvalho Lamas. A primeira, além de orientar-me para um maior entendimento da fotografia como uma linguagem enquanto os saberes acerca da linguagem como um todo ia sendo ampliado conduziu-me pelos caminhos do conceito de rizoma concebido por Deleuze & Guattari (1980), abrindo novos caminhos que orientaram a concepção deste projeto considerando a multiplicidade de conceitos em fotografia e de desdobramentos possíveis ao realizar a leitura de fotografias. Desdobramentos que se conectam uns aos outros e neles mesmos em diversos pontos, os quais nem sempre possuem a mesma natureza, e que se revelam a partir de inúmeros modos de codificação, assim como propõe o princípio de conexão e heterogeneidade na ideia de rizoma. Princípio que se assimila nesta pesquisa por compreender que o saber é heterogêneo e necessita “um descentramento sobre outras dimensões e outros registros” (DELEUZE, 2011, p. 23), e aqui, tratando da pesquisa com base fotográfica, podemos acionar outros pensadores que

problematizam a importância do cruzamento de fontes para uma ampliação do conhecimento mais articulada com base no conteúdo da imagem, como Warburg e Didi-Huberman.

\*

A captura do real pela fotografia na acepção de Didi-Huberman (2012) aponta que independentemente das questões técnicas relacionadas a veracidade do apresentado na imagem, ela é verdadeira quando entra em contato com o real, representado nesta pesquisa pela memória cultural, responsável por apresentar o passado não “como tal, como é investigado e reconstruído por arqueólogos e historiadores, [...] mas apenas o passado tal como ele é lembrado” (ASSMANN, 2016, p. 121).

A fotografia nunca esteve tão em evidência, nunca se fotografou tanto e se publicou tantas fotografias, mas com esse excesso de informação imagética, há também uma crítica em alta, nunca se observou tão pouco. Seguindo o pensamento de Didi-Huberman, esse excesso de fotografias publicadas ultimamente, em sua grande maioria não são verdadeiras, pois são tão efêmeras que não chegam a tocar o real. O contrário acontece com as fotografias que ilustram essa pesquisa. Fotografias de acervos familiares, guardadas às vezes por mais de uma geração ou fotografias recentes, até mesmo digitais, mas que possuem uma relação com quem as apresenta, fotografias que foram capturadas com propósito de guarda, conservação de um determinado momento ou objeto, e não apenas como um ato quase instintivo de clicar-publicar.

Didi-Huberman, à luz de Warburg, propõe que estes conjuntos de fotografias, compreendidos como “documento e como objeto de sonho, como obra e objeto de passagem, como monumento e objeto de montagem, como não saber e objeto de ciência” (2012, p. 209), sejam analisados a partir de uma montagem para um melhor conhecimento do todo. A montagem, nesta pesquisa começa a ser feita pelo colaborador<sup>5</sup>, que a partir de seu acervo começa a selecionar o que vai ser apresentado ao pesquisador. Estas fotografias, após as

<sup>5</sup> Portelli (1997) recomenda que o indivíduo entrevistado em uma entrevista de História Oral seja anunciado como colaborador, considerando a vital importância de sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa.

entrevistas de história oral são digitalizadas, e passam por uma nova montagem, desta vez realizada pelo pesquisador em conjunto com a transcrição de cada entrevista. Tais montagens, disponíveis aos leitores, estão novamente sujeitas as montagens realizadas por eles, que seguindo a proposta rizomática estão livres para realizar os cortes, conexões e complementos que julgarem pertinentes.

Os saberes revelados com esta pesquisa rizomática que tem como base a fotografia para conhecimento de uma cultura, dispõe-se a auxiliar na resposta da questão levantada por Didi-Huberman, em seu texto “Quando as imagens tocam o real”: “Que tipo de contribuição ao conhecimento histórico é capaz de aportar este «conhecimento pela imagem?» (2012, p. 209). Aqui, a contribuição ao conhecimento histórico está nas narrativas trazidas à tona a partir das fotografias de quem está inserido na história, na cultura do tema pesquisado, sendo a fotografia um reforço para “a posterioridade da memória, o hiato que se verifica entre a experiência e sua repetição na recordação” (ASSMANN, 2011, p. 179).

Essa contribuição permite uma cartografia de memórias cuja a montagem inicial é produzida de dentro para fora, sendo os agentes inseridos no tema pesquisado os primeiros a darem as cartas, no caso, as fotografias, uma vez que são eles quem selecionam o que é apresentado ao pesquisador que inicia a abordagem da pesquisa solicitando fotografias que de alguma forma possuam relação com o tema pesquisado (no caso os entrevistados são habitantes do trajeto da Estrada, e por estarem na Estrada estão inseridos na história dela, portanto, qualquer fotografia de sua família possui relação com o tema pesquisado: a Estrada e seus habitantes, as relações e identificações). A partir daí, o colaborador apresenta o que julga pertinente ao tema e muitas vezes, ao navegar entre uma foto e outra, é comum apresentar fotografias que para ele são importantes, são marcos em sua vida pessoal, o que pode vir acompanhado de uma memória que se distancia do foco da pesquisa, mas que, se apresentada pode ser considerada ao menos indiretamente conectada ao tema da pesquisa, uma vez que o colaborador faz parte da história do tema, e aquela narrativa faz parte da história do colaborador.

Tal contribuição abre brechas em uma história habitualmente elaborada de forma hegemônica, pois os saberes de pessoas não celebrizadas são comumente deixados de lado. Brechas que facilmente podem permanecer fechadas permanentemente, uma vez que o conhecimento, os saberes, as memórias daqueles responsáveis por suas aberturas apagam-se com o tempo, com a morte. É comum que até as fotografias percam seu valor afetivo quando

a memória relacionada a elas é perdida. Quando isso acontece, os saberes possíveis acerca destas fotografias tornam-se limitados ao visível na imagem, tornando latente aquilo que somente a memória e as relações podem manifestar.

Esse conhecimento pela imagem, especificamente aqui, pelas fotografias pessoais de quem está inserido na história, e que afloram memórias que geram narrativas pessoais, produz uma contribuição ao conhecimento histórico do tema pesquisado que não possuem precedentes e dificilmente poderá ser reproduzido de forma idêntica, considerando principalmente o fato de que as memórias são mutáveis e também, que o conjunto de fotografias selecionadas de forma pessoal tende a ser alterado no percurso da vida do colaborador. Temos um “conhecimento dotado de um índice de identidade” (ASSMANN, 2016, p. 126) pois emerge da memória de indivíduos. Assim, considerando o caráter rizomático da pesquisa, mesmo ao seu término o conhecimento acerca do tema pesquisado tende a ser ampliado, já que parte das fotografias apresentadas pelos colaboradores, assim como suas narrativas, estarão disponíveis ao leitor que poderá fazer seus próprios complementos, a partir de suas experiências e conexões com o tema, com as fotografias e com as histórias apresentadas nas narrativas.

Os resultados e os desdobramentos possíveis, apoiam-se no pensamento de Didi-Huberman, que afirma: “é absurdo, a partir de um ponto de vista antropológico, opor as imagens e as palavras” (2012, p. 210). O desenvolvimento aqui apresentado só é possível pelo entrelace entre fotografias e narrativas, uma vez que uma fotografia faz emergir uma memória, a qual desenrola-se em narrativa, que por vezes provoca a emergência de outra memória, apontando para outra fotografia e assim sucessivamente, não como ciclo, mas trama na qual fotografias e memórias se apoiam e conectam-se através das narrativas.

\*

A trama fotografia-memória-narrativa foi possível através da metodologia da História Oral, em que segundo Alberti (2013) não interessa efetivamente pelo que ocorreu no passado, mas pela forma como ele foi absorvido e interpretado. Mais do que uma documentação cartesiana do passado, a proposta da metodologia é dar espaço as vivências, as

individualidades, buscando conhecer o todo de uma cultura, de um local, através da experiência individual, abordando o passado na relação entre entrevistador e colaborador, nessa filosofia da memória, na qual “recordar e contar já é interpretar” (PORTELLI, 1996).

Fotografia e História oral possuem em comum o fato de serem formas de linguagem disponíveis não apenas aos letrados. A fotografia permite que mesmo os analfabetos façam seu registro na história, mesmo que de maneira simples, com câmeras fotográficas automáticas e uma linguagem visual sintetizada. O mesmo acontece com a História Oral, pois a expressão oral é o único requisito para que, mesmo aos iletrados seja possível oferecer suas narrativas à história. É evidente que nem todos os colaboradores em História Oral, assim como nem todos os que fotografam são analfabetos, porém, é preciso reconhecer que mesmo a história sendo feita por todos os que dela participam, usualmente é a história dos mais favorecidos que prevalece principalmente nos documentos escritos "oficiais”.

Assim como acontece com a fotografia, a História Oral se instaura como uma possibilidade de abrir brechas históricas, conhecendo fatos que tradicionalmente não ocupam os espaços de destaque midiáticos e celebrizados. Também como na fotografia, em que nem sempre são as verdades que estão representadas na imagem, as narrativas de memórias inspiradas em fatos, admitem também “fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções” (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 34). O material de estudo desta pesquisa não são, portanto, os tradicionais dados “sólidos”, como os advindos de pesquisas quantitativas, o que interessam não são os números e datas exatas, nem ao menos se o fato narrado possui comprovação. No pensamento de Rolnik,

o problema, para o cartógrafo, não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade. (1987, p. 2)

A constituição que se faz na narrativa que segundo Portelli, basta como material de estudo pois ela é concreta, existe, e se existe possui um porque que pode ser analisado, e deve ser analisado meticulosamente, pois em cada palavra escolhida para a narrativa pode haver uma profusão de significados (ALVITO, 2012).

Na entrevista em História Oral a veracidade do fato narrado não entra em julgamento, fator que não significa que estamos trabalhando com desonestidade. A honestidade está, como afirma Portelli, no “respeito pessoal por aquele com quem trabalhamos [o colaborador], bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos” (PORTELLI, 1997, p. 15). Não estamos em busca de uma verdade única e incontestável, mas trilhando um caminho de

ramificações das memórias coletadas, nas quais a própria memória pode ser desonesta com o indivíduo se considerarmos a omissão ou exagero de um fato uma desonestidade. “O horizonte temporal da memória cultural que é importante” (ASSMANN, 2016, p. 121), não cabe, portanto, confrontar duas ou mais narrativas buscando encontrar quem está dizendo a verdade, pois, por mais que as memórias sejam construídas socialmente, elas são moldadas de forma individual pelos sentimentos, emoções, crenças e interpretações de cada indivíduo (PORTELLI, 1997).

Apesar da fotografia receber significativa atenção nesta pesquisa, o seu resultado só é possível devido à conexão entre a cartografia e História Oral, que possibilitam abordagens francas às fontes orais, de onde emanam as narrativas que dão vida e conteúdo à investigação. Podemos afirmar que a abordagem é franca, porque o papel do entrevistador não é criticar ou buscar modificar crenças, opiniões e visões do colaborador (ALBERTI, 2013), nem persuadi-lo a seguir este ou aquele caminho. As memórias emergidas a partir das fotografias apresentadas pelo colaborador são resultadas de sua experiência de vida, e não convém o julgamento em uma pesquisa que busca conhecer aspectos culturais.

O primeiro passo para a aplicação da metodologia de História Oral é a seleção dos colaboradores, a qual, segundo Alberti não deve ser “orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do colaborador no grupo, do significado de sua experiência” (ALBERTI, 2013, p. 40). Nesta pesquisa, o fato de o colaborador possuir fotografias ou ter relação com fotografias que documentem a história do objeto pesquisado – de forma direta ou não – também se tornou um importante crivo para a seleção, e o número de colaboradores foi determinado considerando a dimensão do tema, possibilitando uma generalização dos resultados e uma abrangência territorial satisfatória, em que múltiplos pontos de intercessão pudessem caracterizar a dimensão social da pesquisa.

Assim como na proposta de cartografia de Deleuze & Guattari, o trajeto a ser percorrido nas entrevistas de História Oral vai sendo conhecido no percurso, tanto o trajeto do conjunto de entrevistas e o trajeto de cada entrevista. A partir de um contato inicial com os colaboradores, que irão apontar para fatos que podem ser complementados por pessoas específicas é estabelecido o número de colaboradores interessantes a serem entrevistadas. O processo de análise e estudo das entrevistas é efetuado no decorrer do projeto, sendo realizado aos poucos, fazendo com que os resultados evoluam cumulativamente em conjunto, como indica Meihy & Holanda (2018). No processo de análise e estudo evolutivo das entrevistas,

como em um rizoma, as conexões, cortes e acréscimos vão sendo realizados no trajeto, o que caracteriza a pesquisa em História Oral como mutável.

Novamente remetendo à imagem do encontro, temos, após a gravação e transcrição das entrevistas de História Oral, o encontro com as palavras emitidas durante as entrevistas, e nesta pesquisa, também com as fotografias apresentadas pelos colaboradores. Neste momento, a trama entre fotografia e narrativa é tecida buscando cerzir uma “representação” da performance original, uma vez que a “reprodução” seria impossível, como afirma Portelli. O autor lembra também que esta representação “*se trata de un trabajo creativo que exige selección, juicio estético y sobre todo interpretación*” (PORTELLI, 2014, p. 20), no qual o texto escrito deve sempre recordar ao leitor que sua fonte é um diálogo oral e subjetivo. Esse processo chamado por Portelli de “transcrição”, deve comunicar “o sentido e a intenção do que foi registrado”, reforçando as características do diálogo oral e presencial, presente nos sinais visuais emitidos pelo colaborador, gestos, postura, expressões carregadas de emoções e sentimentos, assim como características visuais do ambiente no qual a entrevista aconteceu, fatores que não são captados pelo gravador, mas anotados no caderno de campo durante ou logo após o momento da entrevista, cruzam-se cartograficamente com as palavras emitidas e fotografias apresentadas, para continuarem em forma de rizoma a ramificarem imagens projetadas na mente do leitor.

Esta pesquisa não busca construir uma história oposta à supostamente hegemônica e este também não é o propósito da História Oral. Nosso objetivo é, nas palavras de Portelli, “apreender a dinâmica social em sua complexidade, estudando experiências e memórias compartilhadas, divididas e contraditórias, em convívio e em confronto” (2014, p. 200). Não é conflitar ou desprezar a escrita histórica existente, mas superá-la - no sentido de ir além - dando voz a participação popular, corroborando com a ideia de que o saber não se funda apenas na razão, mas na emoção, sensibilidade, subjetividade. As narrativas são compreendidas como mecanismos fundamentais na transmissão da memória e dos saberes, e a História Oral como uma ferramenta efetiva no estímulo e registro de narrativas, sobretudo nos tempos atuais em que as informações têm sido pouco absorvidas por serem distribuídas sem controles prévios e sem análises.

\*

O material com o qual estamos tratando nesta pesquisa não é do presente, a fotografia é responsável por desencadear memórias, observadas aqui na dimensão dos estudos culturais, considerando portanto, como sugere Assmann, os “*meios* culturais e técnicos da memória” (2011, p. 23), que no tempo presente são emersões do passado, provocando um olhar através do tempo que trás em si a marca da historicidade, memórias que segundo Assmann, são “a faculdade que nos capacita a formar uma consciência da identidade” (2016, p. 116). Delgado (2003) afirma que o tempo não pode modificar o que passou, no entanto, ele “atua modificando ou reafirmando o significado do passado”, pois há “um deslocamento fundamental entre o que foi arquivado e sua recuperação” (ASSMANN, 2011, p. 33). Isso é evidente ao analisar o conjunto de narrativas de uma cultura na qual as memórias sobre um mesmo fato são trazidas à tona por mais de uma pessoa, porém com intensidades e significados diferentes.

Desta forma, é impossível recompor os fatos do passado de forma integral, este seria um objetivo audacioso e incoerente. Afinal, “a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias” (ASSMANN, 2011, p. 34). Além do mais, não visamos entender o passado, mas revelá-lo, utilizando da síntese entre tempo e identidade provocada pela memória (ASSMANN, 2016) que deve ser apreciada como um caminho da temporalidade da vida do colaborador, sujeito a acidentes, embates, pontes e buracos. O mesmo podemos afirmar em relação ao lugar, uma vez que “a memória mediatiza transformações espaciais” (CERTEAU, 2009, p. 149), e nela é possível a transgressão da “lei do lugar” pensada por Certeau na qual

um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 2009, p. 184)

Através da memória, portanto, a indicação de estabilidade é substituída pela instabilidade do lugar que nem sempre possui uma posição definida, pode-se deslocar no vazio da memória ocasionando inclusive na possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar.

Assmann destaca em seu estudo “Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural”, o pensamento dos semióticos culturais russos Lotman e Uspenski, que apontam para “a dependência que a memória cultural tem de certas práticas e mídias” (2011, p. 23), e aqui podemos incluir a fotografia rizomática como mídia e o movimento de observação das fotografias enquanto rizoma, aliado às narrativas evocadas neste movimento, como prática que possibilita a preservação da memória cultural, a qual

não dá prosseguimento sozinha a si mesma, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida. Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais. Sem estes não é possível construir uma memória que transponha gerações e épocas - o que significa também que a constituição da memória se modifica juntamente com o estado oscilante de desenvolvimento dessas mídias. (ASSMANN, 2011, p. 23-24)

No movimento de observação da fotografia rizomática é perceptível como a memória é construída e organizada no processo, frequentemente a partir de vinculações com outras mídias expostas no movimento assim como, com fatos vivenciados em momentos distintos daqueles apresentados nas fotografias. É perceptível também, como a memória transpõe gerações a partir da fotografia quando um narrador apresenta relatos de um momento que não foi por ele vivenciado, mas que dele possui memórias pois alguém da geração passada, pais, avós, tios, lhe apresentaram a fotografia com o que dela possuíam de memórias, ou ainda quando hoje, a fotografia é apresentada para novas gerações, transmitindo ou retransmitindo relatos de memória a partir dela. Movimento que no processo de digitalização das fotografias vem sendo reduzido, ou ao menos modificado, pois a prática de imprimir fotografias foi consideravelmente reduzida nos últimos anos e com isto, a observação coletiva presencial de fotografias de família se tornou um hábito menos frequente.

Cerzir a história a partir das narrativas de memória de uma população é possibilitar a preservação de “seus elos, sua base identitária e a substância de sua história”, fatores que se “perdem na dinâmica incessante do tempo” (DELGADO, 2003, p. 14). Perdem-se com a morte que leva consigo a memória do narrador, apagam-se com a perda dos referentes responsáveis por fazer emergir determinadas memórias, como no caso da fotografia que se extravia. Isso sem falar das narrativas hegemônicas que se impõe a determinadas culturas e acabam por sobrepor as memórias nativas.

Conforme proposto por Certeau (2009), as narrativas populares são imbricadas ao discurso científico como “modelo”, e não apenas como “objetos textuais a tratar”. Compreendemos em consonância com o pensador francês, que as memórias expostas pelos

habitantes através da narrativa são “um ‘saber-dizer’ exatamente ajustado a seu objeto e, a este título, não mais o outro do saber mas uma variante do discurso que sabe e uma autoridade em matéria de teoria” (CERTEAU, 2009, p. 141).

Recordando o caminho que traçamos até aqui, tendo definido como centro de interesse desta dissertação o potencial da fotografia nas idealizações narrativas, identificações e memórias, partimos para um conhecimento mais aprofundado da fotografia como um artefato cultural capaz de abrir brechas históricas. Pensamos a fotografia como rizoma, composta por irreversíveis para contínuo inacabável, potencializada ao ser associada à metodologia da história oral, uma vez que enxergamos a fotografia como um gatilho acionador de memórias e narrativas, estas, conceituadas a partir de Benjamin (1994) e Certeau (2009). Aos estudos sobre a fotografia foram também associados estudos sobre o conhecimento a partir da imagem, em textos de Didi-Huberman que abordam os imbricamentos das imagens e outras linguagens, advindas de técnicas diversas e com propósitos diversos para abertura de brechas históricas. Tudo isso sendo desenvolvido de forma cartográfica, a partir do conceito de Deleuze & Guattari.

Neste trecho foi necessário estacionar para observar o entorno e perceber nele um campo cultural de relevância em nossa região, o qual apesar de relevante não tivesse ou pouco tivesse sido estudado de maneira a correlacionar fatos e memórias. Um campo em que a fotografia rizomática, a partir de pontos irreversíveis pudesse produzir contínuo inesgotável na revelação de narrativas e identificações constituídas a partir de uma multiplicidade de verdades postas de dentro para fora, e não uma verdade imposta de fora. Após algumas reflexões cruzadas percebemos que a Estrada Imperial Dona Francisca oferecia um grande potencial de investigação, tanto por sua concepção histórica quanto pela diversidade geográfica e cultural existente ao longo de seu trajeto.

## **ESCRITOS DA HISTÓRIA E TRAJETO DE MEMÓRIAS**

Uma temática central em livros que abordam a Estrada, são os aspectos técnicos relacionados às questões políticas envolvendo desde o governo do então Império no período de construção da Estrada até os governos republicanos recentes e suas obras de reforma e reestruturação, a disputa entre as províncias do Paraná e Santa Catarina para definir o trajeto da estrada e as histórias envolvendo os carroceiros e posteriormente caminhoneiros que utilizavam o trajeto, assim como as demandas comerciais beneficiadas e impulsionadas com a construção da estrada. A relação entre habitantes do trajeto e Estrada raramente é investigada. Uma exceção é o livro de Gustavo Grein, “Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca” (2012), no qual o autor aborda a Estrada e dois habitantes de seu trajeto no contexto de investigação sobre a serra Dona Francisca.

O que propomos nesta pesquisa é um olhar para a Estrada a partir do ponto de vista dos habitantes, de suas fotografias e consequentes narrativas, a história da Estrada compreendida nas relações e identificações. Para tanto, é importante olhar para os escritos da história antes de adentrarmos no trajeto de memórias, pois é nos escritos que encontramos a contextualização sobre o tema da pesquisa, a Estrada, o que permite a quem não possui relações com ela compreender a trama de algumas narrativas e penetrar no enredo de algumas fotografias por outros caminhos além dos oferecidos pelos habitantes.

### **A Estrada Imperial Dona Francisca nos escritos da história**

A origem da Estrada remonta a 1853, quando os responsáveis pela recém formada colônia Dona Francisca “defendiam a necessidade e importância de uma estrada ligando o novo núcleo colonial ao ‘planalto de Curitiba’”, como cita Ternes no livro “Dona Francisca: Imperial Estrada da Serra” (TERNES; VICENZI, 2001). A nova estrada substituiria a Estrada Três Barras, também conhecida como Caminho Velho e Estrada dos Ambrósios, um trajeto precário que ligava São Francisco do Sul à Curitiba, tendo seu início na baía da Babitonga. Por este trajeto trafegavam apenas tropeiros e viajantes em montarias, o caminho não

possibilitava o tráfego de carroças por todo seu percurso. Segundo Ternes, o Caminho Velho, provavelmente foi implantado sobre trechos do Caminho de Peabiru – o qual se discute entre historiadores se o seu início se dava na foz do rio Itapocu ou na baía da Babitonga - seguindo até o Paraguai, onde hoje se localiza a capital Assunção. Esse caminho possivelmente traçado pelos indígenas antes mesmo da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, tornou-se um trajeto de comércio e evangelização.

No período de início das obras da Estrada, o número de estradas carroçáveis no Brasil era bastante reduzido, “talvez três apenas: a do Comércio, ligando o Rio de Janeiro ao Vale da Paraíba, aberta a partir de 1822; a estrada União e Indústria, de Petrópolis a Juiz de Fora, em Minas, aberta em 1856, e a Estrada da Graciosa, de Antonina a Curitiba” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 59). Na província de Santa Catarina ainda não havia estradas que ligassem as colônias existentes no período – Desterro, São Francisco, Lages e Laguna – apenas caminhos descampados como os dos tropeiros existentes na região de Lages, a única fora do litoral. Portanto, a Estrada Dona Francisca, chamada num primeiro momento de Estrada da Serra, viria a ser a primeira estrada da província de Santa Catarina e uma das primeiras do Brasil.

Segundo Ternes, a definição do trajeto foi “uma questão demorada e delicada”, mas desde o início não houve dúvidas quanto a importância da estrada, não apenas pelos benefícios para o deslocamento, mas também pela mão de obra que seria empregada em sua construção, ocupando muitos imigrantes que não conseguiam se alocar em outros trabalhos na Colônia Dona Francisca e estavam sem condições de sustentar suas famílias.

Os motivos para a demora em relação a definição do trajeto divergem nos livros históricos sobre a estrada Dona Francisca, para Ternes (2001) os motivos para lenta demarcação do trajeto se deram em parte porque os governantes da província do Paraná tinham interesse de que a nova estrada utilizasse o já conhecido trajeto do Caminho Velho, criando assim uma nova e rápida linha de transmissão de recursos para a região de Curitiba, que teria uma ligação direta com dois portos, Paranaguá e São Francisco. Segundo o autor, no lado da província de Santa Catarina, o interesse era que a estrada subisse o planalto em direção a região na qual hoje localiza-se a cidade de Mafra. Desta forma, o crescimento rumo ao interior da província catarinense seria impulsionado com o estabelecimento de colonos em terras no alto da serra, que na época pertenciam a Colônia Dona Francisca. Nesta proposta, a ligação com Curitiba seria feita pelo trajeto já existente entre a capital e a região

onde se localizam as cidades de Mafra e Rio Negro. Já para Silva (2002), o conflito se dava entre o senhor Aubé, apontado pelo autor como representante do Príncipe de Joinville na colônia, o qual tinha interesses para que a estrada seguisse o trajeto do já existente Caminho Velho, e entre “os dirigentes do empreendimento [a colônia Dona Francisca] do senador Mathias Schroeder [os quais] queriam expandir a colônia e tinham interesse nas terras vazias e férteis do Planalto” (2002, p. 16).

O primeiro trecho da estrada foi iniciado no lugar em que hoje se encontram as ruas Princesa Isabel e Dona Francisca, seguindo para a região onde se localizavam as terras do príncipe, no atual bairro Saguacu. Em 1855, Léonce Aubé assume a direção da colônia, e os assuntos referentes à estrada começam a ter maior atenção, porém, não sem desentendimentos. O Sr. Aubé planejava um traçado mais próximo a serraria do príncipe, diferente de seu antecessor Benno von Frankenberg, que “defendia os interesses da empresa colonizadora de Joinville e queria o traçado da futura estrada mais a Oeste, passando pela futura localidade de área em Annaburg, na qual inicialmente estava prevista a instalação do núcleo urbano da nova colônia” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 60).

Segundo Silva (2002), um acordo foi realizado entre os colonos e Aubé, portanto a estrada passaria próxima à serraria do príncipe, na região em que hoje se localiza o distrito de Pirabeiraba, mas subiria a serra em direção ao planalto, e não diretamente para Curitiba. Do ponto onde se localizava a serraria do príncipe em direção a serra, o agrimensor Carl August Wunderwald, e o primeiro engenheiro contratado pela direção da colônia, Carl Pabst, realizaram “inúmeras expedições de reconhecimento” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 61), isto em 1853. Nas anotações de Pabst encontram-se referências à vegetação e relevo do território, as condições propícias para a agricultura e ao encontro com os “bugres”, os quais, como é possível notar ao final deste trecho, não são considerados habitantes da região, um pensamento comum no processo de colonização:

Em uma das planícies bastante isoladas que se comunica entre si por estreitas aberturas formadas pela própria natureza, nas fraldas das montanhas e cercados de mata virgem, encontrei alguns bugres bravios. O inesperado encontro como nossa comitiva fê-los fugir sem que déssemos um só tiro. Notamos belas matas contendo em grande parte árvores de congonha (erva mate), enquanto nas planícies encontram-se pinheiros entre os quais estendem-se grandes e viçosos campos de relvas e muita taquara. As montanhas pertencem na maior parte aos antigos terrenos de aluvião. O terreno é quase exclusivo de qualidade superior para a agricultura. Nestas terras tão ricamente dotadas pela natureza ainda não se encontrava vestígios de habitantes. (SILVA, 2002)

Nas anotações de Pabst, a presença de “habitantes” é registrada apenas na região do Rio Negro. O traçado em direção a serra foi definido e formalizado em 1856, quando o

governo imperial enviou para a colônia o capitão de engenharia João de Souza Mello e Alvim, o mesmo trilhou o percurso traçado por Wunderwald em sua companhia, a partir da serraria, e depois de quatro dias retornaram definindo que a estrada subiria a serra no vale do Rio Seco. Após a definição do trajeto, outras incursões na mata foram realizadas para abrir a picada que iria servir de guia para a abertura da estrada, em uma delas, o médico e viajante alemão Avé-Lallemant<sup>6</sup> acompanhou Wunderwald, deixando registrado em seus diários múltiplos detalhes acerca das dificuldades encontradas nos “íngremes cumes cobertos de mata”, as belezas naturais do trajeto, as grutas, cachoeiras, animais, os acampamentos, tempestades enfrentadas e os nevoeiros recorrentes ainda hoje na serra. O relato de Avé-Lallemant nos leva a experienciar de forma intensa a ousada aventura vivida na idealização Estrada.

Ao final de 1857, Aubé foi chamado pelo conselheiro diretor das Terras Públicas, Manoel Felizardo de Souza Melo, para ir ao Rio de Janeiro onde recebeu a notícia de que o Governo Imperial poderia subsidiar a construção da estrada, notícia que foi formalizada em ofício de 13 de março de 1858, no qual Souza Melo definia a dotação anual de oito contos de réis do governo imperial para a construção da estrada e definia as diretrizes técnicas:

a serem observadas na construção da estrada, que da povoação de Joinville deve conduzir ao alto da serra Geral pelo vale do rio Seco.

Pelo documento, a estrada deveria ter:

- a) 30 palmos de largura, contados entre as arestas das valetas laterais (cerca de seis metros);
- b) As valetas serão abertas de ambos os lados da estrada, sendo em planície e em morros somente do lado de cima destes e terão cinco palmos de largura e três ditos de profundidade.

(TERNES; VICENZI, 2001, p. 62)

Oficialmente, em 29 de março de 1858 começava a implantação da estrada na região posterior à serraria do príncipe, em direção ao planalto catarinense. Na ocasião foram contratados 40 trabalhadores, com jornadas diárias pagas no valor de 500 réis, valor que foi

<sup>6</sup> Robert Avé-Lallemant, médico e viajante alemão, percorreu em 1858 os trajetos que ligavam as cidades e colônias das províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, pelo mar, rios, caminhos e trilhas na mata. Em seu diário de viagem, Avé-Lallemant descreve suas percepções sobre os lugares visitados e os trajetos percorridos. No momento de sua passagem pela colônia Dona Francisca, estava sendo estudado o trajeto para construção da estrada que subiria a Serra Geral pelo vale dos rios da Prata e Seco, fato que como descrito por ele, agitava em seu coração algumas dúvidas. Para sua viagem até Curitiba, o médico e viajante deixou evidente seu interesse em utilizar a oportunidade dos estudos da estrada para subir até a capital da província do Paraná: “o interesse que me despertou a projetada estrada como poderoso meio de promover a prosperidade da colônia; e a singularidade da situação de penetrar por uma picada a ser aberta, de bússola na mão, numa selvagem região montanhosa onde ainda não abriu caminho civilização alguma ou mesmo chegar a regiões que, podia dizer categoricamente, nunca foram pisadas por pés humanos – faziam-me pensar sollicitamente, desde a minha excursão à serraria do Cubatão, se não seria possível que, partindo daqui, eu subisse o planalto do Paraná e de lá alcançasse Curitiba, a capital da Província, fosse de que modo fosse.” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 201–202).

diminuindo no decorrer da obra conforme o governo imperial ia diminuindo o subsídio, obrigando também a redução do número de trabalhadores contratados. Segundo Ternes, “os trabalhadores eram escolhidos pela direção da colônia pela força física, disposição para o trabalho e real necessidade de um salário” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 65). Também algumas mulheres eram contratadas para trabalharem na cozinha e diretamente nas obras da estrada. O trabalho braçal era o único recurso nas obras, não havendo qualquer maquinário, todo o trabalho como construção de pontes, abertura de valas, drenagens, eram feitos de maneira artesanal.

Leonce Aubé foi definido como o primeiro encarregado pela construção da estrada, ficando no cargo até 1860 quando o engenheiro Ignácio Magalhães assumiu, permanecendo no cargo por apenas alguns meses e sendo logo substituído pelo engenheiro Eduardo José de Moraes, o qual transmitiu o cargo para o engenheiro francês Etiénne Douat, em 1874, ficando este a frente da obra até quase seu término, de 1874 a 1880, quando com a obra já na região da atual cidade de Rio Negrinho, assumiram os engenheiros Rilques e Lovis Foulois, que finalizaram a obra em 1892. Vale salientar que, de 1865 a 1870, as obras para construção da estrada ficaram paralisadas devido à guerra do Paraguai. Neste período o governo imperial dedicou atenção exclusiva a guerra, cortando os recursos para as obras da estrada, que foram retomadas em abril de 1870, após o fim da guerra.

Neste intervalo de tempo o governo da província do Paraná enviou à Joinville alguns representantes com a intenção de negociar o trajeto da estrada, tendo em vista que as autoridades da província vizinha temiam perder os negócios relacionados a Erva Mate vinda da região do Rio Nero, já que a viagem para realizar a exportação a partir de Joinville seria mais curta e econômica (SILVA, 2002), e o movimento comercial de Curitiba para Paranaguá sofria “as mais duras dificuldades” por não haver uma boa estrada ligando as cidades, como afirma Avé-Lallemant em seu diário de viagem. A proposta do Paraná era que a estrada seguisse em direção a São José dos Pinhais a partir do trecho conhecido como Encruzilhada, chegando inclusive a abrir uma picada ligando a cidade paranaense ao trecho na estrada Dona Francisca. Após alguns conflitos, com interferência do governo imperial que tinha pretensões de que a estrada seguisse rumo ao Rio Negro para aumentar o território habitado por colonos imigrantes, pretensão firmada inclusive em contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, no qual o Governo Imperial exigia que “A Sociedade Colonizadora fundaria, no planalto, às margens da estrada Dona Francisca, uma colônia agrícola para criação de gado e

a instalação, anualmente de 300 colonos” (KORMANN, 2019a, p. 13), desta forma a estrada seguiu o trajeto planejado inicialmente. A decisão não foi bem aceita na província do Paraná, e seus governantes destacaram uma força policial para montar um posto fiscal em Encruzilhada, visto que “a Província do Paraná considerava que todo o planalto catarinense era território paranaense até a divisa com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (KORMANN, 2019a, p. 17). O que gerou revolta e novo conflito com a colônia Dona Francisca, em razão das taxas cobradas no posto para a passagem de tropas de cargas. Uma carta do então diretor da colônia Frederico Brüstlein relata também os ataques realizados “por indivíduos armados, escondidos na capoeira, entre os quais, um português e um holandês do registro da encruzilhada que ameaçaram de morte o Juiz de Direito e o feitor de estrada” (FICKER, 1973). Novamente o governo imperial precisou interferir para que o posto fosse desativado e os ataques cessaram.

Ao longo do trajeto da Estrada foram se estabelecendo alguns núcleos comunitários, que com o passar do tempo foram se desenvolvendo e passaram a tornar distritos e cidades. O núcleo onde hoje é localizado o Distrito de Pirabeiraba, em Joinville foi o primeiro deles, decorrente da doação de terras no local ao conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz. A origem da cidade de Campo Alegre também remonta ao período de construção da estrada. Havia no local uma base de operações que aos poucos foi se tornando uma vila habitada principalmente por família vindas da província do Paraná, que no período brigava pelas terras da região e enviou as famílias na intenção de ocupar o território.

São Bento do Sul também tem sua fundação diretamente ligada à Estrada, e aqui, a fundação da cidade foi programada, tendo em vista que já era um plano da administração da colônia enviar imigrantes para fundar uma nova colônia no alto da serra, no trajeto da estrada. Segundo Ternes, cinco “famílias que deixaram a pequena aldeia de Fleken, na densa Floresta Negra da Boêmia, no dia 14 de junho do mesmo ano [vieram] para o Brasil com a missão de se estabelecer em nova colônia agrícola, em terra próximas à ‘Dona Francisca’” (2001, p. 90–91). Os homens dessas famílias, unidos a outros imigrantes que já estavam na colônia Dona Francisca, formaram um grupo de 70 pessoas que “permaneceu apenas três semanas na nova colônia, derrubando as matas nos seus lotes e trabalhando na demarcação de mais áreas para a colonização” (Ternes, 2001, p. 91). Após esta etapa, o grupo retornou à colônia Dona Francisca, e novamente subiu a serra, desta vez para construir as primeiras casas da nova colônia, e feitas as primeiras casas, o grupo retorna a Dona Francisca para então subir

a serra com suas famílias, mantimentos para os primeiros meses, apetrechos para a cozinha e artefatos para o acabamento das casas.

O acampamento instalado em 1875, onde hoje localiza o cruzamento entre as ruas Dom Pio de Freitas e do Seminário, na cidade de Rio Negrinho, foi habitado inicialmente também por famílias vindas da província do Paraná, da região de Curitiba, pois os governantes da província consideravam estas terras pertencentes ao seu território. Com o passar do tempo, algumas famílias que inicialmente haviam sido alocadas em São Bento do Sul começaram a migrar para o território vizinho, que em 1880 se tornou o distrito de Rio Negrinho, pertencente à cidade de São Bento do Sul, sendo mais tarde emancipado.

A cidade de Mafra, localizada no trecho final da estrada Dona Francisca, tem sua história vinculada a cidade de Rio Negro, no Paraná. As duas cidades permaneceram por décadas unificadas, tendo a povoação do território separado apenas pelo rio Negro. No entanto, o território ao sul do rio sempre foi reivindicado pelo governo de Santa Catarina, questão resolvida em setembro de 1917, após o juriconsulto de Santa Catarina, Dr. Manoel da Silva Mafra exercer esforços contínuos para a tomada da terra por parte do estado catarinense junto ao Supremo Tribunal Federal. A nova cidade recebeu então o nome de seu defensor no tribunal.

A construção da estrada motivou diversos conflitos entre indígenas que habitavam na região e temiam pela perda de seus territórios e recursos naturais, e os trabalhadores da estrada e novos moradores que iam sendo alocados no trajeto. Os indígenas hostilizavam seus invasores na tentativa de provocar um recuo, o que não impediu os planos dos colonizadores de continuar as obras da estrada e a apropriação de terras no decorrer de seu trajeto para a implementação de novas vilas e propriedades agrícolas. Novos conflitos ocorreram na estrada no início do século XX, quando os primeiros caminhões começaram a circular pelo trajeto. Os carroceiros reclamavam da velocidade excessiva dos caminhões enquanto os caminhoneiros **por sua vez**, reclamavam do número excessivo de carroças que impedia o “livre trânsito do progresso”, como afirma Ternes.

Os primeiros transportes comerciais da estrada iniciaram antes mesmo de sua conclusão. No dia 31 de maio de 1865 chegou à Colônia Dona Francisca o primeiro carregamento de erva mate descendo do planalto pelo trajeto construído até o momento, e “voltou carregando couro curtido do curtume J. Richlim” (KORMANN, 2019a, p. 15). Este carregamento marcou “um novo e importante capítulo da história econômica e social da

colônia Dona Francisca” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 71), iniciando o chamado ciclo do mate, o qual provocou naquele período a alteração do nome da Estrada da Serra para Estrada do Mate. Os primeiros carregamentos de mate aconteciam principalmente em lombo de animais, e o primeiro carregamento feito em carroça aconteceu após a colonização de São Bento do Sul, em 1873. O ciclo durou até 1905 e proporcionou a consolidação da Colônia Dona Francisca, local em que a erva era beneficiada. Porém o mate não foi o primeiro produto a ser transportado pela Estrada, visto que a madeira retirada da mata para abertura da estrada e das vilas estabelecidas ao longo do trajeto já era transportada até a colônia para ser utilizada em obras da colônia, enviadas para outras províncias do Brasil e exportada para Europa, Argentina e Uruguai (TERNES; VICENZI, 2001). A atividade madeireira ao longo do trajeto da Estrada permaneceu por décadas sendo um dos principais recursos para a economia da região, tendo seu transporte acompanhando a evolução estrutural da estrada e dos próprios meios de transporte, iniciando com os carroções do século XIX até os modernos caminhões da década de 1990, quando a extração de árvores nativas foi proibida por lei. Vale ressaltar que ainda hoje a madeira continua sendo um importante recurso para a economia da região e continua sendo transportada pela Estrada em forma de móveis e também não beneficiada, proveniente de florestas renováveis implantadas ao longo do trajeto da estrada.

Com a inauguração da estrada de ferro Ramal São Francisco do Sul, em 1913, as atenções do governo para a Estrada reduziram consideravelmente, o que deixou a estrada praticamente intransitável, situação que teve melhora a partir de 1922 com a necessidade do tráfego de pequenos automóveis (KORMANN, 2019a). Porém, a primeira grande reestruturação da estrada foi realizada apenas em 1978, quando foi concluída as obras de pavimentação, sendo o trecho da subida da serra o último a ser concluído devido as dificuldades do terreno. No ano de 1995 uma forte temporada de chuvas prejudicou consideravelmente a estrada, deixando-a em condições precárias por anos, recebendo as devidas reestruturações apenas no início dos anos 2000. Na ocasião a estrada, principalmente no trecho da serra Dona Francisca, recebeu investimentos em “projeto paisagístico e de humanização” (SILVA, 2002), especificamente na cascata, que recebeu uma passarela permitindo ao viajante chegar mais próximo da queda d’água; na bica d’água que recebeu deques de madeira e bebedouros “tipo chafariz” e no mirante que permitia uma visão panorâmica da subida da serra. Outro atrativo da área no entorno do mirante foi a pavimentação com os antigos paralelepípedos utilizados na primeira reestruturação da

estrada, especificamente no trecho de subida da serra onde a tecnologia da época tornava inviável a pavimentação asfáltica do trecho e uma obra do artista Marcos Avancini retratando a evolução histórica da estrada.

As obras paisagísticas, abandonadas e até mesmo desmontadas atualmente, visavam atender o novo perfil da Estrada, que com a estruturação de outras rodovias com maior porte viário na região e a proibição da extração de madeira nativa, teve o tráfego de cargas reduzido e o uso compartilhado em grande parte pelo turismo, impulsionado pelo investimento em atrativos turísticos na região, como hotéis fazenda, cafés, restaurantes, festividades regionais e mesmo por turistas que utilizam a estrada para acessar o litoral de Santa Catarina.

Esse breve histórico da Estrada Imperial Dona Francisca foi realizado com base em livros disponíveis sobre o tema, os quais demonstram grande interesse político na exaltação de governantes responsáveis por determinadas obras na rodovia. Na leitura das referências também nos deparamos com divergências em relação a alguns fatos, números e datas. O sentimento de pertencimento e enobrecimento da Estrada também é notável em alguns textos, como no livro de José Kormann que cita em sua introdução:

É este um pequeno estudo cronológico da estrada Dona Francisca, a *principesca* [grifo nosso] rodovia na Terra dos Príncipes.

É ela a segunda estrada carroçável do Brasil, ou seja, a Segunda rodovia brasileira e durante muito tempo uma das mais importantes da América do Sul.

Na ordem cronológica estão as seguintes:

1ª . Estrada do Comércio que ligava Rio de Janeiro ao Vale da Paraíba em 1822;

2ª . Estrada Dona Francisca de Joinville a Mafra, iniciada em 1853;

3ª . Estrada União e Indústria de Petrópolis a Juiz de Fora, construída em 1856;

4ª . Estrada da Graciosa de Antonina a Curitiba.

É este apenas um humilde trabalho que contribui para reavivar este importante capítulo de nossa História. Não passa de mais um subsídio para o estudo de nossa região.

Quem puder e souber fazer melhor deverá fazê-lo sob pena de, por omissão, estar cometendo um crime para com o patrimônio cultural. (KORMANN, 2019a)

Tais características nestes escritos históricos demonstram que não apenas a oralidade e o estudo tomado a partir dela está sujeito a deslizos e subjetividades. É certo também que muitas brechas, especialmente as relacionadas ao conhecimento popular aguardam por serem abertas na historiografia escrita.

É este o tema de destino e também o caminho percorrido na busca de narrativas de memórias suscitadas por fotografias que aqui buscam abrir brechas na historiografia da Estrada, dando voz aos habitantes que vivenciaram as mudanças ocorridas na Estrada ao longo de sua história, tiveram suas vidas, hábitos e costumes modificados em decorrência das transformações e que também modificaram a paisagem da estrada neste período. Pessoas que tiveram suas identidades moldadas pela estrada e que moldaram sua identidade.

## A Estrada Imperial Dona Francisca no trajeto de memórias

Na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir para o trabalho ou voltar para casa, toma-se uma "metáfora" - um ônibus ou um trem. Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços. (CERTEAU, 2009, p. 182)

Embarcados em *metaphorais* conduzidos por habitantes da *Estrada Imperial Dona Francisca*, iniciamos o trajeto de memórias que nos levará a conhecer e sugere ao leitor produzir em conjunto o “outro lugar”<sup>7</sup>, aquele que ainda não conhecemos, por mais que já conheçamos a Estrada ou o que dela permanece no trajeto das rodovias, ruas e avenidas que se apropriaram de seu trajeto. O “outro lugar” aqui apresentado é inédito porque se fazia presente com tal configuração apenas na memória de quem contribuiu com sua *metaphorai*, e é certo que todas as *metaphorais* aqui presentes nunca haviam sido reunidas ou até mesmo apresentadas da forma como foram, a partir de um determinado conjunto de fotografias com objetivo de expor características culturais e dados historiográficos, buscando cerzir uma história da Estrada com foco nas relações dos habitantes.

O “outro lugar” é aqui um espaço que não está situado em coordenadas geográficas, mas subjetivo, presente na memória dos colaboradores e do leitor que ao ser atingida pelo contato com as narrativas é revelada como uma cidade perdida sendo descoberta aos poucos no contato com a picareta utilizada por arqueólogos, e que, assim como Freud salienta em sua metáfora do “escavar”, onde compara o ofício do psicanalista com o do arqueólogo, há uma “participação criativa da [re]construção no trabalho de recordação” (ASSMANN, 2011, p. 175). Não há aqui a pretensão de aproximar-se da psicanálise, a metáfora é aqui apresentada com o intuito de expressar, nas palavras de Assmann, a forma como no movimento de observação de fotografias

o narrador supera, por um momento, o estado de ser humano enquanto ente temporal, experimenta um momento de anamnese, uma apocatástase mística, um momento de suma, da presença plena, da restituição de todas as partes e membros (re-membering) roubados pelo tempo. (ASSMANN, 2011, p. 176)

<sup>7</sup> Ao citar o “outro lugar” fazemos referência à André Rouillé (2009) que afirma que “a fotografia contribuiu, na metade do século XIX, para renovar a produção do outro lugar”. No seu texto Rouillé enfatiza que a descoberta do “outro lugar” por meio da fotografia foi impulsionada pelo fato dela surgir “no momento em que a sociedade industrial coloca em circulação, em todo o globo, um imenso fluxo de homens, de mercadorias e de capitais, que faria submergir o território tradicional”, isto porque no mesmo momento em que surge a fotografia também aparecem a ferrovia e a navegação a vapor. A referência aqui se faz pertinente pois nesta pesquisa, é também a fotografia que impulsiona o conhecimento de um “outro lugar”, não físico como no século XIX, mas subjetivo, como explanado no texto.

Caracterizando a fotografia não apenas como descrição, mas também como instrumento da recordação, um “suporte privilegiado do inconsciente cultural” (ASSMANN, 2011, p. 237).

Para iniciar a pesquisa no trajeto da Estrada foi realizado um levantamento a fim de conhecer as famílias que habitam a mais tempo em seu trajeto. Para tanto, foi possível contar com a colaboração de alguns habitantes, dentre os quais se faz de grande importância salientar a participação do casal Luciane Rank Maia e Vanderlei Maia, que demonstraram grande interesse pela proposta e contribuíram na busca de nomes para as entrevistas, fazendo inclusive muitas vezes o contato inicial com os habitantes, explicando a proposta da pesquisa e abrindo os caminhos para as entrevistas.

Caminhos que aqui se cruzam e entrelaçam através das narrativas de memória expostas pelos habitantes enquanto apresentavam fotografias de acervos pessoais. As narrativas, apresentadas em forma de “transcrição” decorrente da metodologia de História Oral, conforme a proposta de Portelli (1997), em que o texto é construído pelo entrevistador que busca através das narrativas tecer a história do tema pesquisado com base na colaboração individual de cada entrevistado, não como uma tradução literal do que foi dito, mas uma interpretação pautada não apenas nas palavras, mas também nos gestos, silêncios, expressões, considerando que as narrativas produzem efeitos e não objetos, pois são narrações e não descrições, como afirma Certeau (2009).

Como num rizoma, as entrevistas e a historiografia podem conectar-se umas as outras em diversos pontos, pois apesar de serem resultadas de entrevistas individuais, possuem um tema central que provoca convergências – a estrada – e em algumas situações, até mesmo as fotografias apresentadas se repetem, ou são muito próximas. É o caso de fotografias de festas, cultos, em que mais de um habitante entrevistado estava presente, e o fato é apresentado por ambos os colaboradores, claro que, cada qual com suas memórias.

Para ilustrar o processo de desencadeamento das memórias a partir das fotografias e evidenciar a proposta rizomática da pesquisa, cada narrativa será apresentada em impressos individuais no formato sanfona, na qual as fotografias estão dispostas no eixo central da sanfona horizontal e delas se desdobram em sanfonas verticais os textos das narrativas. As impressões apresentadas em frente e verso, propõem ao leitor o trajeto de uma viagem, deslocando-se até o final da sanfona e voltando até o ponto de partida, a contracapa do

impresso. O impresso em forma de sanfona também alude aos desdobramentos inesperados de uma narrativa.

Cada sanfona recebe como título o número da casa ou o quilômetro em que a casa do colaborador se localiza (forma de identificação mais comum no trajeto onde a Estrada permanece como rodovia). Não utilizamos títulos como forma de caracterizar cada narrativa, em acordo com a proposta rizomática que está presente também na proposta de dispor as narrativas em impressos individuais, possibilitando ao leitor realizar sua própria “viagem” por entre as narrativas, inclusive, relacionando visualmente fotografias e narrativas lado a lado, instigado por suas próprias experiências.

Neste volume, a ordem de apresentação das entrevistas segue o trajeto da Estrada, partindo de Joinville para Mafra, mas vale ressaltar que os relatos de memória nos conduzem por uma travessia rizomática que transgride a Estrada que o mapa demarca, nos levam por um “espaço de operações feito de movimentos: [que] é topológico, relativo às deformações de figuras, e não tópico, definidor de lugares” (CERTEAU, 2009, p. 197).

Em um apartamento na esquina das ruas Alexandre Doehler com Dona Francisca habita, desde a construção do prédio em 1973, Jeanete Brunken com seus amigos felinos que na chegada de qualquer pessoa desconhecida saem em disparada para se esconderem. A residência em que ela habitava antes de mudar-se para o apartamento não era muito longe dali, ficava na rua Lages, onde habitavam também seus pais em casa construída por seu próprio pai, tio e avô que possuíam uma construtora. A casa hoje não pertence mais à família, mas ainda permanece erguida ornamentando a paisagem da região central de Joinville, fato que acalenta Jeanete.

Ainda bem que a casa dos meus pais continua lá e não foi demolida. A gente vendeu mais tarde quando meus pais faleceram, mas ela continua lá e foi construída com tanto capricho. Pegava enchente ali, então meu pai teve que levantar o terreno pra poder evitar enchente, foram carradas e carradas de barro, e aquilo tudo foi socado, socado, socado, socado pra ficar bem firme. Foi feita cinta em volta tudo de pedra pra ficar uma coisa bem sólida, bem construída, e ainda bem que continua ali de pé. Esses tempos quando eu passei ali, estavam mexendo no telhado e eu pensei: será que estão demolindo a casa? Claro, não tem nada mais a ver conosco, mas tenho um certo carinho, porque foi construída com tanto esforço e foi muito bom morar lá. Mas, estavam reformando, reformaram o telhado e toda a casa e está lá inteira ainda. (BRUNKEN, 2019, p. 5)

Neste que é o trecho mais antigo da Estrada, Jeanete passou a maior parte de sua vida na rua Lages desde os oito anos de idade, período marcado por muitas lembranças da região, das brincadeiras da infância nos capoeirões de mato da redondeza, das travessuras noturnas no singelo trajeto ainda pouco iluminado e da modificação da paisagem observada em sua varanda de frente para a Dona Francisca.

Fotografia 1 – Jeanete na varanda de seu apartamento com os gatos Rusko e Faith. Nos fundos, à esquerda, Edifício Deville sendo construído.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

Seus bisavôs da família Hoepfner chegaram em Joinville embarcados no navio Comet em 06 de agosto de 1855 e se estabeleceram na região central da cidade. Essa lembrança é emergida a partir de uma fotografia capturada no Cemitério do Imigrante, onde os descendentes de Carl Friedrich Gustav Hoepfner e Johanna Elisabeth Magdalene Brockman se encontram para comemorar a chegada de seus antepassados ao Brasil. Na ocasião capturada na fotografia, estava sendo comemorado os 125 de imigração. Jeanete lembra que não pode ir ao encontro “porque a minha filha mais velha estava com rubéola, e tinha na

família uma jovem senhora que estava grávida. Aí eu não fui porque poderia estar levando o vírus” (BRUNKEN, 2019, p. 13).

Fotografia 2 – Encontro da família Hoepfner em comemoração aos 125 anos de imigração.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

A paisagem da Estrada é evocada na medida em que Jeanete percorre o trajeto em sua memória, partindo do ponto inicial da Estrada até o local onde ela costumava brincar, são muitas as memórias da redondeza, as quais evocam diversidades de sentimentos, como o medo que sentia ao passar em frente à cadeia com os presos muito próximos da calçada.

Me lembro que no começo ali da Dona Francisca existia uma cadeia pública, não sei te dizer o ano, e eu acho que era na esquina onde ficava o antigo fórum. A cadeia era rente a calçada e tinha as grades onde os presos ficavam olhando tudo, e a gente era mocinha, morria de medo e passava bem do lado de cá, nem olhava porque a gente tinha medo. (BRUNKEN, 2019, p. 2)

Medo que dividia lugar com o leite ao passar diariamente pelo bambuzal no caminho para a escola.

E eu me lembro que na esquina na rua que dá acesso aos fundos do Colégio Bom Jesus existia um bambuzal bem grande e quando a gente passava pra ir pra escola, ficava olhando aquele bambuzal, e as vezes até com medo de ter alguém ali. Antigamente apesar de não ser tão perigoso, os pais sempre orientavam a gente pra ter cuidado com tudo. Mas eu gostava de ver o bambuzal porque o vento balançava ele, e era muito gostoso. (BRUNKEN, 2019, p. 2-3)

Os nomes de alguns moradores e famílias da região também são recordados, principalmente aqueles com quem ela tinha maior contato ou que por algum motivo marcante ficou gravado na sua memória. Como é o caso da família Sá, que possui uma residência a qual chamava sua atenção e que, ao ser demolida causou um grande choque.

Onde está o estacionamento agora existia a residência da família Sá. Era uma residência bem grande e antiga e eles tinham um pátio imenso, imenso. Eu sei que ali, o nome do homem eu não sei, mas ela trabalhava no cartório, era dona Celina Jordan de Sá. E eu não sei por que, mas a família de certo vendeu, sei lá o que aconteceu, e eles demoliram tudo. Eu sei que num sábado a tarde de repente a gente escutou algo assim que parecia guerra, caindo tudo, um barulhão, e a gente correu pra janela e eles estavam demolindo tudo, o casarão, as árvores, tudo, tudo, limpavam, num sábado a tarde eles arrasaram com tudo. E a gente ficou sentido porque aquilo tudo tinha assim, pra gente era tão bonito ver, tinha uma ligação emocional com aquilo. Foram muitos anos que a gente via, e eu me lembro ainda, como eu sou doida por bicho e tenho pena de tudo, eu me lembro que os passarinhos voavam desesperados, gritando porque as árvores estavam sendo derrubadas e eles provavelmente tinha ninhos ou filhotinhos lá, e aí eles revoavam em volta daquilo tudo, e as árvores sendo derrubadas, e eles gritavam, gritavam. Ai, foi de cortar o coração, eu não gosto de ver essas coisas e a gente sofreu muito. (BRUNKEN, 2019, p. 3)

Fato marcante para uma “discípula literalmente de São Francisco”, apaixonada por animais desde a infância e que já realizou diversos resgates, principalmente de gatos em situações precárias, acolhendo-os em seu lar. São eles também os protagonistas de muitas fotografias existentes na grande caixa de fotos que Jeanete traz para observar, evocando muitas memórias relacionadas aos seus animais:

Essa aqui tinha três dias de vida quando eu a achei, a Faith, em inglês fé, e como eu tive fé e esperança de que ela iria sobreviver, dei o nome de fé pra ela. Ela foi criada com fraldinha, mamadeira de três em três horas, e naquele tempo eu trabalhava fora, uma filha estudava de manhã e a outra a tarde, eu deixava as mamadeiras prontinhas, e elas aprenderam a aquecer em banho maria e também provar pra ver se não estava muito quente. Então uma cuidava de manhã e a outra a tarde e eu cuidava a noite, colocava o despertador pra acordar de três em três horas pra dar mamadeira e olha, ela viveu catorze anos. E esse aqui é o Rusko, e ele teve uma história engraçada, era um sábado a noite, já eram umas dez e pouca e a gente escutou um gatinho gritando muito desesperado, aquele miado doloroso, aí corremos pro terraço a minha filha Cris e eu, porque a minha família é toda bicheira sabe, entre aspas né, achamos que ele tinha sido atropelado mas quando vimos, havia uma senhora e uma menina caminhando e a menina levava o gato pelo pescoço e o gato gritava e espremeava, de certo

quase sendo sufocado. Minha filha correu escada abaixo falando: “o que vocês estão fazendo com esse gato?” e a mulher disse “ah a gente encontrou ali mais adiante, minha filha tá levando pra casa, mas eu não estou muito afim não, quer pra ti?”, “claro que eu quero” – minha filha disse. Mas ele era feio, magro, parecia assim um rato pelado, aquelas veias azuis, as costelas aparecendo, ele era horrroso tadinho. Trouxemos ele, demos banho comida, levamos no veterinário, mas como ele era muito raquítico, nos pareceu que ele era uma menina pois ele já devia ter uns três meses e não tinha desenvolvido o sexo dele, por isso nos pareceu ser uma menina e demos o nome de Maruska, nome russo bonito. Mas, depois de três meses, *tóin*, saiu a masculinidade dele e aí de Maruska que era nome feminino, ficou Rusko. (BRUNKEN, 2019, p. 7–8)

Os gatos protagonizam grande parte da narrativa de Jeanete, porém ela salienta: “particularmente gosto mais de cachorro, só que os gatos aconteceram na minha vida e não troco eles por nada, dinheiro nenhum” (BRUNKEN, 2019, p. 11).

Fotografia 3 – Dona Jeanete demonstrando seu afeto pelos animais.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

O percurso pelo trajeto da memória continua pela vizinhança de Jeanete, emergindo lembranças da paisagem e da interação com ambiente:

Aqui do lado onde agora é o cartório da Ruth Silva morava uma senhora, dona Erna Weege. Na esquina ali onde tinha o bambuzal depois foi construído aquele prédio onde tinha o Samurai calçados em baixo, uma loja de calçado muito tradicional de Joinvile e seguindo adiante ali na esquina, que eu me lembro sempre teve bar, e em seguida morava uma família, onde agora também já é tudo comercial, ela se chamava dona Erna, não lembro mais o sobrenome, era um casal com um filho, também muito bacana. Mais adiante morava uma costureira, numa casa que agora pertence aos Rudnick, e em seguida já vem um prédio e na esquina morava a família Oliveira que tinham os filhos com quem a gente brincava porque a casa dos meus pais, é assim, tem o bar na esquina, ali na rua Lages, vem o estacionamento e em seguida já é a casa dos meus pais, então ali nessa redondeza a gente brincava com as meninas e o rapazes, e era engraçado porque no verão antigamente você podia ficar até dez, onze horas da noite na rua brincando porque não tinha perigo. Um pouco mais pra cá, antes ainda da Casa da Cultura, tinha uma área com mato rasteiro, um mato de bosque assim digamos, e muito pé de ingá, e aí a gente subia naqueles árvores, você não vai acreditar mas eu pesava 39 quilos, então eu podia subir na árvore mais alta que o galho não quebrava, e pegava os frutos bem maduros. Pé de cerejeira tinha um monte também, aquelas cerejas que deixam a língua toda roxa, e goiaba. A gente vivia correndo lá por dentro e quando tinha cipó a gente brincava de Tarzan, naquela época Tarzan era um dos nossos heróis. (BRUNKEN, 2019, p. 3-4)

As brincadeiras no mato durante o verão eram diurnas, e a noite eram as travessuras que permeavam o dia a dia das crianças da vizinhança,

Perto do Natal, a gente pegava caixa de sapato e fazia um pacote bem bonito, com fita e laço, um pacote bem chique, e como meu pai era pescador ele tinha fio de nylon, então a gente o amarrava no pacote e se escondia atrás do muro da nossa casa. Toda criançada da vizinhança participava, a gente esperava escurecer, botava um tijolo ou pedra dentro do pacote e justamente em frente a rua Lages tinha um poste, então a luz incidia bem em cima ali onde a gente colocava o pacote. O pessoal que vinha do trabalho oito, nove horas da noite, quando via aquele pacote bonito ia pegar, e aí a gente puxava, o pessoal dava cada pulo, porque era um sustão. E a gente ficava quietinho, então eles não sabiam nem de onde que era porque o fio de nylon era difícil de ver a noite. Mas olha, a gente aprontava! (BRUNKEN, 2019, p. 4-5)

As travessuras e brincadeiras são recordadas entre muitas gargalhadas, e com saudosismo Jeanete compara a diversão de seu tempo de infância com o cotidiano de seus netos:

Olha, era muito divertido, eu tive uma infância muito boa. Também fazia cabana no mato e as meninas se reuniam pra fazer comidinha fictícia com folha picada, e era assim uma infância bem diferente do que é hoje em dia. Meus netos e tenho já uma bisnetinha também, é só tablet, tablet e celular. Ela quando tinha um ano e pouco, com aquele dedo gordinho já sabia ligar. (BRUNKEN, 2019, p. 5)

No percurso que Jeanete percorre por sua memória, segue do início da Dona Francisca pelo lado esquerdo da rua, indo até o trecho onde hoje existe o Museu do Sambaqui, na época o bosque onde ela costumava brincar e colher frutas. Depois, ela vem retornando, lembrando que boa parte desse outro lado

era tudo mato e não tinha nada de construção, era terreno baldio. Depois mais tarde o Rudnick construiu esse prédio aí onde ficou muito tempo a Receita Federal, depois foi alugado pra Casa da Cultura quando ela estava em reforma e aí era o dia inteiro escutando “pim, pim, pim, pim, pim”, ainda bem que eu gosto de música e aí agora está essa coworking. Na esquina aqui onde

era a imobiliária Visão morava a família Friedrich e mais adiante, já tinha esse casarão antigo ali, morava uma senhora, mas já é falecida, eu não lembro agora o nome. Depois teve uma panificadora também e na esquina também era um casarão com quintal enorme onde agora tem o estacionamento, era a família Branch que morava ali, e mais adiante pra lá, agora eu não lembro o que que tinha. Era muito terreno baldio ainda e depois ao longo dos anos foram construindo coisas, fizeram esse cenourão que eles chamam, mas tinha muito terreno baldio. (BRUNKEN, 2019, p. 6)

As memórias da paisagem no trecho inicial da Estrada vão do ponto próximo ao terminal de urbano de ônibus até a ponte sobre o rio Cachoeira, “mais pra lá, depois da ponte, eu não lembro muito, sei que tinha uma malharia, a Artestil, que inclusive ela é minha amiga até hoje, muito querida, e também casas de família que eu não saberia te dizer os nomes” (BRUNKEN, 2019, p. 6-7).

As enchentes na região central foram registradas em fotografias do início da década de 1970, nas quais o terreno da residência construída por seu pai aparece alagado, assim como trechos das ruas Lages e Dona Francisca. Jeanete salienta que quando seu pai construiu a casa já sabia dos riscos de enchente por isso levantou bastante o terreno, mas mesmo assim, nessa enchente a água invadiu a propriedade.

Fotografia 4 – Rua Dona Francisca alagada por enchente.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

As datas de alguns acontecimentos são por vezes ancoradas em relações com datas e idades mais familiarizadas, como é o caso da enchente observadas nas fotografias de Jeanete: “isso aí foi em setenta e dois, setenta e três porque a minha menina ela tinha um ano e pouco, acho então que foi setenta e dois provavelmente. Isso foi uma enchente grande, no nosso quintal entrou água sabe e a rua estava toda alagada” (BRUNKEN, 2019, p. 9). Em outros momentos, o aspecto antigo, a representação de outros períodos nas fotografias e também algumas anotações no verso provocam breve equívoco na memória de Jeanete, como acontece em uma fotografia de sua mãe: “Essa é de mil e oitocentos, nossa, é muito velho,

aqui ela era mocinha, ela nasceu em mil novecentos e dezessete. Não, não tem nada a ver com mil oitocentos, não sei por que tem isso aqui” (BRUNKEN, 2019, p. 12-13).

Fotografia 5 – Elisa Hoepfner, mãe de Jeanete Brunken.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

Algumas fotografias apresentam o resultado de pescarias que aconteciam principalmente no rio Pirai, onde a família tinha uma cabana onde passavam fins de semana e feriados, como lembra Jeanete:

Nós tínhamos uma cabana no rio Pirai, a gente passava os finais de semana e feriados tudo lá. Uma cabana com infraestrutura, só que o fogão era a lenha e era um *fumacê*. A gente voltava

de lá defumado, literalmente. Tinha colchões e a roupa de cama era especial praquele lugar porque antigamente só se usava roupa de cama bem branca, alvejada, era tudo branquinho, branquinho. E para lá não dava pra levar branco porque ficava mais sujo, então a minha mãe tingia a roupa branca de verde bem escuro, que era mais fácil pra cuidar. (BRUNKEN, 2019, p. 10)

Fotografia 6 – Família de Jeanete Brunken ao retornar de uma pescaria.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

“Ah eu adoro natureza! A gente adorava ir pro mato fazer piquenique e eu sinto tanta falta disso”, exclama Jeanete ao ver as fotografias das pescarias e acessar as lembranças dos acampamentos na mata,

a gente fazia a cabana onde ficava, meu pai caçava também, naquele tempo podia né. Os homens antigos faziam isso, coitados dos bichinhos. A gente fazia muito piquenique também sabe. Churrasqueira, eu adoro fazer a fogueira, claro que eu tinha sempre o cuidado de afastar toda a vegetação e aí a gente procurava um tronco maior pra manter o fogo e ficar assando uma linguiça perto do fogo, esquentar um pãozinho. (BRUNKEN, 2019, p. 16)

Jeanete mantém um numeroso acervo de fotografias muito bem preservadas em álbuns e envelopes, organizadas por temas. Os gatos protagonizam dois ou três envelopes, seus netos e bisneta também aparecem frequentemente nas imagens e nos álbuns e fotografias mais antigas, cenas de passeios, recreação. Também muitos retratos produzidos em estúdios por situações diversas, celebrações religiosas, formaturas e outros produzidos em casa, mas também com excelente qualidade técnica, resultante da afinidade de seu ex-marido com a fotografia, o qual possuía uma câmera Canon trazida do Japão por funcionários da empresa japonesa de maquinários agrícolas na qual ele trabalhava.

Fotografia 7 –Jeanete Brunken na residência de seus pais.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

“Ah, meu avô tinha uma casa de campo. E era na rua Dona Francisca!”

(BRUNKEN, 2019, p. 15), exalta Jeanete ao recordar que a relação da família com a Estrada vai além da relação com o trecho inicial na área urbana,

era uma casa de campo, ficava lá perto onde hoje tem aquela faculdade federal [referindo-se ao campus da UFSC no Parque Perini], aí um pouco mais adiante tem uma subidinha antes da curva, é meio íngreme assim, uma minissubidinha. Lá o meu avô tinha uma casa de campo e naquele tempo não se construíam piscinas, mas tinha algo como se fosse um tanque. Ele tinha um caseiro que cuidava de tudo lá, e aos finais de semana, feriados a gente passava lá. (BRUNKEN, 2019, p. 14-15)

Fotografia 8 – Família de Jeanete Brunken na casa de campo de seu avô.



Fonte: Acervo de Jeanete Brunken / reproduzida pelo autor

Para Jeanete as fotografias são importantes para recordar,

algumas podem ser tristes, mas outras acalentam, fazem voltar no tempo, e foto sempre é bom. Quer dizer, claro, tem muita coisa triste que de repente você vê, mas também tem que aprender a superar. O tempo é muito companheiro da gente pra atenuar as coisas, então, atenua a dor, mas a saudade fica. Sempre. (BRUNKEN, 2019, p. 20)

## **KM 6**

Maria Helena Simm Clemente é popularmente conhecida na região como Dona Popi. Moradora da Estrada Imperial Dona Francisca desde o seu nascimento, habitava quando solteira no local onde ainda hoje existe o Restaurante Serra Verde, na época propriedade de seu pai, Rodolfo Gustavo Simm. No local funcionava além do restaurante, comércio com hotel, açougue e posto de gasolina, tudo administrado por sua família que também habitava na construção centenária. Antes de iniciarmos a entrevista, Dona Popi fez questão que fossemos até o restaurante para que pudesse apresentar o ambiente, lembrando de como era a distribuição no tempo em que a família ainda habitava o local. Onde ficava seu quarto e o quarto de seus pais, espaços que hoje compõem o restaurante, também onde fica a escada de acesso ao sótão, ambiente que não é mais utilizado, mas comportava oito quartos utilizados como dormitórios para os viajantes. Na escada ela lembra com ar de travessura, que costumava descer pelo corrimão de madeira.

Fotografia 9 – Restaurante Serra Verde.



Fonte: Acervo da família Lopes / reproduzido pelo autor

Dona Popi lembra que “era tudo no mesmo local, o pai na época era atacadista também, daí nós tínhamos engarrafamento de pinga e depósito de banana” (SIMM CLEMENTE, 2019).

Na época, tinha os carroceiros que vinham de Campo Alegre com carroça de dez cavalos, e lá o pai tinha potreiro. Já os caminhoneiros eram de São Bento, Campo Alegre, e tinham um pouco de Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas, Porto União, de onde vinha muita madeira. E também vinha o pessoal pelo picadão com cestos nas costas trazendo galinha, feijão, milho pra levar troco. Daí subiam com aquele cesto nas costas pelo picadão. Uns três dias de viagem. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 8-9)

Pelo relato de Dona Popi, o “picadão” é parte do trajeto conhecido como Caminho do Peabiru, “o picadão não era estrada, eles entravam no final do Quiriri e saiam lá em Postema, em Campo Alegre” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 9).

Muitos imbricamentos acontecem permeando os trajetos da memória e os escritos da história, e os conflitos entre caminhoneiros e carroceiros na Estrada ganham uma nova vertente na narrativa de Dona Popi. Nos escritos da história é muito evidenciado as brigas apenas entre carroceiros e caminhoneiros, mas ela enfatiza que as brigas aconteciam com maior frequência entre os próprios caminhoneiros, “os de Mafra não se davam com os de São Bento, porque os de São Bento tinham caminhão novo, e os de Mafra tudo uma *caieira véia*” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 11). Tanto que, para se proteger, ela recorda:

meu marido sempre andava armado com facão no caminhão, porque os de São Bento não saiam da estrada para dar a vez. E ele tinha um caminhãozinho, um Chevrolezinho, e carregava sete pilhas de erva pra cima da carroceria, por isso tinha que andar no meio da estrada, porque se saísse tombava o caminhão, e os de São Bento tinham que dar uma rezinha, mas as vezes tinha alguns que não queriam dar a ré. Aí os de Mafra já iam de facão revolver: “desce do caminhão ou vão pra trás pra nós passar”. Porque os de São Bento eram muito orgulhosos. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 12)

Além dos conflitos, outro perigo na serra para os caminhoneiros era a serração, “muitas vezes quando tinha muita cerração, o Moacir dizia que geralmente vinham ele o irmão dele, e um tinha que sair do caminhão pra ir na frente dando sinal por onde podia passar” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 12).

Enquanto o pai de Dona Popi administrava o Restaurante Serra Verde, os principais clientes/frequentadores eram caminhoneiros, “dava seis hora da manhã os de São Bento já estavam chegando para o café reforçado com bife e ovo frito, porque iam continuar viagem até o meio dia, uma hora da tarde e já tinham saído de casa lá pelas duas horas” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 13).

Dona Popi é da segunda geração de ambos os lados de sua família a nascer na localidade conhecida também como Vila Dona Francisca, tanto seu pai quanto sua mãe eram nascidos no local, sua mãe filha de imigrantes alemães e seu pai de imigrantes austríacos. Ela lembra do tempo em que a Estrada não era asfaltada e que o antigo trajeto passava “uns 5 metros afastados” da porta dos salões Rio da Prata e Dona Francisca e uns 30 metros da sua atual casa, que após a reestruturação da rodovia ficou “em cima da estrada”. Fato que faz do barulho do tráfego dos veículos e buzinas de caminhões uma trilha sonora frequente durante a entrevista realizada na sala de jantar da casa.

Após se mudar para a residência em que mora atualmente, há 55 anos, a parte da frente da casa foi reservada para o funcionamento de uma pequena mercearia, prolongando a afinidade com o comércio advinda desde a infância, quando dividia seus espaços de brincadeiras e atividades domésticas com os clientes do comércio da família, e que já havia sido fortalecida quando se casou com Moacir Clemente, também filho de comerciantes e conhecedor do ramo, mas que segundo Dona Popi, “não gostava de ficar atrás do balcão”, por isso, se tornou caminhoneiro.

Fotografia 10 – Dona Popi (segunda à esquerda), filhos e funcionários da antiga mercearia da família.



Fonte: Acervo da família Clemente / reproduzido pelo autor

Entre os transportes que realizava, Moacir carregava erva mate de Mafra para beneficiamento em Joinville, entregando principalmente para a família Jordan. De Joinville ele levava trigo para ser beneficiado nos moinhos em Mafra. Começou com “*chevrolezinho* cinquenta e quatro, depois ele comprou um cinquenta e nove e daí um sessenta e três. E também puxava banana para Seu Liermann em Mafra e para Seu Gruba em Rio Negro, tudo sozinho, porque a gente comprava toda a banana aqui da redondeza” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 8-9).

A movimentação de clientes na pequena mercearia do casal, antes da reestruturação da Estrada era bastante reduzida e a principal fonte de renda da família vinha da venda de banana e cachaça,

o comércio era só pra atender o pessoal da redondeza, e carne era só na sexta-feira que tinha um *picadorzinho* ali do lado do salão. Daí, não tinha plástico pra enlear a carne, era folha de *caetê*, e o pessoal trazia a sacolinha de pano pra levar as compras. E a mercadoria também era tudo solta, trigo, arroz, tudo pesado na hora, cartucho de papel era muito pouco e todo mundo tinha o saquinho de pano. E a maioria do movimento era na sexta-feira, as crianças da escola vinham comprar mata-fome e capilé em copo porque não tinha *refri*. *Refri* era só final de ano e páscoa, não era assim como hoje em dia bebem refrigerante à beça. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 5)

Fotografia 11 – Fachada da antiga mercearia da família.



Fonte: Acervo da família Clemente / reproduzido pelo autor

As lembranças do antigo comércio do casal vão surgindo enquanto um álbum com diversas fotografias do espaço é folheado, lembranças de um tempo em que “dinheiro não existia, era tudo a troco”, enfatizando que a maioria das negociações no comércio aconteciam com base na troca de mercadorias ou serviços. E entre as lembranças relacionadas aos negócios, a honestidade do casal também é enfatizada:

Uma vez, fomos ao banco na rua Doutor João Colin, acho que era Bamerindus onde a gente depositava o dinheiro. Um dia eu fui com o Moacir lá pra tirar o dinheiro pra pagar as contas, e na época tinha assim uns dois milhões na nossa conta, aí o Moacir disse assim: “Esse dinheiro não é nosso, o nosso era cento e poucos mil só pra pagar os colonos”. Daí tinha uma senhora

ali sentada e ela disse “Já estou vindo um mês aqui e eles não acham onde deixaram o meu dinheiro”, e estava na nossa conta, porque o final da conta era oitenta e nove e da mulher também era oitenta e nove. Se nós quiséssemos ser ruins podia ter pegado o dinheiro e rapado a banca, mas não adianta, o que é da gente é da gente. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 6)

Num determinado momento da história do casal, a profissão de caminhoneiro de Moacir, se uniu com o conhecimento que ambos possuíam sobre o comércio. Eles compravam banana dos produtores do Quiriri, Rio da Prata e Estrada do Pico, assim como a cachaça do Rio da Prata e da Estrada do Pico. Dona Popi conta que no “Pico tinha muitos alambique, o Rio da Prata tinha só uns quatro alambiques mas era tudo nossos fregueses” e lembra que “nós chegávamos a vender, assim, cinquenta mil litros de pinga” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 6-7). A alta demanda se dava porque

a gente vendia pro Bartneck, em Mafra porque ele tinha fábrica de licor e a pinga tinha que chegar lá com vinte e um graus. E os alambiqueiros eram sacanas porque eles colocavam água junto com a pinga, e ela ficava fraca. Então nós compramos um termômetro para medir e a pinga tinha que sair do alambique com vinte e dois graus e encher bem os barris porque não podia chacoalhar, porque se chacoalhasse ela baixava de graduação, e nós chegávamos lá com vinte um e meio. E assim a gente foi fazendo a vida, porque pra engarrafar cachaça era mais difícil. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 7)

O transporte da pinga era feito pelo próprio Moacir que precisava dirigir com muita cautela na Estrada de terra serra acima, trafegando devagar para balançar o mínimo o possível os barris, “ele saía de manhã, cinco horas daqui e chegava de tarde lá” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 7). Lá em Mafra ele pernoitava na casa de seus pais para retornar no dia seguinte.

A entrevista com Dona Popi aconteceu enquanto observávamos fotografias de Dorival Lopes, morador da região e amigo para o qual fomos solicitar algumas fotografias, pois ela havia comentado que não tinha muitas fotos, havia dado muita coisa para os filhos levarem e que Dorival possuía muitas fotografias da região, inclusive do Restaurante Serra Verde, pois fazia muitas festas lá. Ao observar as fotografias, a lembrança de muitos amigos e conhecidos vai emergindo, são muitos os nomes e apelidos citados, entre eles Nino Munhoz, Pedro Curim, João Mafra, Rolando Corba, Teodoro Hoffmann, Germano Bergman, Alcide, Dona Zote, Norberto Quadro, Aldo Krisch, Frau Resla, nomes citados freneticamente em certo momento, passando pelas diversas fotografias de festas em que também Dona Popi aparece esporadicamente.

Fotografia 12 – Dona Popi (no centro) e amigos em festividade no Restaurante Serra Verde



Fonte: Acervo da família Lopes / reproduzido pelo autor

Algumas fotografias da cozinha do restaurante, fazem Dona Popi lembrar do fogão à lenha, do tempo em que não havia fogão de gás na cozinha, apenas o velho fogão à lenha que era mantido aceso 24 horas por dia.

Fotografia 13 – Preparativos na cozinha do Restaurante Serra Verde.



Fonte: Acervo da família Lopes / reproduzido pelo autor

Dona Popi aparece criança, em uma fotografia da escola, onde ela reconhece a professora, Dona Maria das Neves, sua mãe e sua tia. Na fotografia as crianças se situam em primeiro plano vestindo chapéus brancos, chamados por ela de bibicos, grupo que constituía o pelotão de saúde da escola. Na fotografia Dona Popi está acima das crianças uniformizadas, no segundo plano, ao lado de sua tia.

Fotografia 14 – Pelotão de saúde da escola



Fonte: Acervo da família Lopes / reproduzido pelo autor

Atualmente, Dona Popi é proprietária, juntamente com seus filhos, de um mercado localizado na Estrada e que leva o sobrenome da família. O atual mercado foi um desejo do filho Vinícius que

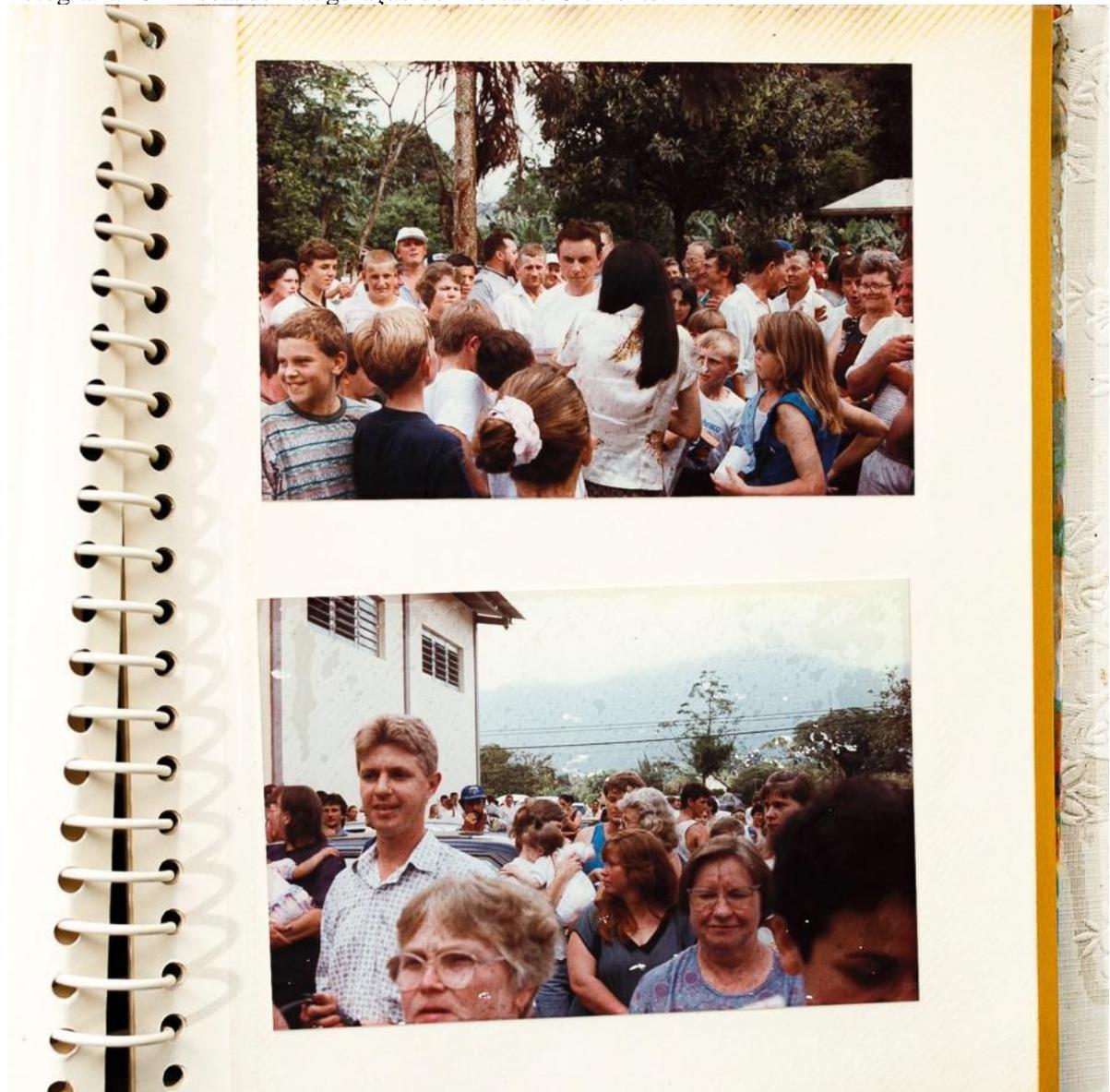
conquistou o pai, então vendemos tudo que a gente havia feito em trinta e cinco anos para construir um mercado. Vendemos um terreno por setenta, vendemos uma camionete pro seu Erasmo e o Monza que nós tínhamos. Ficamos só com uma Kombi velha pra fazer entrega. Em quarenta e dois dias foi feito o mercado. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 4)

Entre as fotografias da festa de inauguração e de outros eventos e reformas, alguns funcionários do mercado são reconhecidos com ternura lembrando do tempo em que cada um trabalha ou trabalhou junto com a família.

As imagens que apresentam o crescimento do comércio da família trazem também um sentimento nostálgico:

As vezes eu tenho saudades do comércio aqui, de quando tinha que lidar com muito funcionário, aqui só tinha três. Mas foi aqui que consegui dar faculdade pros filhos, e também vendendo roupas porque só do trigo e do açúcar não dava. E tinha também o Moacir que viajava, era bem trabalhado, mas eu digo que a única herança que pude deixar para os meus filhos são os estudos, porque eu sempre queria estudar, mas o pai dizia “lugar de mulher é na cozinha”. Era assim, tinha que aprender tricô, costura, não tinha esses negócios de você querer estudar. (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 23)

Fotografia 15 – Festa de inauguração do Mercado Clemente.



Fonte: Acervo da família Clemente / reproduzido pelo autor

Para Dona Popi as fotografias impressas são significativas como marcos de memórias, pois segundo sua narrativa “a gente esquece as coisas um pouco, mas se você vê a fotografia você se lembra” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 23), diferente de ter apenas as fotografias digitais, porque “tem no celular daí você apaga e pronto, acabou-se” (SIMM CLEMENTE, 2019, p. 24).

## **Km 18**

Ao subir a Serra Dona Francisca, logo que se encerram as curvas mais íngremes há duas casas ao lado direito da Estrada. Neste trecho habitualmente envolto pela neblina, as duas casas parecem estar posicionadas com a frente para uma estrada imaginária, pois apesar de haver uma grande cerca que delimita toda a propriedade, há dois portões nos muros mais antigos que fazem frente para a área interna da propriedade. O motivo deste “deslocamento” da frente das casas não é puro capricho ou desejo de seus proprietários, neste trecho da Estrada Imperial Dona Francisca houve mudanças significativas em seu trajeto que ocasionaram na alteração territorial da propriedade da família Rank, adquirida em 1939 pelo avô de Luciane e Marilene, o senhor Alfredo Rank. A alteração do trajeto da Estrada dividiu a propriedade ao meio, deixando em um lado as duas casas em que hoje moram, Luciane Rank Maia e seu marido Vanderlei Maia, e na outra Marilene Rank, irmã de Luciane, juntamente com a serraria que foi adquirida e ampliada por Alfredo Rank para atender às demandas relacionadas ao corte da madeira na região.

No outro lado da propriedade, à margem esquerda de quem passa pela Estrada rumo a Campo Alegre, estão as terras onde pastam os gados da família, a mangueira e também fragmentos do antigo trajeto da Estrada, incluindo o que sobrou da estrutura de uma ponte sobre o rio Gerônimo Coelho, que após a reestruturação da Estrada ficou dentro da propriedade.

Luciane nasceu em 1971, e sempre morou na propriedade da Estrada Imperial Dona Francisca,

a minha mãe foi pra maternidade fiquei lá não sei quanto tempo, se foi um dia ou dois e aí já veio pra casa e sempre morei aqui, até passei um tempo fora para estudar, fiquei um ano e dois, três meses em Curitiba e em torno de um ano morando na casa da minha tia ali na Estrada da Ilha. Só que sempre vinha pra casa nos finais de semana. Então, quer dizer, aqui sempre foi a minha casa (RANK MAIA, 2019, p. 1)

Após o casamento com Vanderlei Maia continuou habitando a mesma propriedade que seu pai nasceu e morou por toda a vida. Local habitualmente envolto pela cerração que a faz lembrar do tempo em que a Estrada ainda não era asfaltada e a sinalização era bastante precária, não havendo nem mesmo os “olhos de gato” no centro da pista, o que obrigava seu pai, Aroldo Rank, a colocar a cabeça para fora da janela para tentar se orientar melhor nos dias em que a cerração era bastante densa, ou até mesmo, fazer com que sua mãe, Hildeburg

Schulz Rank, desembarcasse do carro “pra olhar pra ver se dava pra passar pra daí o pai poder continuar de tão cerrada que era, isso a minha irmã que fala as vezes, não sei se é fato pois eu não lembro de ter visto” (RANK MAIA, 2019, p. 3).

A serraria da família Rank fornecia madeira principalmente para Joinville, e no início de suas atividades o transporte era realizado por carroças pela Estrada Imperial Dona Francisca, passando para caminhões ao longo dos anos. Luciane lembra que era comum chegarem moradores da área urbana de Joinville para encomendar madeira para a construção de casas, mesmo sem haver propaganda da serraria. Ela acredita que a divulgação aconteceu “no boca a boca”, sendo divulgada popularmente na região como Serraria do Rank, nome pelo qual a propriedade da família é conhecida ainda hoje, mesmo sem haver mais atividade de serraria.

Fotografia 16 – Obras de ampliação da Estrada em frente a casa de Luciane Rank Maia



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Essa é aqui na frente de casa. Tá vendo esse morro alto aqui na frente da casa? Pro lado de cá era igual, aqui onde agora tem esse ‘gramadão’ (sic) tiraram totalmente o morro. Então ela passava exatamente na frente da casa e contornando o galpão ali onde eu atendo os alunos e turistas, ele fazia uma curva passando por trás de onde hoje é o galpão. (RANK MAIA, 2019, p. 5)

Ao observar as diversas fotografias que seu pai capturou no período das obras que alteraram o trajeto da Estrada, Luciane lembra do tempo em que a estreita e pacata Estrada passava exatamente em frente a sua casa. As capturas de seu pai trazem a memória também a paixão dele pela fotografia: “na época a fotografia era uma coisa bem mais rara que hoje,

mas ele amava fotografar, o que ele podia registrar ele registrava, [...] sempre tinha que ter filme na máquina. ” (RANK MAIA, 2019, p. 5-6).

As fotografias das obras também trazem à Luciane lembranças de quando um trecho bem próximo à sua casa precisou ser dinamitado:

Eu tenho uma vaga lembrança de que eu entrei de baixo da mesa, mas a minha irmã disse que não, que a gente se escondia embaixo da cama, porque os estouros eram bem altos, e não sei se vibravam ou se não vibravam. Provavelmente dava uma vibração porque era muito próximo. (RANK MAIA, 2019, p. 11)

Fotografia 17 – Obras para o novo trajeto da Estrada.



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

A residência da família ficava a poucos metros da Estrada, e essa proximidade fazia da Estrada uma extensão do quintal, e era comum que momentos de lazer e brincadeiras acontecessem na Estrada, assim como a captura de fotografias posadas. Situações que hoje não são possíveis devido o tráfego intenso e a alta velocidade com que os veículos passam no trecho onde a residência da família está situada.

Fotografia 18 – Luciane com seus avós Aroldo e Hildeburg sob a Estrada



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Fotografia 19 – Sr. Aroldo Rank em pose sob a Estrada.



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Luciane relata com bom humor que o único momento possível para fazer fotos na Estrada atualmente é na madrugada do dia 31 de dezembro para o dia 1 de janeiro, naquele exato instante da virada de ano.

Fotografia 20 – Vista da residência da família Rank com antigo trajeto da Estrada



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Uma das fotografias que apresenta um panorama da residência da família Rank, com o antigo trajeto da Estrada passando bem em frente a casa, e o morro ao fundo, aciona a lembrança que naquele morro o pai de Luciane havia fixado a antena de televisão, pois ele “sempre buscava uma imagem melhor, aí ele colocou a antena de TV lá em cima, com duzentos metros de fio de lá até aqui” (RANK MAIA, 2019, p. 9), local em que também foi fixada posteriormente a primeira antena de celular da família. Um ponto da serra no qual é possível ver um pedacinho do mar, comenta Luciane.

Caminhões, tratores e automóveis aparecem frequentemente nas fotografias da família Rank, pois era comum um registro fotográfico da venda de um veículo para preservá-lo na memória. Os caminhões também aparecem em cenas com cargas de madeira que chegavam ou saíam da serraria, e os tratores em cenas na mata, sendo utilizados para auxiliar no corte e transporte da madeira.

Fotografia 21 – Atividade de corte de madeira para a serraria da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Fotografia 22 – Caminhão da família, utilizado para distribuição de madeira



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Aqui provavelmente, pro meu pai ter tirado a foto, não sei se o meu pai ou quem tirou, mas acho que foi o meu pai. Foi provavelmente da última carga de madeira que ele levou para Joinville com esse caminhão, eu acho que eles devem ter vendido esse caminhão aqui depois disso porque eles sempre fotografavam. (RANK MAIA, 2019, p. 12)

A fotografia do caminhão na Estrada faz Luciane lembrar da reta anteriormente chamada de Reta do Cardoso, “porque tinha a família Cardoso que morava ali”, e outra fotografia em que aparecem um caminhão e uma pequena parte do trator, no rancho da

família, suscita nela a lembrança de que manteve o mesmo hábito de seu pai, fotografar os veículos antes de serem vendidos: “nessa aqui o pai já era falecido, eu acho que eu tirei porque a gente vendeu o caminhão e o trator. Eu mantive o mesmo hábito, eu falei ‘vou guardar de recordação’” (RANK MAIA, 2019, p. 13).

Fotografia 23 – Caminhão e trator no rancho da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Mas não é apenas com cargas ou em momentos próximos a serem vendidos que os veículos aparecem nas fotografias. Um caminhão enfeitado com palmeiras, carregando

peças em sua carroceria e outras ao redor retrata a festividade de casamento de uma tia avó de Luciane.

Fotografia 24 – Transporte de convidados de casamento realizado em São Bento do Sul, que teve as festividades realizadas na propriedade da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

O casamento realizado em São Bento do Sul teve suas festividades na propriedade da família Rank, e o caminhão transportou diversos convidados que vinham festejando pelo caminho. Estas lembranças foram transmitidas para Luciane por sua tia avó, que ainda é viva e segundo Luciane, lembra com detalhes do casamento. Recordou que a família havia matado

patos e galinhas e um irmão da noiva que tocava acordeão nos bailes da região foi quem animou a festa.

Outro aspecto cultural acionado pelas fotografias familiares foi a da prática da caça como uma atividade comum na época dos pais e avós de Luciane, e quando um animal selvagem de grande porte era avistado nas redondezas da propriedade, as atividades da serraria eram interrompidas para que todos, funcionários e proprietários, inclusive sua avó fosse à caça. Luciane conta que sua avó “tinha mais força que dois homens juntos porque ela era muito forte. Tinha uns músculos de se fazer inveja, porque era na verdade ela que cortava madeira junto com o meu avô, no começo era só os dois, e era tudo no machado” (RANK MAIA, 2019, p. 15).

Fotografia 25 – Dona Hildeburg (ao centro) e funcionários da serraria em momento após a caça de animais selvagens



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

A participação na caçada era recompensada na divisão da carne da caça, que era dividida entre todos os participantes, assim sendo cada caçada era um evento, com direito a fotografias que retratavam o resultado da ação. Fotografias muitas vezes despojadas, compostas habitualmente pelos participantes, os cachorros utilizados na caçada e o animal abatido normalmente ao centro da foto. Entre as fotografias de caçadas apresentadas por Luciane, uma delas chama a atenção pelos trajes das pessoas que posam para a foto ao lado da caça, por serem trajes elaborados, normalmente utilizados em festividades. Nesta

fotografia, há também um número maior de mulheres e a participação de crianças, fato que instiga a curiosidade de Luciane, pois ela não possui muitas informações sobre esta fotografia, apenas reconhece algumas das pessoas presentes nela.

Fotografia 26 – Fotografia de caçada com familiares e amigos da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

As caçadas ficaram no passado da família. Luciane conta que seu pai já não era muito adepto e normalmente acompanhava de longe, evitando ao máximo puxar o gatilho para ferir um animal, valores transmitidos às suas filhas e que podem ser observados durante a conversa com Luciane, regida entre sons dos veículos transitando na Estrada e os miados dos gatos

que vez ou outra se aproximam dela em busca de um afago, isso sem falar dos cães que correm para os pés de quem chega no portão.

A Estrada Imperial Dona Francisca sempre foi um trajeto fundamental para a família Rank. Por estarem localizados em um ponto cortado por apenas essa Estrada, é por ela que ainda hoje eles se deslocam seja no sentido do litoral ou do planalto. Antes mesmo de possuir a serraria e habitar no local em que hoje permanece a propriedade da família, o senhor Alfredo já transitava pela Estrada como carroceiro, transportando mantimentos de Campo Alegre para Joinville e de Joinville para Campo Alegre. A relação com a Estrada produziu em Luciane sentimentos de pertencimento observáveis em sua fala, que evidenciam o quanto seus pais e avós valorizam o trajeto. Mesmo quando as mudanças de trajeto reconfiguraram a propriedade dividindo-a ao meio, compreenderam que o progresso era inevitável e significativo para a região.

As obras de ampliação do leito da Estrada e as alterações no trajeto implicaram em indenizações para algumas propriedades ao longo do trajeto, porém, na propriedade da família Rank a negociação foi diferente. Luciane relata com muito orgulho que seu avô, homem muito astuto, solicitou que sua indenização não fosse realizada em dinheiro, mas que a companhia responsável pelas obras na Estrada construísse um túnel, chamado de “passa gado”, por baixo da rodovia para ligar os dois lados da propriedade. “Ele falava assim ‘olha, daqui um tempo, eu acredito que vai ser difícil atravessar essa rodovia aqui com as vacas e até pra gente atravessar, vocês né, eu não vou precisar’, ele falava, ‘mas vocês no futuro pra vocês atravessarem’” (RANK MAIA, 2019, p. 17). A construção do túnel foi celebrada com um churrasco feito por seu Afonso para os trabalhadores da rodovia, como forma de gratidão pela obra e também porque, como afirma Luciane, naquela época se criava uma relação de amizade com os trabalhadores da rodovia, pois eram todos moradores da região.

Fotografia 27 – Churrasco para os trabalhadores da obra de ampliação da Estrada.



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Os trabalhadores da Estrada por serem moradores da região dialogavam sobre os problemas no trajeto e os problemas eram facilmente resolvidos. Quando surgia um buraco ou qualquer perigo na estrada, os caminhoneiros da região avisaram diretamente os trabalhadores que possuíam autonomia para resolvê-los. “Arruma aquele buraco, tá muito feio ali, tá difícil pra passar, o caminhão encalhou’. Pronto, era falado e daqui alguns dias tinha o pessoal arrumando ali”, comenta Luciane.

Entre as muitas curiosidades presentes no acervo fotográfico da família Rank, a presença de neve caindo em Joinville se destaca. Luciane relata que as fotografias da neve caindo sobre a serraria e sobre o quintal da propriedade, com a Estrada ao fundo são de 1975 e enfatiza: “Isso tudo é neve, não é geada”.

Fotografia 28 – Neve caindo na propriedade da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Fotografia 29 – Neve caindo sob a serraria da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

No decorrer da vida de Luciane, a Estrada Imperial Dona Francisca deixou de ser uma pacata estrada que passava em frente à sua casa para se tornar uma rodovia movimentada, com aumento significativo do tráfego e consequentes perigos ocasionados pela imprudência e alta velocidade e até mesmo pelos riscos de assaltos. Perigos que não eram cogitados no tempo em que sua mãe descia do carro para ir caminhando à frente, verificando por onde passar, ou até mesmo em tempos mais recentes como lembra Luciane,

quando eu saía pra estudar, pegava a rodovia todos os dias, subia e descia essa serra no tempo da faculdade todos os dias. Aí tinha gente que falava pra mim, ‘você vai subir a serra hoje

ainda?’ Eu respondia, ‘gente, eu moro lá, pra mim não é o fim do mundo subir a serra pra mim é normal’. E eu subia, saía da faculdade, lá do Bom Jesus as dez e meia da noite e subia a serra sozinha e eu não tinha medo, e não faz tanto tempo assim, eu me formei dois mil e cinco. Mas mudou muito de lá pra cá. O trânsito aumentou muito de dois mil e cinco até dois mil e dezenove. Muito, muito, muito mesmo e assim, eu não tinha medo de subir a serra, subia qualquer hora, sendo que a minha mãe era bastante doente, sempre tinha que levar e buscar, e saía de madrugada as vezes com a minha mãe, tendo cerração ou não, independente se tinha temporal ou não. Tinha que pegar a Dona Francisca, descer a serra pro hospital, pra Joinville que os recursos eram melhores, e eu falo Joinville porque eu estou no município de Joinville, mas a gente sempre faz a referência, eu vou pra Campo Alegre, eu vou pra Joinville, porque a gente tá distante da cidade. E não tinha esse trânsito que é hoje, e eu não tinha medo de descer e subir a serra de madrugada. Hoje, eu já tenho mais medo e evito sair à noite sozinha na rodovia, pelo número de assaltos, infelizmente. (RANK MAIA, 2019, p. 23)

A Estrada também teve alterações em sua finalidade, sendo utilizada inicialmente principalmente para o transporte de cargas entre Joinville e as cidades do planalto norte de Santa Catarina, aos poucos, com a construção de outras rodovias na região, o tráfego de cargas na Estrada foi reduzido, sendo compensado pelo aumento do tráfego de veículos menores, para fins profissionais e principalmente turísticos. E é na vertente turística da região que Luciane, Vanderlei e Marilene encontraram a motivação para revitalizar a antiga serraria da família, transformando-a em um espaço de memória no qual os visitantes podem apreciar

o ofício de serrar a madeira, que era muito comum na época aqui na região e que foi se perdendo. Muitas cidades do planalto têm suas histórias ligadas a madeira, às serrarias e nós não queremos deixar essa história morrer. Aqui a gente mostra como eles serravam a madeira e trabalha bastante a importância da Estrada Dona Francisca, para o desenvolvimento das cidades a margem da rodovia. Mostramos para eles por onde a estrada passava, porque aqui na propriedade ainda tem o trajeto original da estrada, e o porquê que ela foi modificada, mostramos também o passa gado, pra não deixar se perder isso, porque infelizmente as pessoas correm, correm, correm e só vivem hoje e esquecem das suas raízes e isso que a gente não quer deixar que aconteça aqui, como a gente não tem filhos a gente fala: ‘o nosso legado é esse, deixar a história, não só do lugar, mas do entorno, da madeira, da estrada, de tudo isso aqui, na vida das pessoas’. (RANK MAIA, 2019, p. 26-27)

A paixão pela história da região e da serraria é evidente também no relato de Luciane sobre a paixão de seu pai em fotografar para “eternizar”.

Fotografia 30 – Canaleta de água na serraria da família Rank



Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

Mostrando a foto da canaleta que levava água até a roda d'água que movia a serraria, ela comenta:

Isso mostra a paixão dele pela fotografia e por, de certa forma eternizar essa função que ele tinha aqui de serrar a madeira. De certo ele pensava: 'um dia não vai mais ter essa canaleta aqui, por isso eu vou registrar'. Eu acho que é pra ter essa memória que ele tirou muitas fotos, inclusive eu acho que ele tirou essa aqui um pouco antes que essa canaleta foi retirada para ser feito aquele tubo de concreto por onde passa a água hoje, e eu acho que ele registrou por isso, porque ia acabar. Ele falava assim, 'vamos tirar foto disso aqui porque um dia não vai mais estar assim'. Ele gostava de deixar a lembrança de como era e também de ver o novo. Ele tinha essa coisa da lembrança de deixar registrado, mas ele gostava do novo, das coisas que iam melhorar, ele gostava disso. (RANK MAIA, 2019, p. 28-30)

A paixão de Aroldo Rank pela fotografia e o sentimento de preservação da memória foi uma herança deixada para Luciane que afirma,

eu pego nessas fotos e elas carregam a minha história, e a minha memória é carregada por essas fotografias. [...] Eu penso que se eles (Afonso e Aroldo) não tivessem fotografado, se eu não tivesse isso aqui na minha mão agora, será que eu ia lembrar de tudo isso que eu estou falando? Eu não ia lembrar. Se eu não olhasse para essas fotos onde estão os pinus eu não ia lembrar de quando pegou fogo nos pinus, talvez isso ia se apagar da minha memória. Aqui nem tem a foto dos pinus queimados, só que eu olhei essa foto aqui e lembrei da queimada, e lembrei de todo mundo agitado, de todo mundo correndo pra apagar o fogo, e eu era bem pequenininha. E também tem vezes que a memória da gente confunde as coisas. Tem fatos que você fala 'Ah, eu era bem pequenininha', mas será que não foi alguém quem me contou? As vezes vem isso também, tem muitas coisas que a gente confunde de tanto o pai, a avó falar, assimilei como se eu tivesse vivido aquilo. (RANK MAIA, 2019, p. 32-34)

Fotografia 31 – Plantação de pinus da família Rank



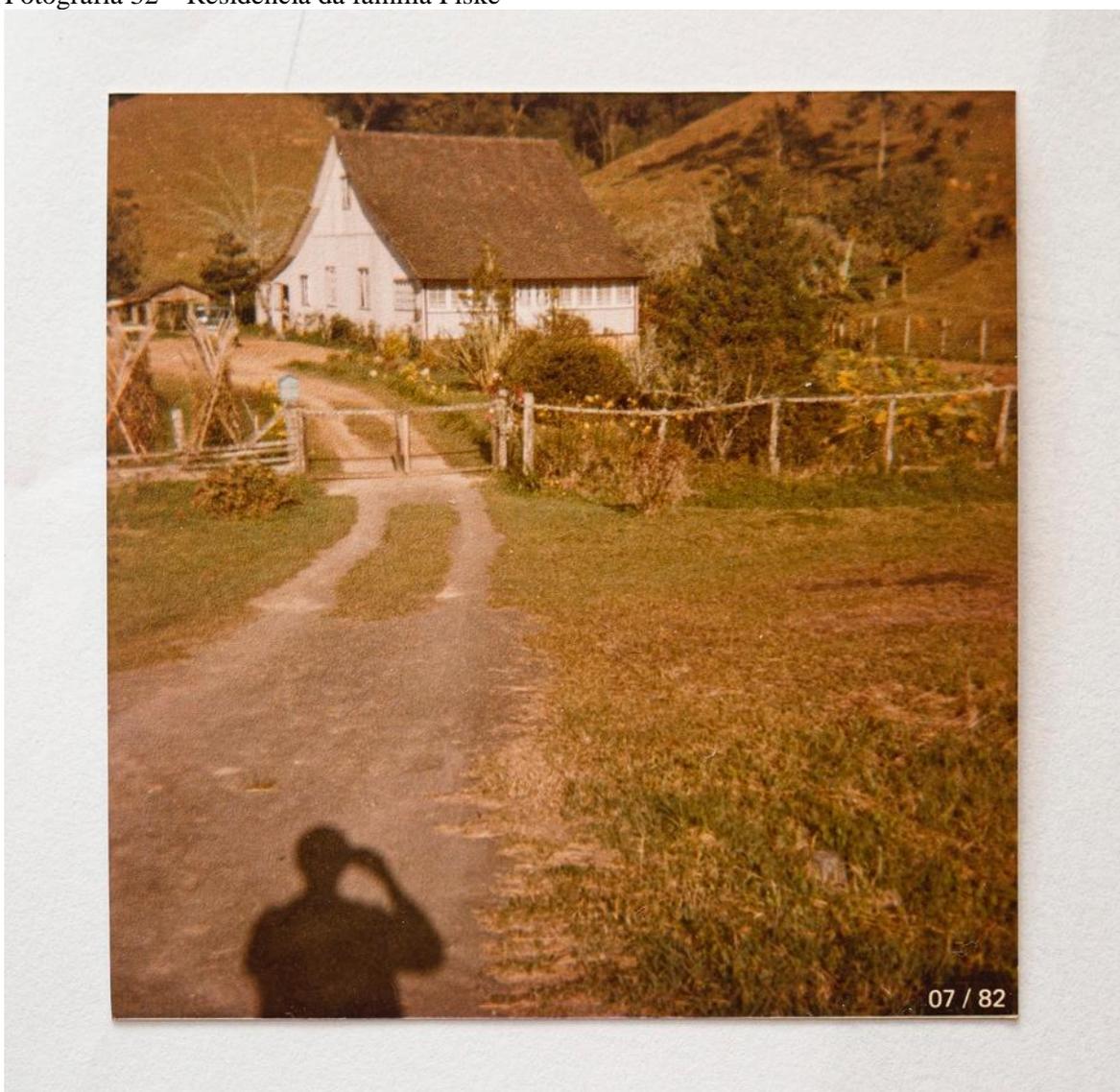
Fonte: Acervo da família Rank / reproduzida pelo autor

“A fotografia é importante para lembrar. De repente vou olhar se você tirar uma foto hoje daqui, e vou lembrar quando eu ver essa foto, ‘ah, aquele dia que o Daniel esteve lá me entrevistando, era um dia de neblina’, vou lembrar porque vi na foto que tinha neblina” (RANK MAIA, 2019, p. 35-36).

## Km 23

Independente do sentido em que se trafega pela Rodovia SC-418, a residência da família Piske é anunciada pelas placas que indicam quantos quilômetros faltam para chegar no local onde a Raiz Forte - também conhecida como *Crem* - é vendida. A conserva produzida pela família Piske, a partir de uma raiz “da família do nabo”, como afirma Dona Edith, está fortemente ligada a identidade familiar, por ter sido uma das primeiras a comercializar um produto que identifica a região. Por esse motivo, a residência da família é também conhecida por quem costuma trafegar na Estrada como “casinha da Raiz Forte”.

Fotografia 32 – Residência da família Piske



Fonte: Acervo da família Piske / reproduzida pelo autor

Na propriedade onde hoje moram Edith Schultze Piske, sua filha Marcia Taise Piske e esporadicamente seu filho Paulo Sérgio Piske, que coopera alguns dias da semana na produção de raiz forte.

O local é historicamente marcado, por ter sido uma hospedagem para os carroceiros que trafegavam pela Estrada e um registro fotográfico da hospedagem chamada Hotel Kunde, que integra o acervo do Arquivo Histórico de Joinville foi certa vez disponibilizada nas redes sociais, divulgação que propiciou à Márcia arquivar a foto no seu tablet como registro dos vínculos familiares com o espaço habitado pelos Piske a partir do casamento de Edith e Ronaldo.

Fotografia 33 – Hotel Kunde



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Dona Edith recordou que habita a propriedade desde seu casamento com Ronaldo Piske (falecido em 2014) há cinquenta e cinco anos. Na época a chácara pertencia ao seu sogro Paulo Piske, o qual a adquiriu de seus antigos patrões, os irmãos Schmalz, para quem ele trabalhava como chacareiro no local por ele adquirido. Na época em que veio residir na

propriedade a construção do Hotel Kunde já tinha sido demolida e substituída pela casa onde hoje habita a família Piske.

A casa se caracteriza por uma planta espelhada, sem divisão ao meio, porém com a mesma quantidade e dimensões dos cômodos nos dois lados, sendo que cada irmão habitava um lado da casa com metragem equivalente.

Paulo Piske, após comprar a propriedade, passou a ser fiscal de manutenção da Estrada Imperial Dona Francisca, coordenando as atividades de manutenção, como fechamento de buracos e abertura de valetas ao lado da Estrada, procedimentos necessários para a época bem como revelou que os próprios habitantes eram contratados para preservar a trajetória. Após o fechamento do Hotel Kunde e da aquisição da propriedade pelo sogro, o local permaneceu como uma parada de carroceiros, que utilizavam o entorno da propriedade para soltar os cavalos e pernoitar. Rememorou também, um fato contado por sua sogra, quando a energia no local era produzida por rodas de água:

ela estava sozinha com a irmã dela, que ainda era pequena. Era noite e de repente a luz apagava e acendia e ela ficou com medo porque achou que era alguém que estava fazendo sacanagem, que queria apagar a luz pra entrar na casa, e aí ela pensou: ‘meu Deus, o que que *nois fazemo* (sic) com essa luz apagando e acendendo?’ Aí veio um carroceiro e deixou os cavalos, e ela deu ‘graças a Deus’, porque era tudo gente conhecida que sempre vinham. Ela foi lá e explicou pra ele o que estava acontecendo, ele disse ‘nós vamos olhar o que é’. Ele foi olhar e era um xaxim que tinha entrado no tanque de onde vinha a água para girar a roda que gerava energia para a casa. O xaxim entrou lá e entupiu, por isso não tinha água suficiente e a luz apagava. E aí ela ficou aliviada. Isso é uma coisa que marcou. (PISKE, 2019, p. 13)

Antes de seu casamento dona Edith morava com sua mãe Melanie Schultze em uma propriedade há um quilômetro acima na Estrada, na direção norte, e que sua mãe, viúva, logo após o seu casamento mudou-se para a região urbana de Joinville. Ou seja, sua trajetória de vida está vinculada à estrada.

Fotografia 34 – Edith, seu cunhado Oswaldo (no centro) e seu marido Ronaldo



Fonte: Acervo da família Piske / reproduzida pelo autor

A fotografia do Hotel Kunde, acionou em dona Edith múltiplas memórias sobre o local onde ficava a antiga construção: “o hotel ficava acho que lá no lado, pela foto deve ser lá”, e lembra:

minha avó materna, ela trabalhava nesse hotel, que era da família Kunde de Pirabeiraba, inclusive alguns parentes deles chegaram aqui uma vez querendo comprar. Queriam se juntar tudo e comprar essa propriedade, mas o meu marido e o meu cunhado não quiseram, eles não quiseram sair daqui. Que nem a Márcia, ela disse que nunca vai sair daqui. (PISKE, 2019, p. 3)

Mãe e filha expressam o desejo de permanecer residindo na propriedade, decisão que provoca sentimentos ambíguos. A mãe sente orgulho e preocupação pela determinação da filha, porém se preocupa com o estado geral da casa centenária: “ela logo vai incomodar porque tem quase cem anos, a gente não sabe exatamente a idade né, mas é quase cem anos. E é muito enorme, pra fazer a manutenção dela é difícil eu acho que no fim a gente vai ter que tirar e fazer outra” (PISKE, 2019, p. 3).

O trabalho efetivo da família com a Raiz forte começou em 1996, porém, o cultivo e o preparo da raiz vêm de muito antes. Dona Edith conta que

o sogro tinha quando nós casamos, uns pezinhos lá do lado, daí ele disse ‘vamos tirar isso e fazer’. Mas pra fazer era um sufoco e naquele tempo a gente não conhecia. E eu acho que deu vinte vidros, e a gente nem tinha geladeira para guardar, porque na época não tinha mais energia. (PISKE, 2019, p. 4)

A primeira experiência de preparo da Raiz Forte aconteceu no final da década de sessenta, e foi incentivado pelos irmãos do casal que quando vinham visitá-los pediam para comprar uns vidros da conserva. Logo, os amigos dos irmãos ficaram sabendo da novidade e começaram a encomendar também, o que despertou no casal o interesse em fazer daquele cultivo uma das fontes de renda da família. O cultivo e o preparo da Raiz Forte seguiam paralelo com o cultivo de tomates e o serviço de frete de seu Ronaldo. O ponto de frete iniciou com uma Kombi e posteriormente com uma Rural para suprir as necessidades de transporte na microrregião. “Ele fazia muitas viagens pro Rio do Júlio, algumas por dia. Vinham famílias com compras de ônibus, quem não tinha carro, e aí paravam aqui, pegavam o meu marido pra levar. E assim ele ganhava dinheirinho com isso” (PISKE, 2019, p. 4-5).

Fotografia 35 – Família Piske na década de 1990. Da esquerda para a direita: Edith, Ronaldo, Márcia e Paulo.



Fonte: Acervo da família Piske / reproduzida pelo autor

A diversidade da produção foi implementada pelo cultivo do tomate, com bastante aceitação comercial. Dona Edith lembra de quando ainda não tinha asfalto na Estrada e das viagens que faziam com a Rural serra abaixo para vender tomate na estrada que no período era bastante ruim: “eu me lembro de descer a serra de madrugada com a carrada de tomate. Na época aqui tinha pouco tomate, e quem sabia que a gente tinha pra vender já vinha encontrar a gente no caminho, pra não perder o tomate” (PISKE, 2019, p. 5).

E assim, o cotidiano da família Piske foi sendo permeado pelo plantio de tomate, produção de Raiz Forte e viagens de frete até que em 1996, Osni Benkendorf do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville, incentivou a família a legalizar o processo de produção da Raiz Forte. Período no qual a produção e a comercialização em mercados da região ou diretamente para restaurantes de Joinville e Campo Alegre foi intensificada.

A iguaria produzida pela família é apreciada também por viajantes que passam pela Estrada e param na residência para comprar:

vem gente de longe, da Venezuela, do Japão. Gente que vem pro Brasil e aproveitam, como têm amigos em Joinville ou São Bento do Sul. Inclusive um falou que viaja o mundo todo, e ele disse que comeu isso em muitos países, mas a melhor até hoje é a nossa, pra ele né, claro. (PISKE, 2019, p. 6)

Enquanto observa uma fotografia na qual segura sua filha Márcia no colo, com as obras de ampliação da Estrada ao fundo, Dona Edith lembra que para a família, a modernização da Estrada foi bastante benéfica, pois aumentou o fluxo de e conseqüentemente, o número de clientes que param para comprar a Raiz Forte e outras conservas e produtos que a família também vende hoje em dia. Ela lembra que “vêm muitos turistas, inclusive das praias. Eles vêm aos domingos só pra pegar Raiz Forte. De longe eles vêm, porque a estrada é boa então é tudo fácil. Se fosse essa estrada de antigamente não faziam isso.” (PISKE, 2019, p. 8). Dona Edith também ressalta que a matéria prima para produção da Raiz Forte hoje não é mais plantada pela família, a raiz vem da região de Curitiba, assim como as embalagens, e a modernização da Estrada facilita bastante essa logística

Fotografia 36 – Dona Edith com sua filha Márcia no colo. Ao fundo, obras de ampliação da Estrada Imperial Dona Francisca.



Fonte: Acervo da família Piske / reproduzida pelo autor

Num certo momento, período em que seu marido adoeceu, Dona Edith pensou em vender a propriedade, pois acreditava que quando ele viesse a falecer ela não conseguiria continuar com a produção da Raiz Forte, porém, lembra com carinho da opinião dele sobre isto: “ele disse ‘nunca pense nisso, porque aonde vocês vão ganhar dinheiro que nem aqui, com esse movimento que passa em frente de casa?’” (PISKE, 2019, p. 9). Foi nesse período que seu filho Paulo decidiu vir trabalhar com a família para ajudar na produção.

Paulo e Márcia mantêm o hábito de caminhar à noite pela Estrada para se exercitarem, até próximo ao local onde ficava a casa de solteira da mãe, porém, sentem receio de caminhar pelo trecho, e por isso, alteraram o trajeto da caminhada para a “estrada velha”. Outro receio é referente aos desconhecidos que vez ou outra chamam no portão de madrugada pedindo ajuda, geralmente por motivos relacionados ao carro, ela comenta que evitam responder pois “hoje em dia está muito arriscado”. A “estrada velha”, como Dona Edith chama, passava mais próximo à casa da família, no local onde ainda hoje existem a cerca e o portão de entrada da propriedade.

O novo trajeto da Estrada ocupou parte do terreno da família, porém, a família não foi indenizada. Além disso, a Estrada teve neste trecho seu leito bastante elevado, gerando um transtorno para a família, pois ao lado da casa passa um pequeno córrego, para o qual foi feito uma passagem por baixo da Estrada, insuficiente para alguns períodos de chuva, como afirma Dona Edith, pois quando chove muito, “junta muita água dos morros, e lá é muito estreito. Uma vez, em noventa e cinco acho que foi, entrou água aqui dentro de casa” (PISKE, 2019, p. 12). No entanto, os transtornos não diminuem a satisfação da família em ter a Estrada como ela é hoje passando bem em frente à sua casa. Dona Edith, conta que

era muito complicado pra eles estudarem. O filho ainda fez o segundo grau em Pirabeiraba, à noite, com a Marilene, a irmã da Luciane Ranke. Uma noite, eu sei que o pai da Luciane também estava doente e não podia sair de casa, de repente veio alguém chamando, já era duas horas da madrugada, e eles vinham sempre lá por meia noite, de ônibus. Eles pegavam um direto lá no grupo. A gente falou com essa gente do ônibus e eles traziam eles direto até aqui. Mas aí veio alguém falando que a mãe da Luciane estava muito nervosa porque o ônibus não tinha chego ainda. Aí eles pediram pro meu marido pegar o carro e ir lá pra baixo e nós já tínhamos planejando isso também porque a gente também estava nervoso. Aí meu marido foi e os dois estavam sentados na pracinha, lá em Pirabeiraba, esperando o ônibus que tinha estragado em viagem.” (PISKE, 2019)

O ônibus rodoviário, linha Joinville - São Bento do Sul, transportava os estudantes diariamente, pois Dona Edith, assim como os pais de Marilene haviam negociado com os responsáveis pela linha para que o motorista pegasse seus filhos diariamente em Pirabeiraba e parasse em frente às suas casas para deixá-los. A linha foi desativada logo que Paulo se formou, e Márcia não pode realizar os estudos do segundo grau pois não havia condições de se locomover diariamente para Pirabeiraba, e também não queria ficar muito tempo longe de casa.

Entre as lembranças de como a modernidade da rodovia ampliou as facilidades e os transtornos, Dona Edith recorda dos relatos que ouvia sobre os primeiros carros que

passavam na Estrada e todos corriam para ver, e também de quando passou o Zeppelin sobrevoando a propriedade que na época ainda pertencia aos irmãos Schmalz, antigos patrões de seu sogro. Momento histórico registrado em uma fotografia colocada na parede de sua casa, mas que fora roubada há muitos anos. A fotografia também já circulou pelas redes sociais e sua filha Márcia, também reconheceu a propriedade e salvou a imagem em seu *tablet*.

Fotografia 37 – Sobrevoio do Zeppelin na propriedade da família Piske, na época ainda pertencente aos irmãos Schmalz.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Entre as fotografias apresentadas por Dona Edith, em algumas delas está presente um carro Corcel, cor verde, que pertenceu à família por 18 anos. Segundo Dona Edith, o automóvel sempre muito bem conservado atraía atenção por onde eles andavam e eram inúmeras as ofertas para compra do carro. Ele é um motivo frequente nas fotografias posadas em que aparece a família, filhos e até sua neta Letícia, e em períodos bastante distintos.

Fotografia 38 – Algumas fotografias com o Corcel da família.



Fonte: Acervo da família Piske / reproduzido pelo autor

O rancho que servia de garagem para o carro e também para guardar ferramentas e outros objetos, o qual precisou ser demolido recentemente para a construção do novo

ambiente para manufatura da Raiz Forte seguindo as normas da Vigilância Sanitária, aparece também em uma fotografia recente, feita pouco antes de sua demolição. A fotografia foi feita “para ter lembrança”, pois “muitos clientes diziam ‘não tiram essas telhas’, ‘deixa isso como está’. Tinha até uma bromélia que estava florescendo em cima do telhado e era muito bonito mesmo, mas chovia muito dentro” (PISKE, 2019,p. 23).O rancho demolido recentemente traça um paralelo com a história da Estrada, ambos tinham um aspecto bucólico e permitiam uma maior aproximação com a natureza em seu entorno, convidaram para uma observação mais lenta da paisagem. Mas, ambos precisaram dar espaço ao progresso, que na visão da família Piske foi bem aceito. Edith Piske e seus filhos souberam aproveitar os benefícios do novo sem perder o vínculo com sua raiz.

Fotografia 39 – Rancho da família Piske.



Fonte: Acervo da família Piske / reproduzido pelo autor

Saindo de Joinville pela Estrada Imperial Dona Francisca existem algumas alterações no trajeto original que eliminaram algumas curvas para que o tráfego pela rodovia SC-418 fosse facilitado, porém na região do bairro São Miguel, em Campo Alegre, a rodovia se desvincula do traçado da Estrada, no entanto, o traçado original acompanha ora à esquerda, ora à direita da rodovia até Mafra. Nos trechos que a rodovia não aproveitou o traçado da Estrada Imperial, principalmente nas áreas rurais, é possível observá-la com características muito próximas de sua implantação, ainda com chão batido e muitas curvas.

Fotografia 40 – Vista aérea da propriedade da família Cubas.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

O senhor Olivar Cubas habita em um destes trechos originais. Saindo à direita da rodovia SC-418 no bairro São Miguel, percorre em torno de um 1km para chegar em sua residência que fica anexa à sua serraria, uma grande propriedade herdada em parte de seu tio Alfredo Piske, com quem ele morou por muitos anos.

Eu morava lá no Salinho e me criei ali com meus pais, mas é pertinho daqui, dá uns 5 km. Aqui nessa região eu moro faz 52 anos. Eu entrei aqui em 71, com 21 anos, quando eu casei o tio me buscou ali, aí vim e fiquei com eles numa casa velha que tinha aqui. Aí da casa velha mudei para trás pro paiol, mas o paiol também era bem antigo. (CUBAS, 2019, p. 1–2)

Alfredo Piske possuía uma casa que “ele comprou antigamente. Ali tinha uma casa de comércio grande onde os carroceiros, naquela época pousavam tudo aqui, tinha um *paiolão* ali, com estrebaria e tudo” (CUBAS, 2019, p. 2). A casa antiga continua erguida à beira da Estrada.

Fotografia 41 – Antiga casa de Alfredo Piske, à beira da Estrada Imperial Dona Francisca.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

Olivar conta que na época da guerra, “acho que era a dos farrapos, eles se abasteceram aqui no paiol dele. E o avô e o pai do meu tio foram presos, então ele teve que ir de carroça grande ajudar a levar mercadoria pra eles” (CUBAS, 2019, p. 2).

A área onde hoje Olivar habita com sua esposa pertenceu à fábrica de móveis Cimo, “meu tio trabalhou anos na móveis Cimo, isso aqui era tudo dos móveis Cimo, ele comprou e ficou trabalhando aqui. Depois eu entrei e trabalhei 12 anos com ele, até ele parar” (CUBAS, 2019, p. 2-3). Na época em que trabalhou com seu tio, Olivar foi serrador, e logo que saiu da serraria se tornou caminhoneiro, “geralmente puxando carvão do Bruaca, Poço Grande, uma região ali pra trás do Rio Antinha, para a Tupy e trabalhando para o velho Rank” (CUBAS, 2019, p. 3), transportando madeira principalmente para Joinville.

Fotografia 42 – Olivar Cubas, sob o caminhão, com carga de carvão.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

As viagens para a região urbana de Joinville duravam até “quatro horas, porque a estrada era muito ruim. A descida por cima daquela *saibreira* grande que tem um pouquinho para baixo do Rank, onde tem aquele corte de pedra. Então nós passava lá por cima, dava um medo!” (CUBAS, 2019, p. 4).

As fotografias dos caminhões acionam as lembranças de Olivar e ele recorda uma situação na compra de um deles,

esse Mercedes eu comprei um dia antes do Collor prender o dinheiro. Fui em Blumenau, comprei o caminhão, passei o cheque lá depois da hora porque eu tinha que acertar o cheque no banco, mas quando eu cheguei aqui tinha estourado minha conta porque eu não tinha o

dinheiro na conta, estava na poupança e eu achei que ia dar tempo de eu vir outro dia e passar, mas daí cheguei aqui e o meu amigo de São Bento já tinha arrumado. (CUBAS, 2019, p. 5)

Fotografia 43 – Fotografia capturada da janela da casa da família Cubas, com o caminhão comprado em Blumenau e a serraria da família aos fundos.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

Ainda hoje, mesmo após alguns problemas de saúde que ocasionaram em complicações para se locomover, Olivar sente prazer ao dirigir seus caminhões e sempre que possível dirige na redondeza.

Ao chegar na propriedade para a entrevista foi necessário aguardar sua chegada pois ele havia saído para levar uma carga na região juntamente com um funcionário que ao chegar o auxiliou para descer do caminhão. A paixão pelos caminhões também é visível nas diversas fotografias apresentadas, e em muitas delas ele está posando com seus filhos, esposa, funcionários, a frente, ao lado ou sobre a carga do caminhão.

Fotografia 44 – Olivar Cubas e a esposa Edeltraude Cecília Cubas



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

“Uh, tempo que *cê* ganhava bem né!” (CUBAS, 2019, p. 13), recorda Olivar com saudosismo e voz embargada,

Eu puxei muito sassafrás, uma madeira do mato, um ceme bom né. Mas eu puxava galheiro pra fazer bomba, isso ia tudo pro estrangeiro. Uma carga que eu fazia dava por dez carga de lenha, se uma carga de lenha custasse cinquenta conto, a carga de cavaco custava quinhentos, então dava dinheiro que meu Deus do céu! (CUBAS, 2019, p. 13)

A extração do sassafrás na região e sua finalidade geram curiosidade, e Olivar continua,

Era bomba atômica mesmo, eu até tenho óleo, mas nem sei onde que tá. Ele é mais explosivo do que gasolina. Eu levava o sassafrás pra São Bento e Tijucas do Sul, que tinham forno grande onde eles cozinhavam e separavam o óleo. De lá ele era *entamborado* e ia pro estrangeiro. Nós ganhamos muito dinheiro com isso. (CUBAS, 2019, p. 14)

Bastante tímido ao falar, Olivar é incentivado por sua esposa Edeltraulde a contar algumas de suas histórias de viajante: “já contou do teu acidente? ”, instiga ela.

É, eu tombei um caminhão por gosto na serra. Para não morrer e não matar ninguém. Onde tem aquele bananeiro, o último bananeiro grande ali embaixo. Então aqui em cima tem aquela laje de pedra ao lado direito e daí faz uma curva assim, eu pensei comigo: a hora que eu chegar na curva, se eu ver que não vem ninguém de baixo eu vou tombar o caminhão. Porque o caminhão faltou freio e desandou carregado! Eu estava com uma carga de cavaco, esse lixo que a gente pica tudo. E quando cheguei na curva eu tombei, joguei o caminhão pra direita e *gorpiei* ele. Tombou no meio da estrada e só parou quando descarregou tudo, eu tava com 40 metros cúbicos. Foi uma fumaceira que Deus o livre. E daí quando eu me acordei no caminhão já tinha gente lá, já tinham desligado a bateria e eu estava em cima do painel, e daí em vez de me ajudarem a sair do caminhão, a turma rodeava o caminhão e diziam: “o homem morreu de certo”, e eu escutando tudo, daí veio bombeiro, veio o *djenho e coisarada*, queriam me levar no médico, aí eu disse que não, mas tive que assinar um papel pra ele dizendo que eu não queria ir no médico. Depois chegou o guincho para pegar o caminhão e viemos embora, daí eu disse, agora eu vou no hospital dar uma averiguada. Mas cheguei aqui e não pude sair do carro pra ir pro hospital, estava duro, duro, duro, uma *dorarada* que Deus o livre, aí batemos chapa, tinha quebrado três fios de costela. E daí vim para casa e fiquei *uns par* de semana de molho. (CUBAS, 2019, p. 8)

O acidente foi logo depois da reestruturação da Estrada, que segundo Olivar, melhorou muito, mas também exigiu maior atenção ao dirigir, ficou

mais tranquilo pra quem cuidava, porque ficou perigosa também. Ali descendo a serra ficou *embalosa*, então tinha que cuidar porque a serra na verdade ela começa aqui em cima né. Porque dali de cima [apontando para um ponto próximo de sua casa] é o ponto mais alto que tem, bem em cima do morro do Piske, de lá desce pra Mafra e aqui desce pra Joinville. E acontece muito acidente por via disso, porque o povo chega aqui em cima e começa a usar muito o freio, chega lá na serra o caminhão tá quente né, porque não sabe da história e de tanto usar o freio aqui, quando chega lá não tem mais freio e aí que o caminhão desanda. Um dia eu descí atrás de uma carreta, foi ano passado, e aquela carreta andava, andava que Deus o livre, nesses *decidão* aqui, e só no freio. Eu disse pro piá: “esse caminhão tem alguma coisa”, ou o cara é burro ou tá *loquando* da cabeça, e quando começamos a descer a serra, lá pra cima da curva forte que chamam de curva da morte, olhamos e o caminhão de perna pro ar. Eu disse: “olha lá o que deu a loucura do homem”. (CUBAS, 2019, p. 9-10)

A reestruturação também alterou o tráfego em frente a propriedade da família, diminuindo consideravelmente o movimento, considerando que antes do novo trajeto, “de

Campo Alegre, São Bento, Canoinhas, tudo passava por aqui. Porque essa estrada Dona Francisca você pode bater em Mafra. Ainda hoje se quiser pode chegar em Mafra por ela” (CUBAS, 2019, p. 9), lembra Olivar mas não sem ressaltar que por ali tem muito mais curvas, recordando a partir de uma fotografia de seu casamento que “o dia que nós casamos, fomos de caminhão tirar foto em São Bento, mas era tudo diferente, naquela época andava cheio de gente” (CUBAS, 2019, p. 9).

Fotografia 45 – Edeltrolde Cecilia Cubas e Olivar Cubas no dia do casamento.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

Na memória de Olivar, o tráfego maior na Estrada antes da reestruturação era de carroças, “de carro grande assim, caminhão, não tinha quase movimento porque tinha lugar que não dava pra se encontrar. O que mais tinha era carroça” (CUBAS, 2019, p. 10). Carroças que ele recorda encontrar em suas viagens, “sempre tinha uma porção. Tinha o tio Alfredo e o pai do tio Alfredo que viajavam. Tinha o Gustavinho que viajava com carroça e tinha uma turma de gente, aqui de Bateias de Baixo tinha bastante” (CUBAS, 2019, p. 10).

Os carroceiros normalmente iam para Joinville e transportavam “cachaça, melado, de tudo. O que mais traziam de baixo era cachaça, e pra baixo levavam milho e tábua, o que nós puxava de caminhão, eles puxavam tudo na carroça” (CUBAS, 2019, p. 10). Olivar relembra em meio às risadas um fato curioso sobre o transporte de melado, “tinha muito porco na estrada que acompanhava a carroça porque o melado era trazido ensacado, e daí com o calor derretia e ficava pingando, e os porcos andavam atrás por causa do melado. No fim era divertido” (CUBAS, 2019, p. 10-11).

Alguns casos contados pelos carroceiros também vêm à memória de Olivar.

Uma vez os carroceiros estava tudo acampado ali perto da casa do Rank, do lado direito, ali era um acampamento num *gramadão*, e a maioria dos carroceiros eram tudo bêbado, faziam a janta e bebiam daí em diante, e ficavam bêbado. E um cara nessa folia deles disse: “eu quero ver se existe mesmo o coisa ruim, vou me enforçar”. Pegou uma corda e amarrou na roda da carroça. Quando os outros viram ele estava com a língua um metro quase pra fora, e a turma pularam e cortaram a corda. Daí ele contou como é que era o caso, disse que o coisa ruim estava com o garfo nele e *dale*, dizia que ele dizia que não podia mais voltar, dizia que ia morrer. Você calcule o que é o coisa ruim né! Não dá pra duvidar. (CUBAS, 2019, p. 11)

Sobre os conflitos na Estrada, diferente das bibliografias que indicam como sendo entre carroceiros e caminhoneiros, Olivar enfatiza que aconteciam frequentemente entre os carroceiros,

matarem alguma gente ali na serra, mas por via de encrenca antiga. Porque na época dos carroceiros quase não tinha polícia, então o negócio era vingança. O cara fez uma coisa errada ia pro chumbo mesmo. Ou ia nas pernas, ou quando se ajuntavam era no braço, ou no tiro. Brigavam por divisa de terreno, mas por coisa da estrada não tinha nada. Mas é que daí viajava todo mundo e o lugar pior era na serra, que era onde os carros não podiam correr nada, aí vinha um por trás e atirava e pronto. E também bebiam porque não tinha justiça aquele tempo, e aqui nos mato era uma *brigaceira*, tanto que eu tenho dois tios que morreram numa noite só. Naquela noite morreu quatro no tiro, por via de folia de mulherada, até uma mulher saiu baleada. (CUBAS, 2019, p. 11-12)

Em uma fotografia bastante desgastada, a sogra de Olivar posa ao lado de um cavalo, “eles tinham criação de cavalo. E eram bem forte pra puxar a carroça, e era seis, oito cavalo cada carroça. Só que era no passinho toda vida” (CUBAS, 2019, p. 12-13). Ele conta que para subir a serra os cavalos sofriam, mas para descer era mais tranquilo, e ao falar sobre a descida lembra que “a turma tinham muita bicicleta naquele tempo, e pra descer a serra

amarrava um pau atrás da bicicleta porque se não, não tinha freio que aguentava” (CUBAS, 2019, p. 13).

Fotografia 46 – Sogra de Olivar Cubas.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

Na memória de Olivar surge a lembrança de uma fotografia que ele gostaria de mostrar:

eu tinha uma foto, mas eu não sei onde é que tá! Que tinha uma tora só em cima do caminhão, dava essa altura e esse peso, era de pinheiro. Nós fizemos uma estrada pra chegar o caminhão perto do pinheiro, cortar e rolar pra cima, mas pra rolar tinha que agarrar com o macaco. (CUBAS, 2019, p. 15)

O fato não é lembrado diretamente, mas evocado a partir de uma fotografia ausente. Na memória de Olivar, a imagem da fotografia do caminhão com uma só tora em cima se faz um importante vetor para que o fato que permeia a captura não fosse esquecido, assim como as dificuldades daquele tempo e de algumas situações similares ao carregamento de grandes toras classificadas por ele como “sofrido, mas divertido”.

Porque que você via coisa que hoje não vê mais, então era divertido. Nós tínhamos um guincho atrás do caminhão pra puxar as toras, e as vezes nós *emendava* até quinhentos metros de cabo. E o tio Alfredo era muito teimoso, eu dizia pra ele comprar um trator com guincho, mas não, ele queria o caminhão! (CUBAS, 2019, p. 16)

Com o tio Alfredo novamente surgindo nas lembranças, algumas lágrimas correm dos olhos de Olivar ao narrar que

ele faleceu com noventa e quatro anos, viveu bem. E era trabalhador, meu Deus, com noventa anos ele estava virando tora ainda. Era muito boa gente, eu nunca tive um troco de conversa com ele. E ele nos ajudou muito, aqui onde nós moramos ele deu tudo pra nós, e a inverno grande eu comprei dele, mas comprei barato, quarenta e quatro alqueire por noventa mil. Os documentos dele pro final era só eu quem mexia, outro não podia meter a mão, tudo o que ele queria fazer, era só em mim que ele confiava, ele não teve filhos. (CUBAS, 2019, p. 16)

Pergunto à Olivar se ele foi como um filho para o tio Aroldo, e ele singelamente responde em meio à um suspiro: “isso... muito bom”.

Fotografia 47 – Olivar e sua esposa Edeltraud (atrás), com o tio Alfredo e esposa.



Fonte: Acervo da família Cubas / reproduzido pelo autor

**2800**

No número 2800 da Estrada Dona Francisca, exatamente na divisa entre Campo Alegre e São Bento do Sul, funciona atualmente a Pousada Ponte de Pedra administrada por Hildegard e seu marido Helmut Brüske, com auxílio da filha Hariet. A pousada recebe este nome devido à ponte de pedra construída em 1884 para que a Estrada Imperial Dona Francisca passasse sob o rio que corta a propriedade.

Fotografia 48 – Ponte de pedra de 1884 na Estrada Imperial Dona Francisca



Fonte: Barbara Simone - Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Hildegard habita na Estrada Dona Francisca há 63 anos, ela conta que veio “pra cá quando eu tinha 1 ano, e agora eu estou com 64. Minha mãe era natural de Campo Alegre e o pai de Joinville, então eles se casaram e foram morar pra Joinville, mas a mãe não suportou o calor lá em baixo, daí quando eu tinha 1 ano eles voltaram” (BRÜSKE, 2019, p. 1). Seus pais se conhecerem em um casamento de uma tia dela em Campo Alegre, “o tio convidou ele, era amigo, e aí foi” (BRÜSKE, 2019, p. 2). Sua mãe Alfrida Rutzen costurava em casa e trabalhava na lavoura com seu pai Leopoldo Rutzen, que era também carroceiro e

carreava pra Joinville, tá lá a foto, levava frutas in natura e secas e o que mais tinha pra levar, como batatinhas. De lá, trazia banana, melado, cachaça, que era o tinha lá na época que ele descia. Ele foi carroceiro até nos anos 70, daí parou, quando começou a BR ali [apontando em direção da rodovia SC-301 que passa a pouco mais de 100 metros da propriedade], depois que começou mais caminhão não teve mais como ir, então ele comprou um caminhão, daí já foi de caminhão. (BRUNKEN, 2019, p. 2).

Fotografia 49 – Leopoldo Brüske segurando balde de frutas ao lado de seus cavalos e carroça



Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

O primeiro caminhão de seu pai aparece em uma fotografia que ele, sua filha Helcia e uma sobrinha nascida um dia após posam sentadas sobre o capô. Neste momento, os netos de Hildegard, filhos de Harriet, entram correndo na sala gritando “oma já vimo tudo, agora queremos vê esse daqui”, eles haviam pego o primeiro álbum antes da entrevista iniciar e estavam observando na varanda. Hildegard comenta que eles nunca haviam visto aquelas fotos e não conheciam álbuns de fotografias - que nomeiam caderno de fotos - e que ela não visualizava há muitos anos.

Fotografia 50 – Leopoldo Brüske e suas netas sob seu primeiro caminhão.



Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Aos 16 anos, Hildegard foi trabalhar na fábrica de móveis Cimo, período que conheceu Helmut

ele trabalhava em Saltinho, e viu que o meu serviço era mais fácil e veio pra cá, depois casamos e quando nós era dois anos casado o falecido pai disse assim: “voltem pra lavoura”, porque ele [Helmut] também andava muito doente na fábrica e não esperou a segunda palavra pra voltar pra lavoura. Daí por anos nós fazia feira livre, a gente plantava verduras e fazia bolachas, e o que eu tenho aqui pra vender, derivados de leite, fazia o queijo, a nata a manteiga e ia vender na feira na cidade, em São Bento. Por vinte e cinco ano fizemos esse trabalho. (BRÜSKE, 2019, p. 3)

Fotografia 51 – Hildegard em feira com produtos produzidos por ela



Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

A continuação da história da família é seguida por uma advertência: “não sei se você quer saber a história de como foi que aconteceu pra comprar isso aqui, ela é muito longa e muito triste. Se eu chorar...” (BRÜSKE, 2019, p. 3). A história envolve a paralisia infantil contraída por sua filha Helcia e a amizade e admiração que sua vizinha Marta, então proprietária da chácara onde hoje está localizada a pousada.

Nós tivemos essa nossa segunda filha, e nós *tava* fazendo feira, entregando leite e aos 12 anos de idade dela, quando eu tinha o meu menino pequeno com 6 meses, ela veio a ganhar paralisia infantil e foi muito difícil, muito difícil. Ela ficou uma semana internada aqui em São Bento, mas não tinha remédio aqui e foi difícil tirar ela pra conseguir levar pra Joinville. Eles não me

deixavam entrar mais no quarto por causa do menino, porque era contagioso, mas eu tinha uma amiga enfermeira e a noite ela me deixava entrar no hospital. E eu vendo que ela estava piorando todo dia, todo dia. Aí uma noite sentamos, quando ela fez uma semana, conversamos, e aquela amiga disse assim: “eu digo uma coisa, se vocês querem a saúde da filha de vocês, tirem ela daqui, eu sei que vai ser difícil, mas tirem e levem para um hospital maior”. Nós chegamos em casa de madrugada, choramos até de manhã, nós dois, e no outro dia cedo eu dei de mamar pro pequeno e voltamos pro hospital. Aí eu fui falar com o médico e disse assim: “ó doutor eu quero a transferência dela pra levar ela para um outro hospital que aqui não tá resolvendo”. Esse médico, meu Deus, *tava* tão brabo, tão brabo, ele não me dava a transferência, daí eu comecei a chorar e disse assim: “doutor, se a tua filha em vez de melhorar ficasse pior, o senhor ia aceitar ela aqui no hospital ou o senhor carregava ela até nas costas pra outro hospital?”. Daí ele disse pra mim assim, de tanto eu lutar né, ele disse assim: “você pode levar pra outro hospital mas você se vira, eu não te encaminho, não faço nada e a partir desse momento eu suspendo o soro dela, suspendo a medicação e tudo e você me assina o termo”. Eu peguei e assinei o termo e subi a escada, e na subida eu encontrei um médico aqui da cidade, tinha sido ele que tinha atendido ela no domingo quando internamos, mas ele não podia fazer nada por causa do outro que era neurologista. Aí ele disse assim pra mim: “como é que tá a nossa pequena?”, aí eu contei pra ele e ele disse não, volta, vem comigo pro meu consultório. Voltei a escada abaixo, ele ligou pra Joinville, me encaminhou, fez tudo, daí veio a irmã, já tinham suspenso o soro dela, ela veio e disse assim: “você tirou ela, mas você se vira pra levar, não vai ter ambulância pra você”. E eu no momento não sabia que ele já tinha arrumado a ambulância, aí eu disse pra ela: “nós *temo* a caminhonete, não dá pra virá o banco, mas o meu cunhado tem um Passat daí nós levamos”. E ela disse assim: “vocês se viram, dão um jeito”. Aí o doutor Tirson disse: “não, onze e meia a ambulância tá aqui”, e a irmã quis gritar com ele, daí ele só fez assim [gesticulando com a palma da mão para baixo] que era pra ela acalmar. Nós *tava* lá de caminhonete, e eu queria que o Helmut fosse junto, mas ele disse assim pra mim: “eu não posso deixa a caminhonete aqui em frente o hospital”. Daí o motorista, um anjo da guarda, escutou, e disse: “pra que lado vocês moram?”, e eu disse assim: “lá pra Bela Aliança, nós passamos por lá com a ambulância”, e ele disse: “ele vai na frente e nós *imo* de atrás, ele encosta a caminhonete lá e, nós pegamos ele e ele vai junto”. Aí chegamos em casa e a mãe *tava* com o pequeno no colo, mas eu não podia desembarcar da ambulância, e só disse pra mãe assim: “nós *tamo* indo pra Joinville”, e nada mais. Lá em baixo daí eles fizeram a ressonância e a médica não acreditou, ela pensou assim: “mas essa ressonância dela tá errada, eu vou ter que fazer outra”, aí ela veio pro meu quarto e ela disse assim ó, naquele tempo era: “vocês podem arrumar R\$900,00 pra amanhã? Pra eu fazer outra ressonância, eu preciso”. Não tinha telefone, como hoje, eu tinha que ligar pra vizinha, pra vizinha avisar a mãe. Aí eu disse pra médica: “pode fazer que nós *damo* um jeito, alguém vai trazer esse dinheiro pra mim, eles vão dar um jeito”. E a falecida mãe disse pra mim: “manda fazer, amanhã cedo o pai te leva o dinheiro aí em baixo, nós *damo* um jeito aqui”. E aí, o pai conseguiu cobrar uma dívida antiga e conseguiu o dinheiro, daí ele me trouxe e eu já tinha dado a minha palavra pra médica e eles já tinham feito a ressonância e começaram a tratar ela, mas nisso ela já *tava* em coma, e numa noite ela começou a vomitar e fazer cocô e eu pensei assim: “não, dessa noite ela não passa mais”, mas eu tinha uma amiga do outro quarto, ela sempre vinha lá e ela me abraçava e dizia assim: “para de chorar que vai ser a saúde dela”, e era verdade, no outro dia cedo ela começou a mexer com o dedinho e dali foi melhorando. Ficamos lá quinze dias, daí voltamos, mas ela ainda *tava* paralisada e continuou o tratamento. E quando ela *tava* melhorando, andando na cadeira de roda ainda, aqui morava um casal de idoso, e o que eles precisavam nós ajudava eles sempre, e nisso o velhinho já tinha falecido, *tava* só ela aqui, e a nora com o filho diziam: “oma, vamos vender aqui e a oma vai morar com nós em Campo Alegre”, e a oma aceitou vender, mas se eu e o Helmut comprasse. Mas nós não *tinha* dinheiro, daí ela vinha e dizia que nós tinha que comprar e nós dizia: “oma nós não *podemo*”, e isso foi quase meio ano assim: “oma nós não *podemo*” e ela teimando. Aí meu cunhado veio aqui, ele sabia da nossa dificuldade, ele veio com dinheiro no bolso, bateu no bolso e disse pra ela que veio comprar o terreno porque nós não tinha o dinheiro pra pagar, que era pra ela vender pra ele. Aí ela disse, ela não podia falar bem brasileiro, aí ela disse tudo trocado pra ele, que era pra ele ir embora lá pra rua e quem que ia comprar era nós, porque a confiança dela era em nós, que se nós comprasse ela podia vir e voltar a visitar aqui, e não vendeu pra ele. Aí um dia, ela mandou chamar nós, era mês de agosto, nós viemos aqui e ela disse assim pra nós: “Helmut,

hoje vocês vão comprar, vocês vão assumir, eu tenho que ir pra Campo Alegre”, e o Helmut disse assim: “oma, nós não *podemo*”. Aí ela disse assim: “vocês podem sim, até o outro ano eu não vou cobrar nada de vocês, depois, vocês me pagam 1% de juros”. E o valor que ela *tava* pedindo nós pagava como podia, então pagava 1% de juros no que *tava* devendo, então quanto mais nós pagava menos juros e assim foi indo. Aí nós fomos pra casa e contemos pro falecido pai e ele disse assim: “*nein*, vocês não vão vencer isso, não fazem isso que vocês não vão *vence*”. E nós pensamos: “e agora, o que que nós fizemos?”. Pensamos, pensamos, sempre nós dois junto e pensando e fazendo conta, de repente o Helmut disse assim pra mim: “mãe, eu acho que é pra ser nosso, *vamo enfrenta*? Deus vai ajudar nós”. E eu disse: “você tá com a palavra, se você quer, *enfrentemo*. Com, Deus nós *vencemo*, uma hora *vencemo*”. Daí nós fechamos negócio com ela e começemos, eu continuando a fazer a feira e aumentando sempre as coisas pra entrar mais dinheiro. Abrimos a cerca da divisa, soltamos as vacas pra cá, pra ajudar a limpar, e a ponte ali eu não conhecia, morava aqui do lado e não conhecia, o Helmut conhecia já porque vinha pescar, mas não tinha turismo, não era interessante. Aí, a gente conversando na feira com o pessoal da secretaria do turismo, que compramos a propriedade, eles vieram ver e falaram: “nossa, essa ponte é pra turismo!”, e a gente nem acreditava. Aí eles começaram com o Circuito das Araucárias, vieram aqui e falaram: “vocês tem que fazer uma pousada na propriedade que vocês compraram”. E nós dissemos: “não! Nós *tamo* pagando o terreno, como é que nós *vamo* fazer pousada?”. “Vocês fazem na casa antiga, você limpa bem lá, põe cama, põe chuveiro”, e lutaram, quase um ano pra convencer nós de novo porque, como é que de vaca nós ia trabalhar pra turismo? E acreditar que isso ia dar certo, que o ciclista ia vir, na verdade nós nem conhecia ciclista, quando os primeiros vieram com essa roupa nós tinha medo. E fomos, até que comecei a acreditar neles, comecei a fazer as faxinas e a arrumar, e ali foi, eu atendia os ciclista mas voltava lá em baixo [na outra propriedade da família] pra tirar leite e fazer meus serviço lá, fazer a feira, cuidar do pai que já *tava* doente. (BRÜSKE, 2019, p. 3-7)

Assim foi a rotina de Hildegard a partir de 2012, quando a pousada foi aberta até a demanda aumentar por volta de 2014, quando seu marido propôs modernizar o sistema de ordenha das vacas e deixar sob responsabilidade dos dois filhos. No período de negociação da propriedade “a Helcia então voltou a andar. Levou cinco anos, mas voltou a andar, casou e tem dois filhos bonitos. Fez uma cirurgia agora no pé, porque ela ficou com uma sequela e atrofiou, mas tá bem” (BRÜSKE, 2019, p. 7).

Fotografia 52 – Vista aérea da Pousada Ponte de Pedra



Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Respiramos fundo e voltamos a falar sobre a Estrada. Hildegard lembra que antigamente “não tinha nem metade da população que tem hoje, então a gente conhecia todo mundo daqui até Mato Preto, mas hoje em dia eu não conheço mais todos” (BRÜSKE, 2019, p. 8). Apesar de o crescimento da região e do desconhecimento de grande parte dos habitantes da Estrada, ela não encara as mudanças como um problema e fala com orgulho da associação em que participa: “agora nós temos uma associação da Dona Francisca, tem vários lugares de turismo já e tá bem legal. As escolas quando vem aqui, que nem hoje de manhã nós tinha uma escola, eles vem fazendo passeio pela Dona Francisca” (BRÜSKE, 2019, p. 8).

A pousada fica localizada em um trecho da Estrada que se manteve original e que ainda hoje possui o leito em chão batido, mas que, segundo Hildegard, atualmente é mais movimentada que antigamente, mesmo tendo a rodovia passando à poucos metros dali. “Antes passava mais carroças, depois foi mais os carros, mais *fordinho* e essas coisas bem antiga” (BRÜSKE, 2019, p. 8). A propriedade abriga também uma residência a qual, segundo um vizinho “que tem oitenta e poucos anos, ele diz que a casa é um pouco mais velha do que a ponte. A ponte é de 1884, então a casa tem bem mais de 100 anos, pois a ponte acho que tem cento e nem fiz mais a conta” (BRÜSKE, 2019, p. 9).

Fotografia 53 – Residência na Pousada Ponte de Pedra



Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Uma fotografia de um piquenique faz Hildegard lembrar dos passeios que costumavam fazer: “Essa aqui é nossa família fazendo um piquenique em Joinville, perto de um rio. Era o caminhão do pai, fazia banco, todo mundo subia e *vamo* lá. Comida tudo em caixa e balaio. Ô como era divertido!” (BRÜSKE, 2019, p. 11).

Fotografia 54 – Família de Hildegard durante piquenique em Joinville

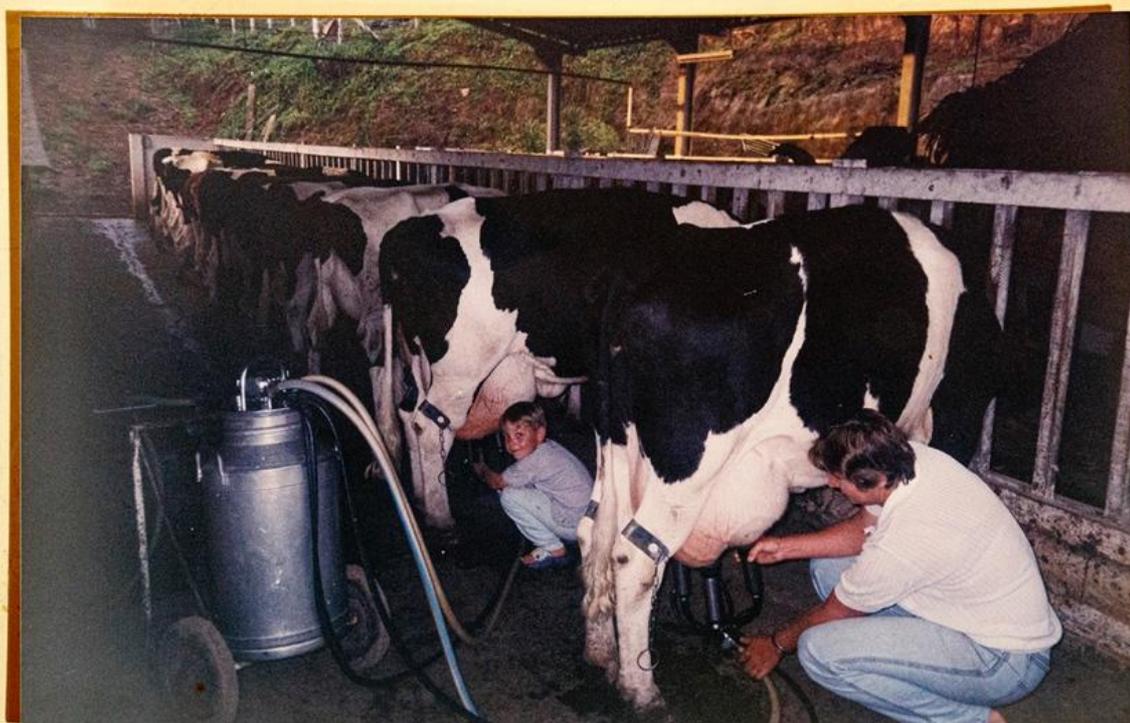


Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Ao observar uma outra fotografia, na qual as vacas estão sendo ordenhadas, a ligação afetiva de Hildegard com a vida no campo, com os animais e os produtos que produz fica evidente em sua fala vibrante:

Essa é bonita! Nossa Senhora! Ordenhando minhas vacas. Deve ter uns vinte e poucos anos, o Hélio era pequenininho, meu Deus, o Hélio já tem 26 anos. Aquela época eu produzia queijo e vendia tudo na feira. Hoje em dia os filhos produzem e vendem pro leiteiro e o que eu preciso pra aqui, eu mesmo faço queijo. (BRÜSKE, 2019, p. 12)

Fotografia 55 – Hildegard e o filho Helio ordenhando vacas



Fonte: Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Na parede, um recorte de jornal chama atenção, nele uma fotografia de um carroceiro segurando um balde diante de outras duas pessoas representa uma negociação tendo a carroça com os cavalos às costas do carroceiro. A matéria intitulada “Carroças ainda descem a serra trazendo frutas para Joinville”, tem como destaques: “seis dias de viagem”, “não dá lucro

mas é muito divertido”, dormem nos carroções”, “não há impostos” e “clientela certa”. O rodapé e cabeçalho da página estão recortados, por isso não é possível precisar a data nem qual era o jornal, mas Hildegard acredita que era o A Notícia e diz ter feito o recorte em sua infância, “eu era criança e aquele tempo eu já tinha a ideia de guardar as coisas antiga, porque fui eu que guardei esse jornal” (BRÜSKE, 2019, p. 13). O recorte emoldurado e fixado na parede tem um valor especial para ela, pois o carroceiro na fotografia é seu pai.

Fotografia 56 – Fotografia de matéria sobre carroceiros com Leopoldo Rutzen em destaque.



Fonte: Jornal não identificado - Acervo da família Brüske / reproduzido pelo autor

Rever as fotografias da família há muito tempos não vistas, segundo Hildegard, traz muitas lembranças agradáveis, “achei aqui o que já tinha esquecido faz tempo. Vacas que já se foram, a família tudo *mais pequena*, os filhos criança e tudo. Nós era mais novo, a gente mesmo se reconhece” (BRÜSKE, 2019, p. 14).

A conversa com Hildegard chega ao fim, mas a família continua na mesa observando as fotografias. Sua filha Hariet, senta-se à mesa em que conversávamos e começa a folhear as fotografias, compartilhando memórias com seus pais e também com seus irmãos via WhatsApp, cada fotografia que ela acha interessante é fotografada com seu celular e enviada para eles. Quando me despeço, eles agradecem pelas memórias recuperadas pelas fotografias que há muito tempo estavam guardadas e Hariet comenta que irá marcar um encontro com todos seus irmãos para (re)verem as fotos, e irá propor a eles que voltem a imprimir fotografias “porque é muito bom ter elas impressas para lembrar”.

O doutor em História José Kormanns, citado anteriormente neste trabalho como um dos autores que abordam a Estrada Imperial Dona Francisca em seus estudos e livros, é também um habitante da Estrada desde 1978, quando se mudou para a atual casa na qual realizou algumas modificações enquanto observava as transformações da estrada Dona Francisca acontecerem nesta região. “Quando eu vim morar aqui era um lugar já historicamente muito célebre” (KORMANN, 2019, p. 1). O trecho no qual ele habita atualmente recebe o nome de Rua Jorge Diener, porém algumas características do trajeto da Estrada Imperial ainda estão presentes, como a sinuosidade das curvas na rua que atravessa o bairro Oxford, em São Bento do Sul.

Professor desde 1964, iniciou as atividades como docente “jovem e com pouco estudo, em Jaraguá e em Corupá. E lá em Corupá achei a minha esposa. Minha única namorada e minha única esposa” (KORMANN, 2019, p. 6). A primeira experiência na docência foi breve, durando apenas alguns meses, mas logo em seguida, em 1965, foi convidado para dar aula no Colégio Cenecista São José, em Rio Negrinho. Inicialmente não queria voltar a lecionar, “eu sempre quis ser professor mas saí com certa decepção de escola lá de Corupá, não por aluno, mas por professores e pela diretora” (KORMANN, 2019, p. 6-7). Porém, mesmo negando os convites iniciais, continuaram a insistir para que ele fosse lecionar em Rio Negrinho,

eles diziam: “mas aqui é diferente”, e insistiram, insistiram, insistiram, aí eu fui lá para dizer não, para falar pessoalmente, porque só mandavam recado e eu não ia lá né. Quando cheguei lá, uma irmã me recebeu bem, me levou a sala dos professores e disse: “o diretor logo vem”. Aí o diretor veio dizendo: “que sorte que você veio”, todo contente, feliz e me fechou a boca com isso para dizer não né. E disse: “que bom que você veio, tem aula de história para você”, e história eu sempre gostei né, uh! Aí eu aceitei, fiquei lá, e fiz curso de férias de história em Florianópolis. (KORMANN, 2019, p. 7)

Apesar de adorar lecionar, ele conta que passou algumas dificuldades financeiras devido aos atrasos de salários,

uma vez fiquei 25 meses sem receber salário. Trabalhando de manhã, à tarde, e à noite, tendo três filhos já. Eu já tinha comprado uma casa, paga, tive que vender, para sustentar os filhos. E o governador não resolvia o problema, nem o secretário de educação, prefeito, ninguém.

<sup>8</sup> A entrevista com José Kormann é a única desta pesquisa que não aconteceu a partir de suas fotografias pessoais. Kormann preferiu conversar na loja de um amigo, localizada embaixo de sua residência e comentou que não sabia onde estavam guardadas suas fotografias pessoais. As narrativas transcorreram a partir das fotografias publicadas em seu livro “Histórico da Estrada Dona Francisca” (2019).

Escrevi uma carta para o presidente da república, Ernesto Geisel, aí resolveu e ganhei o dobro do pagamento que me deviam. (KORMANN, 2019, p. 7)

Os atrasos de salários motivaram também a mudança para o atual endereço, quando

em Rio Negrinho os professores se revoltaram contra o colégio e eu era o mais prejudicado dos professores. Aí todos falaram para mim, olha vai ter reunião com a diretoria e você que é mais prejudicado fala, então eu falei, expliquei tudo, que não dava para estar contente, pois não se ganha salário e ainda diminuiu o salário no meio do ano. Aí a diretoria me meteu a boca e os outros professores ficaram quietos, ninguém falou nada, aí eu só pensei, tá bom, deixa, o ano que vem eu não tô mais aqui. E eu com os alunos sempre fui muito estimado, muito afamado e só pensei, ano que vem eu não tô mais aqui e eles vão ver o que é bom. (KORMANN, 2019, p. 8)

A mudança ocorreu alguns meses antes do embate com a diretoria do colégio de Rio Negrinho, uma professora questionou-o: “você que é homem por que que fica dando aula, sofrendo. Em São Bento tem tanta indústria abrindo, por que você não vai trabalhar numa indústria? ” (KORMANN, 2019, p. 7). Kormann conta que pensou: “o que é que eu, como professor de história, vou querer na indústria. Mas até fiquei com vergonha né, uma professora falando: ‘você que é homem’” (KORMANN, 2019, p. 7), e assim ele foi realizar um teste na fábrica de porcelanas Oxford. Na época também haviam solicitado que ele cursasse teologia e a paróquia católica de Rio Negrinho pagou para que ele realizasse o estudo, o qual resultou em convites para palestras, sendo uma delas para os professores de São Bento do Sul, ocasião em que conheceu o senador Otair Becker, “ele também falou alguma coisa e até me elogiou” (KORMANN, 2019, p. 8). Um tempo depois, numa festa de encerramento de ano em Rio Negrinho,

Otair Becker veio me cumprimentar com aquele jeitão dele, e eu disse: “como vai? Eu fiz um teste na sua empresa.” E ele respondeu: “Porque não tá trabalhando?”. Eu disse: “olha não sei, talvez não fui bem na prova ou pedi salário alto demais”. Aí ele falou: “Eu vou rever isso, telefone amanhã para mim e diga que eu mandei telefonar”. No outro dia liguei e falei com a telefonista, daqui a pouco, ele disse: “Kormann, é o Otair, onde é que você tá?” Eu disse: “tô aqui no telefone do colégio”. Ele falou: “Fica aí, daqui a pouquinho eu ligo para você. Eu quero rever isso”. Daqui a pouco ele ligou e disse: “você tirou nota boa mas o salário que você pediu para esse cargo é realmente um pouco alto, não podemos fazer”, e eu já ia dizer: “mas eu abaixo”, mas ele nem me deixou falar e disse: “fique calmo, eu vou arrumar um emprego para você aqui, nesse salário”, aí ele arrumou e eu vim pra cá. E aí o diretor veio atrás pedir para eu voltar a dar aula à noite pelo menos, para levantar o nome do colégio. (KORMANN, 2019, p. 8)

Inicialmente Kormann morou sozinho em São Bento do Sul numa pensão, até que “surgiu um emprego aqui no setor de contabilidade, aí a minha esposa veio, fez o teste e passou bem, aí eu aluguei aqui e acabei depois comprando” (KORMANN, 2019, p. 9).

A conversa com Kormann ocorreu em uma loja de equipamentos eletrônicos situada no piso térreo da residência na qual sua família habitou desde que veio para São Bento do Sul, uma construção datada de 1953. Ele preferiu traçar a narrativa sobre a Estrada com base

nas fotografias publicadas em seu livro “Histórico da Estrada Dona Francisca”, no qual cita que a Estrada

é a segunda estrada carroçável do Brasil. Aí tem pessoas que ficam bravas, umas disseram: “eu te provo que não é”. Eu disse: “ótimo, a história é isso, pesquisar e provar”. Mas até agora ninguém provou o contrário. O que existiu e eles confundem, foram caminhos abertos na mata para tropas de mulas passarem, ou boiadas. Em 1725 já tem documento de boiada que vinha do Rio Grande do Sul e era levada para o Brasil central. Porque a turma diz Minas Gerais, só que Minas Gerais na época, era Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, tudo isso, e alias o Paraná e essa região de Santa Catarina aqui, em cima da serra. Foi a questão do contestado que separou, mas tudo era Minas Gerais. E levavam para o centro do Brasil, boiadas do Rio Grande do Sul, e em 1725 já passavam boiadas em Mafra, mas isso não era estrada, não era uma rodovia, segundo me consta a segunda rodovia do Brasil é o primeiro trecho da Estrada Dona Francisca. A primeira é a União e Indústria de Petrópolis a Juiz de Fora, eu andei até a pé em um trecho por ela para fazer as pesquisas. (KORMANN, 2019, p. 1-2)

Do tempo em que se mudou para a atual residência na Estrada, Kormann lembra que

aqui era o lugar era muito mais simples, essa estrada, aqui na frente da minha casa, hoje chamada Jorge Diener, o que eu particularmente acho um crime da história e cometido contra a história. Toda ela no meu entender deveria se chamar Estrada Dona Francisca, pelo menos de Joinville até Mafra, que foi o primeiro trecho feito. E era uma estrada de chão muito mais estreita do que agora, foi alargada, no lado de lá ainda tinha capoeira. Devagarzinho foram aparecendo automóveis, cada vez mais automóveis e quando o tempo não chovia a gente até molhava a rua para não levantar tanto pó, e devagarzinho o progresso veio, foram asfaltando, foram arrumando e assim por diante. (KORMANN, 2019, p.2)

As transformações da Estrada foram acompanhadas desde sua infância, pois a primeira escola em que estudou, no ano 1950, localizava-se no trajeto e lá ele acompanhava as “tropas de mulas com suas bruacas” trafegando e os primeiros automóveis e caminhões, os quais

eram minha alegria de *piazinho* ver um caminhão, um automóvel, pois existiam pouquíssimos, mas lá na estrada Dona Francisca de vez em quando passava automóveis. E o que de vez em quando a gente via eram tropas de gado, tropas de mulas levando bruacas, quando era uma carga pesada eram duas bruacas, quando era uma carga leve eram três, erva-mate por exemplo levavam muito erva-mate, uma carga leve, então era uma de um lado, outra do outro e uma por cima das duas. E as mulas ficam assim muito submissas, muito obedientes, ia na frente geralmente um jovem que tocava a égua madrinha, como diziam, com sininhos e as mulas iam marcando passo, conforme a batida do sino lá na frente. Se era para apressar ele tocava mais ligeiro e se era para ir mais devagar e de distância em distância, parar para dar comida, deixar descansar, dar água, tudo ele coordenava. Inclusive nessas paradas começaram a aparecer comércios e até cidades. Campo Alegre surgiu por causa de acampamento dos tropeiros e depois os carroceiros, e em 1865 pelo que a história registra, desceu a primeira tropa de gado bovino, em 1877 desceu a primeira carroça até Joinville e no começo de 1900 desceu o primeiro automóvel, passando por aqui em Oxford, onde almoçaram, aqui já tinha uma *fabriquetinha*, uma queijaria, um restaurante, e foi a novidade, um automóvel, pois a maioria não acreditava nisso. (KORMANN, 2019, p. 3-4)

Kormann narrou que os encontros com veículos eram repletos de surpresas e alegrias, “era uma festa né”. Em sua infância, diariamente ele e seu irmão precisavam caminhar 3km pela Estrada para ir até a escola,

o que até certo ponto era uma alegria para nós, pois víamos os caminhões, e eu me lembro da primeira Kombi que vi, os alunos gritaram, parecia feia, sem motor, porque todos tinham

aquele motor para frente, os caminhões e outros carros né, e ela não. Então os alunos gritavam: “olha o tatu, é um tatu!”. (KORMANN, 2019, p. 5)

Outro fato cômico relacionado aos primeiros veículos é sobre um imigrante alemão de sobrenome von Seckendorf,

tinha aqui um fulano que o sobrenome era von Seckendorf. Na língua alemã quando tem von, é da nobreza, é conde, barão ou alguma coisa assim né. Mas esse era um cara simples, mas o nome era von Seckendorf e a turma em alemão falava muito herr Seckendorf, que é senhor, e ele ficava bravo, gritava alto: “von Seckendorf!”. Aí ele comprou um automóvel, foi um dos primeiros que andavam por aí, e ele tombou, tinha um barranco bem ao lado da estrada e ali ele tombou o carro para baixo e ficou preso dentro e de cabeça para baixo, e passou um Rudnick que olhou e gritou: “herr Seckendorf o que aconteceu?”. E ele dentro do automóvel, de cabeça para baixo, gritou: “von Seckendorf!”. Aí o Rudnick ficou bravo: “Ah! você com teu von! Fica aí dentro!”, e foi embora. (KORMANN, 2019, p. 9)

Conforme os veículos, principalmente os caminhões, começaram a se tornar mais comuns no cotidiano da Estrada, surgiram também conflitos, tanto no trajeto como também entre os colegas de escola. Kormann recorda que com o passar do tempo

começou a briga com os carroceiros, porque os caminhões tiravam o frete deles, uma vez que a carroça carregava pouco, no máximo 2000kg e tinha caminhão que carregava 5000kg. E depois a rapidez do caminhão, dos automóveis, embora comparado com os de hoje não seja muito, mas era uma coisa extraordinária, mais rápido do que a carroça que tinha que parar para descansar o cavalo, para dar de beber, alimentar. E entre os alunos, principalmente entre os rapazes, também tinha briga, tinha dois grupos sempre, os que gostavam dos carroceiros e o dos caminhoneiros. Eu era caminhoneiro e meu irmão era carroceiro. (KORMANN, 2019, p. 5)

Recupera dados de seu livro para a narrativa, apresenta uma fotografia de caminhoneiros e carroceiros trafegando pela Estrada, e salienta:

de uma altura em diante, os caminhoneiros e carroceiros começaram a se entender. Se você olhar bem esta foto aqui, eu escrevi, está na página 29 do livro: “agradável simbiose de carroças e caminhões”, então ali já tinha paz, você pode ver carroça, carroça, carroça e lá, caminhões, caminhões, caminhões. Trabalhando juntos, porque a estrada não era asfaltada e nem macadamizada e quando chovia formava muito barro, e pros caminhões era uma dificuldade enorme andar no barro, patinavam e enterrava o caminhão. E pros carroceiros não era problema, porque os cavalos lá na frente puxavam. E aí os caminhoneiros, muitas vezes, na época que houve paz, eram ajudados pelos carroceiros que engatavam os cavalos no caminhão para tirar do lodaçal. (KORMANN, 2019, p. 5-6)

Fotografia 57 – Carroceiros e caminhoneiros trafegando na Estrada Imperial Dona Francisca



Agradável simbiose de carroças e caminhões

aindo, até que afinal cederam, totalmente, seu lugar  
caminhoneiros. Terminou, desta forma, uma época histó

Fonte: Kormann, 2019 / reproduzido pelo autor

Enquanto observava a fotografia com caminhoneiros e carroceiros trafegando na Estrada, Kormann ressaltou que a harmonia entre os dois grupos iniciou com o passar o tempo, pois “no começo os carroceiros jogavam água, baldadas de água na estrada para formar lama” (KORMANN, 2019, p. 6). O fato é intercalado em sua narrativa com a memória da sua primeira viagem à Joinville, em 1956, quando ele viajou

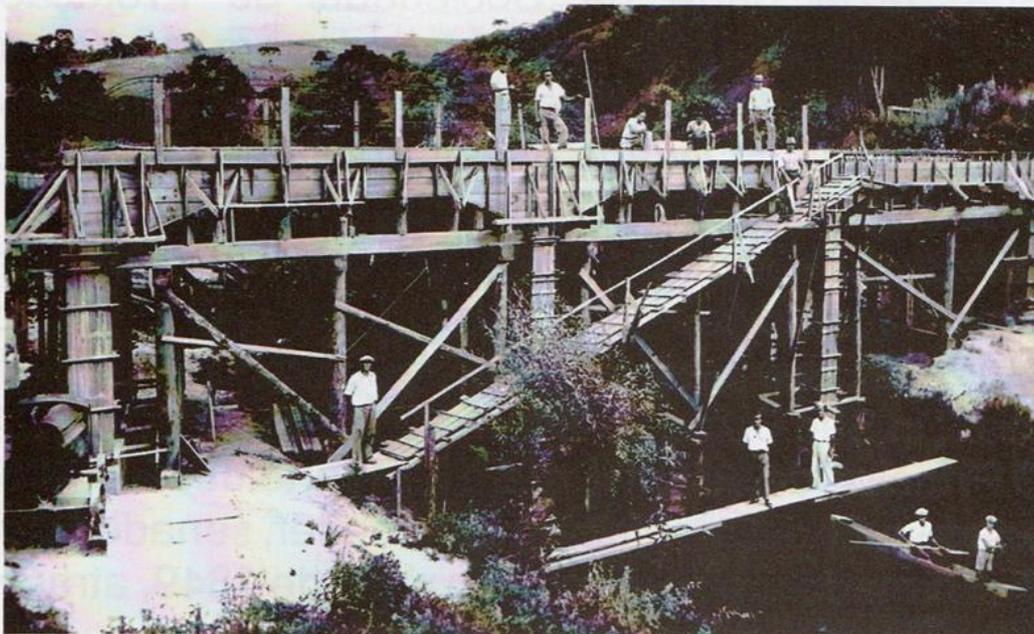
para fazer um exame de vista. Eu consegui carona com um automóvel de Joinville e parei inclusive na casa deles, era um Müller. No ir para Joinville eu me lembro de várias aguadas que o automóvel passava dentro, na serra. Hoje vai lá para Joinville e às vezes nem se sabe que lá de baixo tá passando um riachozinho. Pros carroceiros era bom porque o cavalo podia beber

ali, mas às vezes era um riachozinho tão pequeno que para todos os cavalos beberem água, o carroceiro pegava um balde e enchia para dar aos de trás enquanto os da frente bebiam no riachozinho. Geralmente ao lado da estrada já tinha uma bica para facilmente encher o balde e dar pros outros cavalos beberem, aí depois jogava baldadas na estrada. Aí, as filas de carroceiros eram enormes, então vinha um jogava água, vinha outro jogava água, formava lodaçal, e onde tinha água sempre era uma descidinha e uma subidinha de novo, para os carroceiros não tinha problema, mas para o caminhão na hora de subir, encalhava ali. (KORMANN, 2019, p. 6)

Continuando a narrativa com base nas fotografias de seu livro, Kormann apresentou a fotografia da página 10,

essa aqui foi a inauguração da primeira ponte de concreto. Eu acho que escrevi errado pelo tipo não é inauguração, é construção da primeira ponte de concreto da Estrada Dona Francisca, Ponte do Imigrante em Rio Negrinho. Tem gente que contesta que isso é Rio Negrinho, diz que é um pouco mais para frente, a ponte do Rio Preto, e pela explicação que me deram, pelos pilares, e pelo comprimento da ponte realmente não é a ponte do Imigrante de Rio Negrinho, é a ponte sobre o Rio Preto. (KORMANN, 2019, p. 10)

Fotografia 58 – Construção de ponte na Estrada Imperial Dona Francisca



Inauguração da primeira ponte de concreto da estrada Dona Francisca: Ponte do Imigrante em Rio Negrinho

Fonte: Kormann, 2019 / reproduzido pelo autor

A fábrica de móveis Cimo surgiu na narrativa quando uma fotografia com caminhões da empresa é avistada no livro.

Aqui, transporte de madeira para móveis Cimo. Era bem no centro de Rio Negrinho e chegou a ser a maior fábrica de móveis da América do Sul. Tinha filial em Joinville, no Rio de Janeiro, São Paulo e em Curitiba, e a fábrica grande, em Rio Negrinho, e eu escrevi um livro meio sobre isso. Aqui você pode ver tora de imbuia, e cada caminhão tinham um número. Tem alguns que tem uma cabine mais larga que foi feita para caber mais um ajudante dentro. (KORMANN, 2019, p. 10-11)

Fotografia 59 – Caminhões e trabalhadores da fábrica de móveis Cimo.



Os primeiros caminhões

Fonte: Kormann, 2019 / reproduzido pelo autor

As toras de madeira transportadas pelos caminhões e utilizadas na fábrica de móveis vinham normalmente de áreas de floresta da região que “esbanjavam madeira, aqueles pinheiros com 120 de diâmetro eu cheguei a ver” (KORMANN, 2019, p. 11). O corte das madeiras era feito manualmente, “a muque”, como afirma Kormann, e a serra utilizada era chamada “serra americana, acho que vinha dos Estados Unidos, era uma serra muito grande, bem feita” (KORMANN, 2019, p. 11).

A relação de Kormann com a história da Estrada e com as fotografias presentes em seu livro vão além da relação de historiador, pois sua própria história está relacionada ao tema, à paisagem e até mesmo à personagens, como carroceiro Miguel Mülbauer, conhecido como tropeiro loiro, que aparece na fotografia da página 21, de aproximadamente 1940.

Esse carroceiro aqui eu conheci, mas a gente era criança e não podia conversar com ele, *piazinho* não conversava com gente grande né, a não ser um “boa tarde”, e ele já passava a mão na cabeça da gente. Mas era amigo do meu pai e eu fui ao enterro dele, ele faleceu no dia do aniversário de 90 anos. A história dele é muito interessante. Ele foi levado aqui de São Bento quando era menino por tropeiros morenos que só sabiam falar português. Naquele tempo, isso eu cheguei ver, todos iam para roça pois todo mundo tinha que trabalhar, eu ia na aula, 1º ano primário e a tarde estava com a enxada na roça e não fazia mal nenhum, quando a gente se enjoava, os pais eram bons, mandavam sentar na sombra e as vezes a gente ia brincar trepando numa árvore, mas era alegria ajudar. E os pais levavam as crianças, às vezes pequenas na roça, e enquanto a mãe, o pai e os filhos maiores trabalhavam, para os nenéns faziam uma caminha dentro de um cesto, ou às vezes até no chão, mas geralmente dentro de um balaio de taquara e deitavam lá na sombra, quando chorava a mãe ia lá e dava de mamar. Acontece que esse tropeiro acordou dentro do balaio, menino, não sei se tinha talvez cinco, seis anos, e talvez procurando os pais, saiu andando pelo caminho do mato chorando e tropeiros com mulas que levavam e traziam frete de Joinville viram o menino no mato, sozinho, e dizem que eles estavam com pressa porque tinham nuvem negras e trovões e eles queriam chegar até Rio Negrinho, onde tinham acampamento, porque eles traziam por exemplo açúcar, que não podia molhar. Aí viram o menino e abandonar ele no meio do mato não podia, mas também, pra sair procurando os pais era complicado porque era um colono aqui, um colono lá, outro lá no meio do mato, aí decidiram levar ele junto. E quando ele tinha 12 anos passaram por aqui de novo, porque nem sempre viajavam para cá, às vezes iam para Blumenau, às vezes direto para Curitiba ou São Paulo, e acharam os pais, e ele não sabia mais nem falar alemão, mas dizem que aprendeu logo. Depois na guerra, com a perseguição dos alemães, muitos não sabiam falar português e o governo os jogou no mato, e ele salvou muito alemão de ir preso porque falava português. (KORMANN, 2019, p. 12-13)

Fotografia 60 – Carroceiros e carroções.

urgentemente, um destacamento com 50 praças para proteger os moradores de Joinville proceder um severo inquérito policial.” (in São Bento do Sul de Carlos Ficker).



Carroções descendo a serra. O da esquerda é Miguel Mülbauer o “Tropeiro Loiro”.

21

Fonte: Kormann, 2019 / reproduzido pelo autor

Ao ver uma fotografia onde aparece uma fila de carroceiros, Kormann afirma: “assim viajavam os carroceiros, geralmente um atrás do outro e também uma ou outra vez dava briga” (KORMANN, 2019, p. 14).

Fotografia 61 – Tráfego de carroças na Estrada Imperial Dona Francisca

Seminário em Rio Negrinho. Este acampamento deu origem à cidade de Rio Negrinho.



Transporte pela Estrada Dona Francisca

22

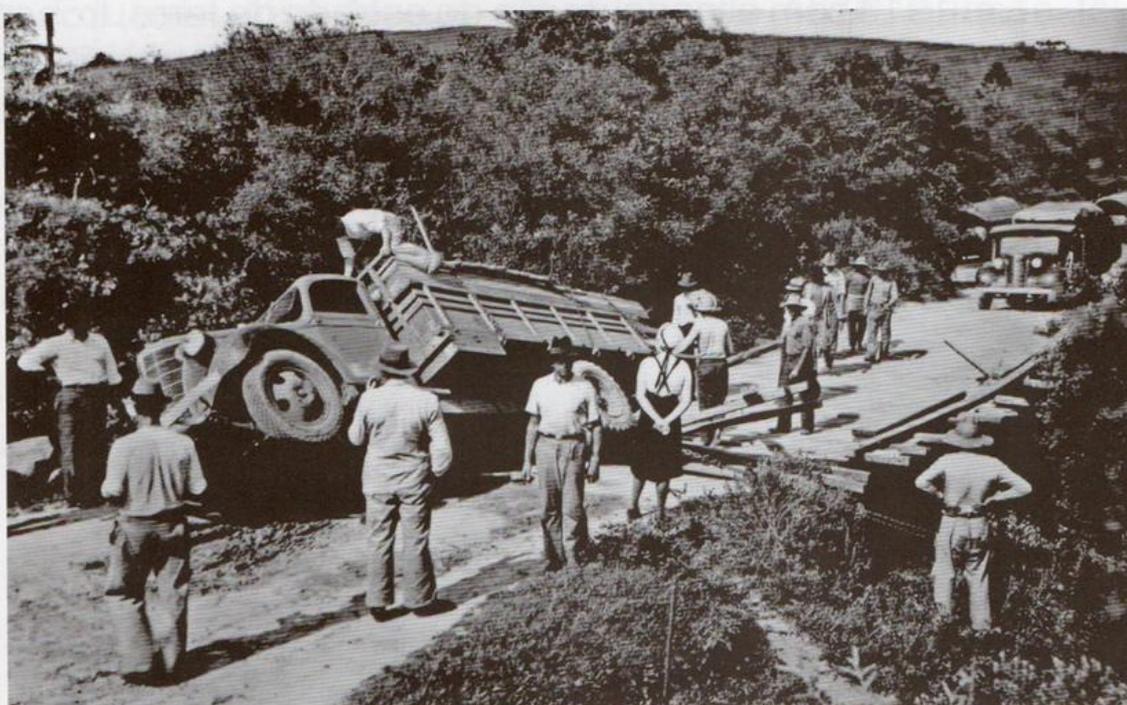
Fonte: Kormann, 2019 / reproduzido pelo autor

A fila de carroças o faz recordar que também havia desavenças entre os próprios carroceiros, o que “não era assim tão comum, mas acontecia”. Ele recorda de um caso específico envolvendo um carroceiro de sobrenome Schoereder, o qual,

não era mau, mas violento e se você ofendia, ele vinha pra cima mesmo. Esse Schoereder e dois carroceiros se encontraram, um subindo e um descendo, e no passar um pelo outro, às vezes estrada estreita, acho que o carroceiro rasgou a lona dele e ele ficou tão bravo que arrancou uma arma e atirou para dentro da carroça do outro, talvez não tinha a intenção de matar, mas matou. Ele foi preso, mas como ele era economicamente bem situado, se acertou com a viúva e pagou bem ela e a viúva perdoou ele, que foi solto, coisas daquele tempo né. (KORMANN, 2019, p. 14)

Uma fotografia da página 24 apresenta um acidente com um caminhão tombado sobre uma ponte, “esse aconteceu em Rio Negrinho, eu morava um pouco mais para frente, quebrou a ponte, aí o caminhão tombou” (KORMANN, 2019, p. 15).

Fotografia 62 – Acidente com caminhão sobre o rio dor Bugres



Acidente na ponte sobre o rio dos Bugres em Rio Negrinho

Fonte: Kormann, 2019 / reproduzido pelo autor

Ele comenta que situações assim deixavam os carroceiros bravos, “oh lá atrás, carroça e os cavalos parados, as vezes até sem beber, sem comer, até tirar o caminhão, e com recursos daquele tempo, descarregar o caminhão e daí colocar o *haebelaiter*” (KORMANN, 2019, p. 15). A palavra em alemão gera curiosidade e ele explica:

Era um macaco que eles faziam. Pegavam duas tábuas de imbuia sem defeito nenhum e geralmente grossa, aí tem furos em cima e em baixo, furos e pino de ferro. Então se colocam um pino aqui [exemplificando com gestos] e puxa a catraca, aí põe outro pino aqui e ergue, põe outro pino lá e vai subindo no gancho, porque na alavanca tem um gancho que você engata naquilo que você quer erguer. Por exemplo, eu cheguei a ver, não tem essa foto aqui, para carregar aquelas toras de imbuia enorme, a carroça era desmontável em duas por um pino central, então colocavam primeiro a carroça da frente e erguiam a tora só de um lado com a *haebelaiter*, daí empurravam a primeira parte da carroça para baixo e abaixavam a tora sobre a carroça, aí calçavam bem e iam na parte de trás, erguiam a tora com a *haebelaiter* e empurrava a segunda parte da carroça para baixo da tora, colocava o pino que une as duas carroças e daí abaixava a tora em cima. (KORMANN, 2019, p. 15-16)

Kormann soletra a palavra mas enfatiza com bom humor entre risos: “isso é um dialeto bárbaro e de um dialeto para o outro muda, então se alguém reclamar diz que foi um bobão lá de Rio Negrinho” (KORMANN, 2019, p. 16).

Após a entrevista, Kormann solicitou uma carona até a oficina mecânica onde estava seu carro e no caminho perguntou: “você sabe porque a Estrada se chama Dona Francisca?” complementando em seguida: “porque naquele tempo se falava do lugar para onde as estradas levavam, e como esta ia para a Colônia Dona Francisca, falavam: ‘a estrada que vai para Dona Francisca, a estrada da Dona Francisca’ até ficar só Estrada Dona Francisca”. Ele também confessou que em sua infância, como morava próximo à Estrada, ficava bobo quando alguém parava para perguntar se estava perto da Estrada Dona Francisca, pois achava que a Estrada recebia esse nome por causa de sua mãe, também Francisca.

Fotografia 63 – Avós (sentados ao centro) e tios de Bernadete em frente à residência da família



Fonte: Acervo da família Gonçalves Peyerl / reproduzido pelo autor

Essa fotografia aqui foi na época quando o meu vô comprou. Nessa janela ali era o local de alimentação e ali subia a escada também que ia pro sótão. Da esquerda pra direita, o primeiro menino é o tio Alceu, aí Orlando que é o meu pai, o tio Álvaro, a tia Carlota e a tia Bartira. As meninas são a tia Ita e a tia Diva. Aí a vô Elvira Fernandes Gonçalves e o vô Armindo Augusto Gonçalves. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 4)

No local onde funcionou o primeiro hotel de Rio Negrinho, às margens da Estrada Imperial Dona Francisca, atualmente habita a professora aposentada Maria Bernadete

Gonçalves Peyperl, mais conhecida como Bernadete, com seu marido e filhas. Um trecho da Estrada localizado no Centro da cidade que teve sua nomenclatura alterada para Rua Dom Pio de Freitas.

A instalação do Hotel Rio Negrinho data-se de 1880, fundado pela família de José Brey, sendo adquirida por volta dos anos 1940 pelo avô de Bernadete e posteriormente por seu pai que deixou a propriedade como herança para ela que habita no local desde os seus 10 anos de idade,

minha avó ficou doente e minhas tias moravam em Jaraguá, e por causa disso, ela tinha que vender, e como o meu pai ficou morando aqui, ele trabalhava na moveis Cimo, ele quis comprar a casa. Mas ele não tinha o dinheiro suficiente e o interessante é que minha mãe chegou e disse assim: “quanto que você precisa?” Daí ela foi lá e pegou, não é bem um cofrinho, é uma coisa de porcelana que ela tinha guardado, ela também foi professora de costura, bordadeira, e ela disse assim, *tá* aqui o dinheiro pra completar. E com esse dinheiro eles compraram o prédio antigo que foi do primeiro hotel de Rio Negrinho. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 1-2)

Quando seu pai adquiriu a propriedade, ela ainda possuía suas características originais em madeira e precisou ser reformada, ganhando a estrutura que permanece até os dias atuais. No período, também

já tinha sido construído o novo hotel central, aqui no centro da cidade, e aqui funcionou um período como uma pensão e também tipo de um barzinho que com o tempo começou a ser um armazém pois minha mãe começou a trazer produtos de São Paulo para vender e ela também costurava calças, camisa e fazia todo tipo de roupa, bordados, tudo isso. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 3)

Após a desativação do hotel o prédio “serviu de igreja e aqui funcionou a escola Marta Tavares. Mas quando nós viemos morar pra cá a escola atual já tinha sido inaugurada. Minha vó e minhas tias foram professoras ali onde eu também lecionei e fui aluna” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 3).

Bernadete possui memórias da paisagem no entorno e principalmente na área da propriedade, com riqueza de detalhes que são emergidos conforme as fotografias são observadas:

nós tínhamos aqui o famoso o pé de carvalho, que agora ele está maravilhoso, majestoso, e tínhamos o pé de cinamomo também, mas uma vez deu um vendaval muito grande e derrubou porque já era uma árvore centenária. Nos fundos da casa também tinha quatro lugares para a criação de porcos e na outra parte, criação de galinha e de peru. E tinha as patentes, uma masculina e outra feminina e também tinha duas casinhas, porque muitas vezes vinha pessoal de São Paulo e de outros lugares pra trabalhar na Cimo e traziam seus familiares, e eles moravam um tempo nessas duas casinhas. Ali nós brincávamos de casinha, era bem legal, bem divertido. São coisas legais que mais tarde, com o tempo, foi modernizando. Tinha aquele chuveiro de latão para tomar banho, era muito legal, era simples, a casa quase caindo, mas olha, era uma coisa assim, maravilhosa. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 2).

Nos fundos da casa também eram amarrados os cavalos das pessoas que

vinham para a missa de carroça do interior pela estrada Dona Francisca e aqui eles lavavam o pé com água fresca e tinha muitas lendas também, muitas eu não lembro, mas uma dela era que tinha uma sacola de ouro embaixo de uma árvore aqui. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 5-8).

Fotografia 64 – Carvalho nos fundos da casa da família Gonçalves Peyerl



Fonte: Acervo da família Gonçalves Peyerl / reproduzido pelo autor

Ao falar dos fiéis que vinham para a missa pela Dona Francisca, uma memória da infância é ativada, de

quando a gente era criança e era feliz da vida, porque nós vínhamos na casa do vô, que era na estrada Dona Francisca, que era de uma princesa, e eu pensava naquelas coisas de contos de fadas que tinha na época e era interessante, a gente ajudava arrumar a mesa pros pensionistas e as pessoas que vinham pela estrada também, e tinha aquelas sobremesas já nos potinhos e

era tudo assim diferente, uma coisa assim fora do comum, que hoje em dia não sei se as pessoas entendem a alegria e a felicidade que era naquela época. E o tio Armindo, comendador irmão do vô era de Joinville, e meu avô sempre contava também da casa grande que ele tinha lá na rua das Palmeiras, então quando eles vinham visitar, a tia era toda cerimoniosa, com todas aquelas etiquetas, uma coisa assim bacana, mas era uma coisa não real sabe. E a casa da vô era como eles falavam, aquelas mesas grandes, a cozinha grande, tudo grande sabe, então a gente se sentia uma princesa, sei lá. Não sei se é coisa de criança, mas é uma coisa que marcou muito esse ambiente, porque a casa era grande e lembrava os palácios que na parte de cima tinham janelas e portas e aqui também era janelas e portas, então isso fica na lembrança, então, sei lá, eu fico com essas lembranças assim, sabe, do paraíso. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 5-7).

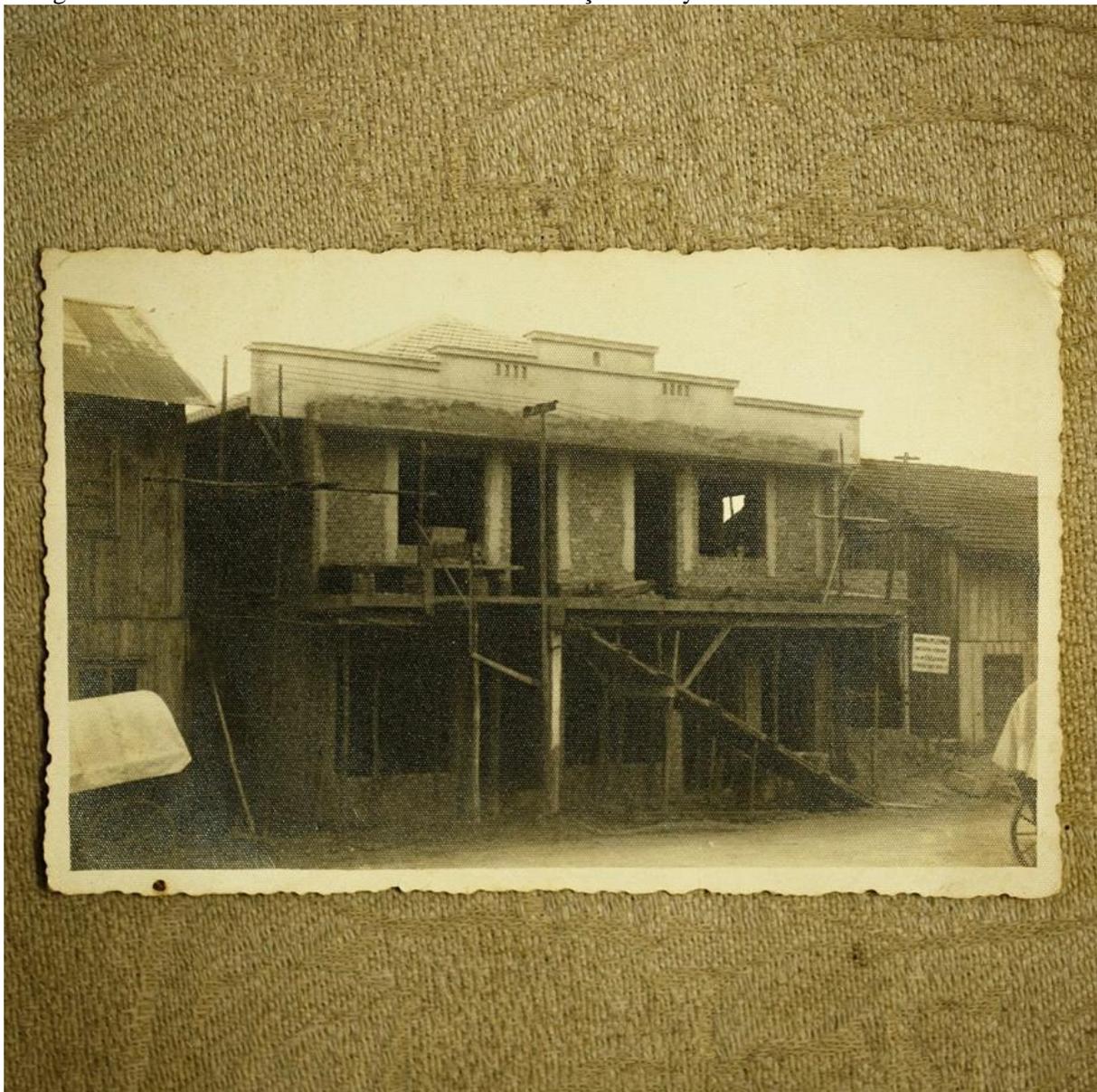
Sensações de quando ainda não habitava na residência que era de seus avós e que depois da mudança da sua família para o local para passou a ter outra emoção “porque as coisas eram totalmente diferentes. A parte que era do salão já tinha as divisórias de quando teve o tufão e a escola alemã junto com a igreja ela vieram funcionar aqui, daí eles dividiram” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 7).

Outra memória ativa da infância é do buraco no assoalho da dispensa que gerava curiosidade até descobrir que no prédio

tinha cinema mudo no final de semana. Vinha um senhor de fora numa caminhonete e colocava ela no fundo da casa, embaixo do assoalho e ali colocava tirava o pneu e fixava na roldana da filmadora, daí ele ligava o carro e ficava rodando a parte de cima pra funcionar o filme mudo. E quem fazia a parte musical, era o seu Curt Weick, pai do Bibi Weick, nosso fotógrafo famoso aqui de Rio Negrino. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 7-8)

O pai de Bernadete comprou a residência quando ela tinha treze anos de idade, e ela lembra que logo em seguida seu pai começou a reformar o prédio e que “a parte da frente foi demolida porque estava muito deteriorada quando nós viemos” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 8).

Fotografia 65 – Reforma na residência da família Gonçalves Peyerl



Fonte: Acervo da família Gonçalves Peyerl / reproduzido pelo autor

Os ambientes do período de sua infância são relatados com nitidez: “No corredorzinho, do lado direito era o meu quarto e da minha irmã, e do outro lado era o quarto do meu irmão, onde tinha um alçapão” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 8). Alçapão que a faz lembrar de outra história relacionada à propriedade:

à noite, desde os antigos donos, eram pegos os pombinhos a noite no sótão pra levar no hospital pra fazer sopa e nós continuamos a fazer isso também. Fazíamos a noite porque, se pegasse durante o dia, poderíamos pegar alguma que estava chocando, e a noite a gente sabia que as que estavam no ninho não poderia pegar. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 8-9)

Dos três irmãos, Bernadete foi quem ficou residindo em Rio Negrinho e consequentemente permaneceu na propriedade de seu pai, isso porque sua vó teve um problema de saúde e

cada família de tinha o período de atende-la em Jaraguá. Então como eu tinha terminado o ginásio eu fiquei estudando aqui em Rio Negrinho, fiz contabilidade e minha irmã foi para Jaraguá ajudar a cuidar da vó. Continuei morando aqui porque o Gerson, meu irmão foi estudar em Curitiba e como minha outra vó, a Maria, morava lá e ela era sozinha e ela tinha tipo um pensionato também, ele foi morar com ela e lá ele ficou. Daí eu fiquei e como já estava namorando, acabei casando e morando aqui. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 9-10)

Seu Orlando, pai de Bernadete trabalhava na fábrica de Móveis Cimo e costumava guardar muitas fotografias da empresa, as quais ainda hoje estão com a família. Ela recorda também que para ele “tudo era motivo pra festa”, por isso também há muitas fotografias de confraternizações, “do clube de bolão, da construção do hospital, meu pai estava sempre envolvido” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 13).

Fotografia 66 – Caminhões da fábrica de móveis Cimo em frente à fábrica.



Fonte: Acervo da família Gonçalves Peyerl / reproduzido pelo autor

O acervo de fotografias que pertenciam ao pai de Bernadete também é repleto de imagens da cidade de Rio Negrinho e arredores, obras, ruas, festas, inaugurações, como a da primeira ponte de concreto construída na Estrada Imperial Dona Francisca.

Fotografia 67 – Inauguração da ponte sobre o Rio Preto



Fonte: Acervo da família Gonçalves Peyerl / reproduzido pelo autor

A família de Bernadete costumava fazer piqueniques em Rio Negrinho e também em outras cidades, ao ver uma das fotografias de um piquenique ela recorda:

Você sabe que tudo isso faz bastante falta. Meu Deus como nós fazíamos piquenique, ia a família, conhecidos, vizinhos. No domingo a gente ia na missa, dava tempo de chegar em casa fazer o almoço e as duas horas estava tudo prontinho, as famílias todas saindo, trocando mudas de flor, verduras, legumes, tudo isso, experiências, receitas de bolos. Antigamente, tudo era motivo pra encontro, pra família. Nós saíamos daqui e a gente passava pela estrada Dona Francisca, íamos lá pro lado da pedreira e não tinha problemas como nos dias de hoje que você não pode quase mais sair. (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 16-17)

Fotografia 68 – Piquenique na região de Rio Negrinho



Fonte: Acervo da família Gonçalves Peyerl / reproduzido pelo autor

O lazer também acontecia em frente de casa, no período em que a Estrada ainda possuía pouco trânsito e que era possível jogar futebol, vôlei, “nós só tínhamos que dar licença pra passar cavalo e as carroças. Também brincávamos de esconder, de subir nas árvores, fazia balanço” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 24). Na narrativa de Bernadete as fotografias que ela possui a fazem recordar do tempo de “sonhos, daquela coisa boa e gostosa, da lembrança dos filhos da gente correndo aqui na rua, brincando. Os vizinhos se reunindo aqui na garagem ou atrás no terreno pra tomar chimarrão” (GONÇALVES PEYERL, 2019, p. 26).

O trecho que atualmente se localiza o Moinho Catarinense, em Mafra, não é mais chamado de Dona Francisca e sim, Avenida Nereu Ramos. Mas foi na singela estrada de terra construída para ligar o planalto norte de Santa Catarina à Colônia Dona Francisca que a história do moinho e da família Werner teve início, com a vinda do avô de Egon Werner para Mafra.

Egon, nascido em 1964, viveu boa parte de sua vida no trajeto da Estrada,

os meus pais moravam aqui já, na avenida que pertencia ao traçado antigo da Dona Francisca, então eu passei a minha vida toda aqui, fiquei fora apenas alguns anos quando estava na faculdade em Curitiba, mas quando retornei continuei morando na mesma rua. Eu morava numa casa na época de solteiro e agora moro num apartamento em frente ao moinho, 200 metros mais adiante de onde eu morava antes. Então, moro nessa região desde sempre. (WERNER, 2019, p. 1-2)

Fotografia 69 – Egon Werner retornando da aula, na entrada da casa de seus pais.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

Seu avô Hugo Werner nasceu na região de Itajaí e em 1915 subiu a serra com alguns irmãos em direção ao planalto norte catarinense em busca de novas oportunidades, encontrando em Mafra, que no ano de sua vinda ainda pertencia à Rio Negro/Paraná, mais especificamente à beira da Estrada Dona Francisca, uma oportunidade de retomar sua vida profissional e mais tarde empreender,

ele acabou subindo a serra imaginando chegar talvez em Porto União, União da Vitória, e acabou chegando e se estabelecendo aqui em Rio Negro na época. Permaneceu algum tempo trabalhando como auxiliar em barricarias, que era uma atividade econômica bastante forte na região por conta da erva-mate, pois as barricarias eram utilizadas para exportação de ervas, elas serviam de embalagem. E, em pouco tempo ele acabou comprando uma barricaria de um ex empregador dele, e com isso ele foi crescendo, tendo várias unidades de fabricação de barricarias na região. (WERNER, 2019, p. 2)

Foi com as barricarias que Hugo Werner “criou seus filhos e manteve a família toda”, constituindo-a na região onde os pais de Egon também puderam se estabelecer e criar os filhos.

Na época ele [Hugo Werner] acabou casando-se com a Ana Hosbeck e teve nove filhos desse casamento. Ele tinha a principal barricaria na Rua Dona Francisca, onde hoje é o moinho, nesse mesmo espaço aqui, nesse mesmo lugar, isso aqui pertencia a área dele. Em 1937 ele ficou viúvo, e em segunda núpcias ele casou com a minha vó, com a Marta Sommer Werner, e eles tiveram então mais três filhos, o meu pai, Günther, o Hugo Werner Filho e o Osmar, então ele teve no total doze filhos. Meu pai acabou casando com a minha mãe Renati e construíram a sua casa também aqui na Nereu Ramos, na antiga Estrada Dona Francisca, na época que era o traçado antigo ainda, até que a casa hoje ela é um pouco mais afastada, não no alinhamento da rua em função de que o traçado da rua acabou mudando um pouco. (WERNER, 2019, p. 2)

Fotografia 70 – Hugo e Marta com os filhos, Hugo, Osmar e Günther.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

A atividade das barricarias manteve-se forte até o período da Segunda Guerra Mundial, quando

houve toda uma mudança no cenário econômico mundial, tendo seu efeito aqui também. O segmento de barricaria começou a entrar em declínio por que começou a se exportar erva não mais em barricas pois elas se tornaram bastante caras, e com isso começou-se a ensacar a erva em sacaria de ráfia, em sacos de couro, havia várias opções, mas principalmente ensacado. Então isso foi diminuindo, não se via mais longevidade nas barricas pra essa serventia. (WERNER, 2019, p. 3-4)

Neste período, o avô de Egon começou a pensar em alternativas para substituir o segmento em declínio,

o meu avô sempre foi bastante empreendedor e foi buscar algo que fosse viável, que tivesse consumo, que fosse algo que pudesse assegurar um futuro. E na visão dele era o ramo alimentício ou têxtil. Como ele veio de criança do berço têxtil de Santa Catarina que é essa região de Brusque, então ele levou isso em consideração, mas aí surgiu em conversa com muitos amigos de época a ideia da construção do moinho de trigo. Existiam pequenos moinhos coloniais, como existiam em toda Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, trazidos pela imigração alemã, italiana, polonesa, ucraniana, mas eram coloniais, sem muita tecnologia. Então surgiu a ideia, em contato com fabricantes de máquinas de moinhos da Alemanha, e ele resolveu construir com recursos dele e de alguns amigos que se tornaram sócios da empresa na época. Construiu-se esse moinho em 1951 com uma capacidade de moagem aí de quatro, cinco toneladas por dia, construído na época na Dona Francisca que era a principal entrada da cidade. (WERNER, 2019, p. 4)

Com o tempo, as barricarias de Hugo Werner foram sendo fechadas, mas Egon recorda com orgulho que seu avô manteve a última barricaria aberta até que o último barriqueiro se aposentar, pois “ele não quis demitir ninguém, então ele manteve a atividade até que ela acabou” (WERNER, 2019, p. 4).

Fotografia 71 – Estrutura inicial do Moinho Catarinense com os galpões onde funcionava a barricaria de Hugo Werner aos fundos.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

Egon identifica uma forte conexão com a área onde hoje está localizado o moinho e também onde ainda habita, “acaba sendo uma ligação bastante grande com essa área, porque meu pai assim como eu, nasceu aqui nessa avenida e morou a vida toda aqui. E como ele, estou todo esse tempo trabalhando na indústria também localizada aqui” (WERNER, 2019, p. 2). O local antes ficava afastado da cidade, tendo a Estrada como único trajeto de locomoção para a família ir até a cidade e também para se deslocar para as cidades próximas

em Santa Catarina, “esse acesso é antigo e era o único caminho que tinha saindo da cidade. Hoje estamos um pouco mais próximos, mas quando eu era pequeno morávamos longe do centro, e aqui era a saída da cidade” (WERNER, 2019, p. 3), recordou Egon salientando que a propriedade não foi deslocada, mas com o crescimento da cidade, a área urbana veio ao seu encontro, e ainda hoje para “quem vem do sul é a principal entrada da cidade” (WERNER, 2019, p. 3).

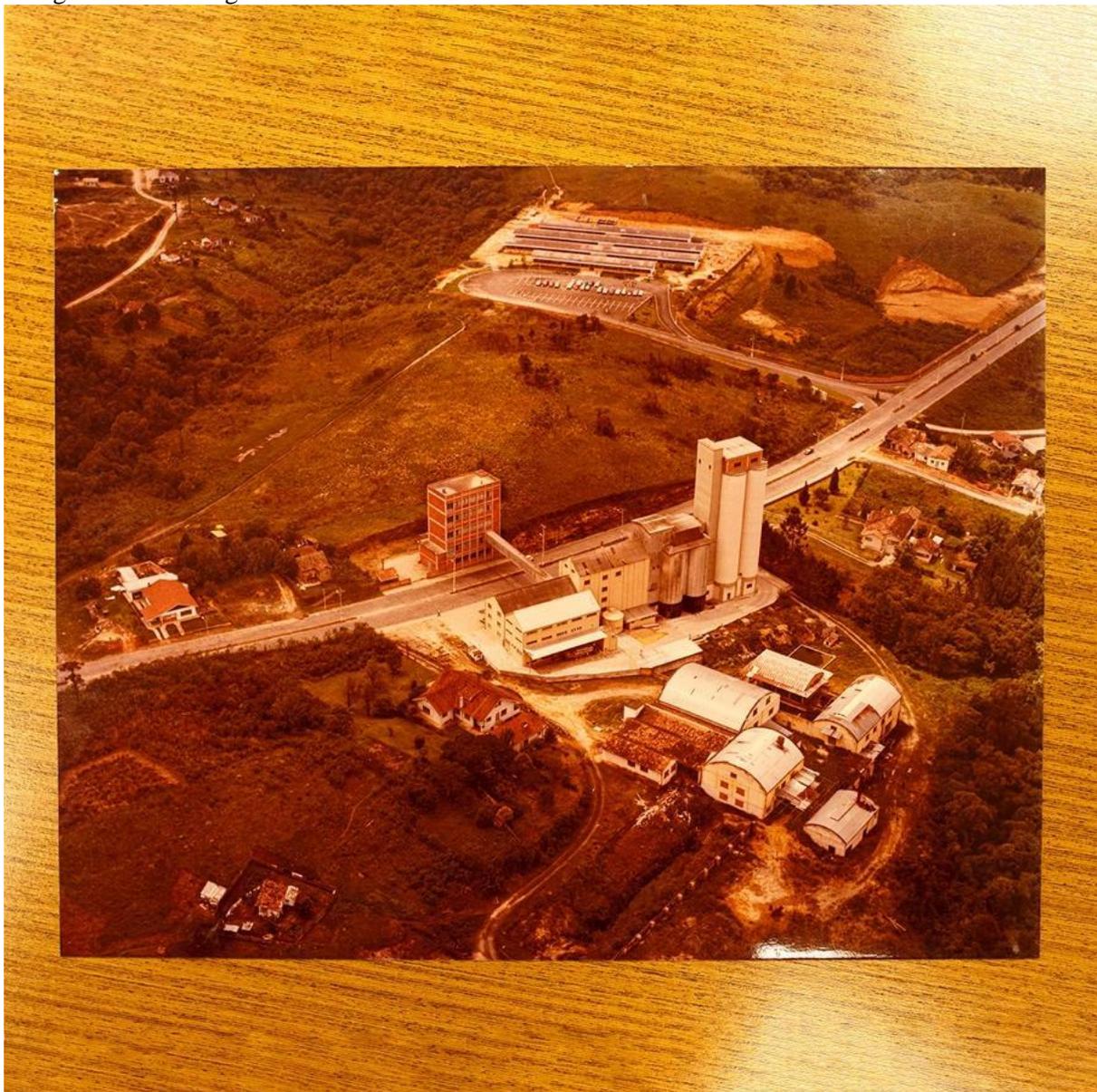
Seu avô e alguns de seus familiares também residiam próximo à área onde hoje se localiza o moinho,

a residência que era do meu avô era uma residência grande de madeira e como ele teve a ideia do moinho já quase com 60 anos, logo ele construiu um sobrado um pouco mais no centro e morou lá. A casa antiga foi desmontada e remontada parcialmente num outro terreno onde uma filha dele foi morar, e nesse espaço um filho construiu uma casa e meu pai construiu a casa também. Isso era uma área grande, era interior, tinha essa rua principal e desse lado, no caso, direito da avenida, de quem vem do centro, era uma área bastante grande onde tinha árvores, lavoura e gado. Isso depois foi sendo dividido entre os herdeiros e alguns foram vendendo áreas. (WERNER, 2019, p. 4-5)

Apontando uma fotografia aérea em que a Estrada aparece calçada com paralelepípedos e o moinho com algumas ampliações, Egon recordou que

a parte central dessa área é onde hoje tá instalado o moinho. Meu pai morou aí [apontando na foto a casa à direita do moinho] e adquiriu uma área dessas ao lado aqui, onde ele construiu a casa dele em 1962, 63 e lá ele viveu até a morte. Faleceu bastante novo, em 2003, e essa casa ainda existe. Mas a do meu avô não existe mais. (WERNER, 2019, p. 5)

Fotografia 72 – Fotografia aérea do Moinho Catarinense e arredores.

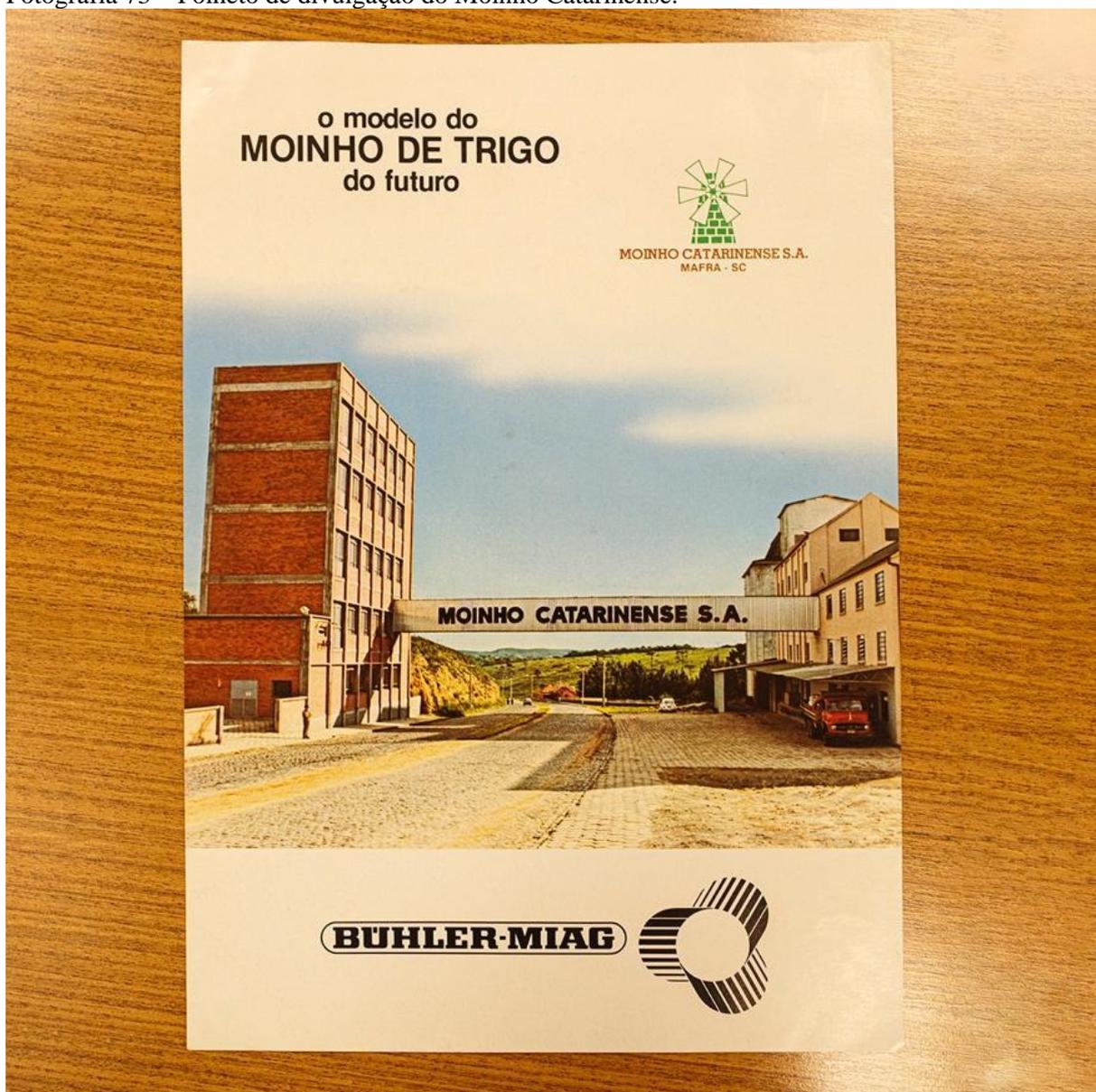


Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

Observando a mesma fotografia, recordações sobre o traçado da Estrada emergiram: “aqui ela não mudou em nada o traçado, mas logo pra baixo já houve uma mudança e aqui onde era a casa do meu pai a Dona Francisca fazia uma curva, ela entrava para cá, depois vinha, fazia outra, ela era bem sinuosa” (WERNER, 2019, p. 5–6). Assim como, as recordações sobre o período em que, por não haver mais terras disponíveis no entorno de moinho, foi necessário realizar uma ampliação no outro lado da Estrada, construindo também uma passarela de ligação entre os dois prédios, a qual destaca-se e atrai a atenção de quem

entra na cidade por este trajeto. A ampliação realizada no outro lado da Estrada aconteceu em 1975, “o moinho adquiriu esse terreno aqui da frente, pode-se ver que era um barranco bem alto e a rua passava mais alta também, então foi se rebaixando isso aqui e foi feito a construção do moinho” (WERNER, 2019, p. 6).

Fotografia 73 – Folheto de divulgação do Moinho Catarinense.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

As fotografias nas quais a Estrada ainda mantém sua estrutura original, emergem na memória de Egon o período de sua infância em que “essa estrada era de terra e horrível, ruim, empedrada, chovia, enchia de buraco, era muito ruim, levou muito tempo pra que houvesse

a pavimentação dela, eu devia ter uns 12 anos, em 76, 75, foi logo depois disso” (WERNER, 2019, p. 7), salienta apontando o folheto de divulgação do moinho.

Do período da infância e adolescência, ele recorda que a Estrada sempre foi muito movimentada,

isso era uma coisa que chamava a atenção da minha mãe principalmente, era entrada e saída e tinha um movimento bastante grande, e como não era pavimentada, no final da tarde era uma nuvem de poeira. Era movimentada, hoje muito mais obviamente, mas era uma rua que tinha um trânsito bastante grande, então tinha que se tomar um pouco de cuidado porque hoje ela é uma avenida relativamente larga, com canteiro no meio, e antes ela era estreita, e era uma via só. (WERNER, 2019, p. 7)

A paisagem de sua infância também é evocada a partir das fotografias que mostram uma região bastante rural,

como eu morava numa área que tinha 11000 metros quadrados, então, nós não tínhamos vizinhos diretamente próximos, eram tudo áreas grandes de lavoura, de criação de gado, não tinha loteamento e poucas áreas próximas tinham uma sequência de casas, havia muitos espaços vazios. A gente não tinha muito contato com vizinhos, e uma particularidade é que até os seis anos eu não falava português então, a gente mantinha muito contato com primos, com os avós, eles vinham brincar lá em casa e a gente ia na casa da vó final de semana. Brincávamos muito no mato aqui atrás onde tinha um córrego, uma nascente que é aqui nos fundos do moinho mesmo, e passava por trás da casa que era dos meus pais. (WERNER, 2019, p. 11-12)

Fotografia 74 – Fotografia aérea do Moinho Catarinense.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

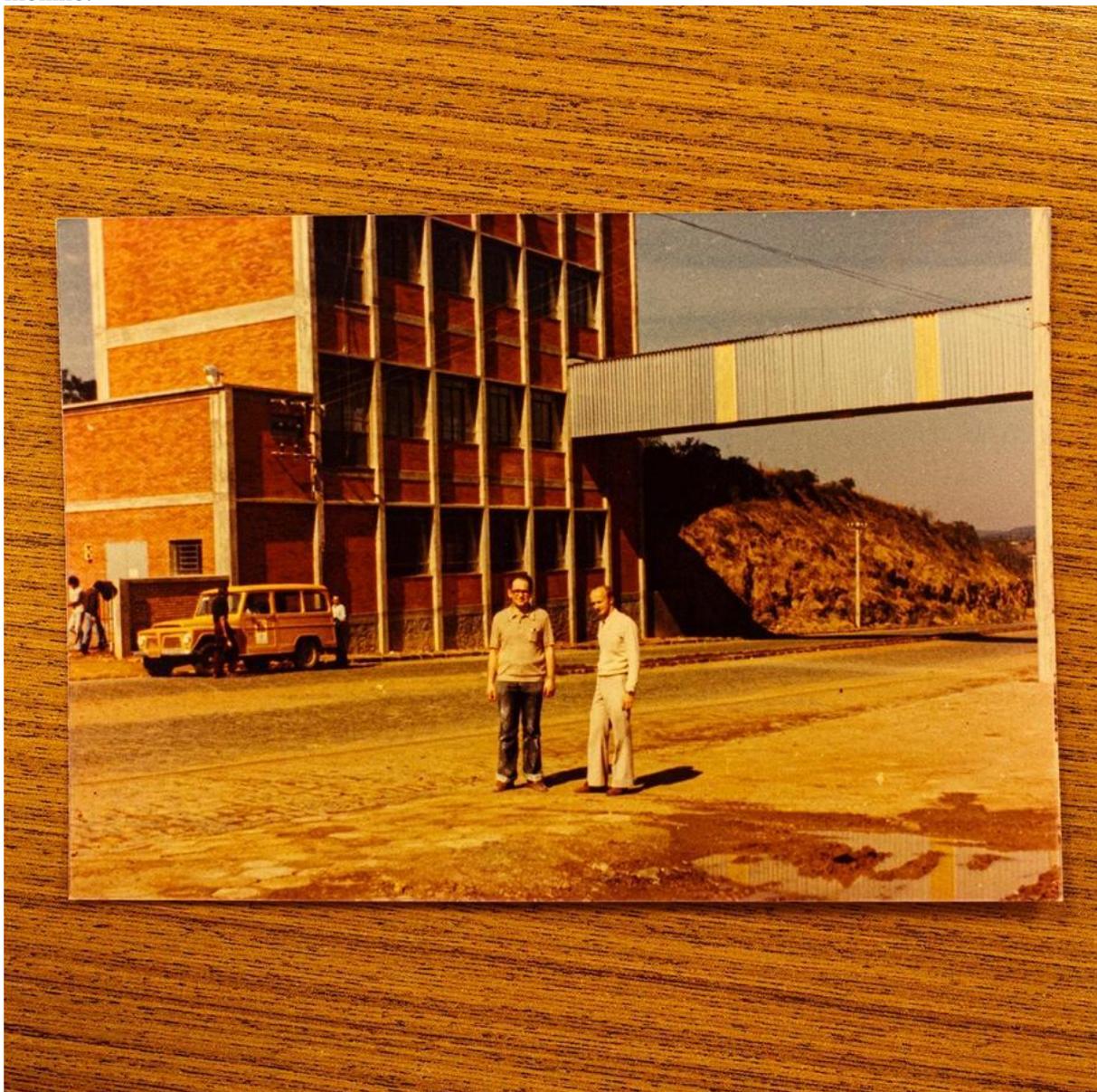
A Estrada Imperial Dona Francisca sempre foi de fundamental importância para o desenvolvimento do moinho, considerando que no início de suas atividades grande parte do trigo processado no moinho chegava pela Estrada, vindo de Joinville onde ancoravam as embarcações trazendo trigo principalmente da Argentina.

Aí subia a serra em caminhões pequenos, um caminhão trazia talvez cinco toneladas de trigo ensacado, e era uma viagem longa. Eu lembro quando a gente ia pra praia, o que hoje a gente faz em duas horas e quarenta até Piçarras, que é a praia que a gente vai, quando era criança levava seis horas. Ai na medida em que a serra foi melhorada o tempo foi diminuindo, mas eu ainda me lembro do traçado antigo da serra com muito mais curvas. E em relação à vinda de matéria-prima, vinha na época um volume importante de lá, só que aquilo que hoje faria duas

viagens num dia, eu acho que uma viagem dessa entre ida e volta eram dois dias pelo menos. Essa estrada realmente foi utilizada por muito tempo, e hoje o mercado catarinense que nós atendemos é principalmente o planalto norte aqui, mas, tudo o que vai para Joinville ou mesmo vai a Jaraguá do Sul tem como trajeto ainda uma boa parte da Dona Francisca. (WERNER, 2019, p. 12–13)

Em uma das fotografias, o pai de Egon posa para a foto juntamente com um montador alemão chamado ao Brasil para montar algumas máquinas na unidade do moinho construída do outro lado da Estrada, durante o período da Guerra Fria, “esse engenheiro uma vez me chamou muita atenção porque a cada semana ele tinha que reportar onde ele estava e o que que ele estava fazendo, era todo um controle da parte comunista” (WERNER, 2019, p. 8). A mesma fotografia desperta a lembrança que “exatamente durante a construção do moinho foi feito o pavimento, você pode verificar que na foto anterior não tinha nada e aqui o moinho está pronto e ela está pavimentada” (WERNER, 2019, p. 9).

Fotografia 75 – Günther Werner e um montador vindo da Alemanha para instalar equipamentos no moinho.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

No início das atividades do moinho, a maior parte da produção era comercializada na região e também havia troca com pequenos produtores, mas “como não era um moinho colonial e sim industrial, então o produtor trazia os sacos de trigo e trocava por farinha, mas não era mais daquela forma colonial onde ele levava aquele seu próprio trigo moído de volta” (WERNER, 2019, p. 13). Os avanços tecnológicos e a transição para o período moderno estão visíveis em uma fotografia na qual alguns veículos trafegam na Estrada enquanto uma

carroça, provavelmente de um pequeno produtor da região, aparenta estar parada, em frente ao moinho.

Fotografia 76 – Fotografia aérea do Moinho Catarinense.



Fonte: Acervo do Moinho Catarinense / reproduzido pelo autor

Moinho e Estrada partilham um histórico de evolução muito próximo. Enquanto a família Werner desempenhou esforços para o desenvolvimento de seu empreendimento, o mesmo acontecia com a estrada, principalmente a partir da década de 1970 quando as alterações em ambas as estruturas, da indústria e do trajeto aconteceram de forma significativa, alterando consideravelmente a paisagem no entorno.

## TRAJETO EM EXPOSIÇÃO

No pensamento de René Passeron, “l'auteur n'est pas toujours une personne individuelle, et l'oeuvre n'est pas toujours un objet matériel” (1994, p. 99). Esta pesquisa é decorrente dessa visão, pois foi articulada em parceria com os habitantes da Estrada, colaboradores que cederam fotografias e relatos de memória, a partir dos quais foi possível desenvolver cartograficamente “um plano de encontros e intensidades, constituídos por experiências reais no presente atravessando o dentro e o fora da autoria, da obra e da disciplinaridade” (MAROSO, 2015, p. 1315). Narrativas históricas que no entendimento de Passeron (1994) constituem uma obra coletiva que não se encerra nas transcrições aqui apresentadas, transcende o material pois é uma “criação contínua e coletiva de gerações sucessivas” (PASSERON, 1994, p. 94), visto que a Estrada ainda existe e os habitantes entrevistados e tantos outros continuam a habitar nela, assim como outros que mesmo não sendo habitantes da Estrada, ao verem as fotografias e as narrativas aqui publicadas, podem suscitar suas próprias experiências, uma vez que “a leitura da imagem é feita a partir de experiências acumuladas anteriores que se desdobram na memória, diante da imagem presente” (LEITE, 1993, p. 137), um movimento que estimula a extrapolação dos limites entre as fronteiras da observação, participação e criação.

Desta forma, ao considerar o fator movente desta pesquisa, proponho que ela não se encerre nestas páginas e tome forma de exposição onde reproduções de fotografias dos habitantes e fragmentos das transcrições literais das entrevistas por eles concedidas estão disponíveis para observação e interação do público. Uma vez que “o rizoma e a cartografia se apresentam como modelo de construção dos saberes que não está preso em nenhuma conclusão primordial” (MAROSO, 2015, p. 1316), as proposições históricas e culturais acerca da Estrada Imperial Dona Francisca deixam-se abertas para a colaboração de quem entrar em contato com as fotografias e narrativas acerca da Estrada ao permitir que outros, além do pesquisador, se coloquem no trajeto como viajantes que poderão cartografar a partir de suas experiências e perspectivas.

<sup>9</sup> “o autor nem sempre é uma pessoa individual, e a obra nem sempre é um objeto material” – Tradução livre.

Para esta dissertação evitamos trabalhar com um número redondo de entrevistas. Em nosso entendimento, dez narrativas iriam sugerir uma pesquisa finalizada e a proposta de trabalhar com o número nove é sugerir que a décima ainda está por acontecer, e ela pode ser a narrativa emergida na memória de quem a lê ou do observador da exposição.

Cabe ressaltar que a descrição que se segue é realizada do ponto de vista da poiética, campo do conhecimento cunhado pelo filósofo e historiador da arte René Passeron nos anos 1950 com base em textos da década de 1930 assinados pelo poeta e filósofo Paul Valéry. Neste campo, Passeron distingue

o ato criativo (produção) do resultado (obra acabada) e de sua contemplação estética (recepção). Esta emancipação da conduta criativa sobre outros valores atrelados à experiência da arte direciona-se ao envolvimento intrínseco do artista em face de sua obra. (MAROSO, 2015, p. 1312).

Segundo Maroso, a poiética prima “por procedimentos constituintes da ação criativa que instauram a obra, onde os efeitos sensíveis e estéticos misturam-se à usinagem da prática” (2015, p. 1313). Nela “o ato criativo é encarado como uma passagem do estado virtual (ideia, intuição) ao desejo de realização através de condicionantes técnicos e linguísticos” (MAROSO, 2015, p. 1314).

Em suma, a exposição se constitui de duas partes. Em uma delas, estão expostas imagens compostas por retratos dos entrevistados em preto e branco, sobrepostos por trechos de suas narrativas transcritas. Os retratos foram capturados após cada entrevista e a sobreposição do texto da transcrição é realizada em *software* de edição digital. O texto sobreposto ao retrato apresenta fragmentos da imagem do entrevistado em conjunto com fragmentos de sua identidade presente na narrativa, uma forma de apresentar o entrevistado através de duas linguagens – visual e verbal – as quais, quando sobreposta complementam-se, mas também exigem maior atenção na observação da obra para identificação do texto e do retrato.

Cada imagem recebe uma moldura dourada e por ela é transpassada a transcrição literal da entrevista de cada habitante com o propósito de representar o fazer historiográfico que no escrever história necessita realizar recortes, selecionando fragmentos que são emoldurados e expostos com maior ênfase. O texto excedente à moldura é impresso em papel com picote para que o público possa destacar e fazer uso dos trechos da transcrição. Os trechos impressos excedentes à moldura possuem o objetivo de instigar múltiplos desdobramentos acerca das narrativas ali transcritas, que na forma de rizoma podem

conectar-se com memórias dos observadores e produzir outras narrativas acerca da Estrada ou mesmo dos diversos temas percorridos nas entrevistas.

Na outra parte da exposição, uma instalação remete aos ambientes onde os entrevistados cederam suas narrativas, na maior parte, o ambiente de suas casas. Nela são expostas nas paredes e dispostas em caixas e envelopes, reproduções de fotografias cedidas pelos habitantes. Uma metalinguagem utilizada para apresentar não apenas o conteúdo iconográfico presente nas fotografias que impulsionaram as narrativas, mas também a ação do tempo, desgastes, rasgos, amassados e características do papel, gramatura, textura, acabamento, reproduzidos para indicar as características originais, mas com as limitações que os materiais atualmente disponíveis permitem. As fotografias expostas nesta seção da exposição são simulacros das fotografias originais apresentadas pelos habitantes, as quais não foram solicitadas para serem expostas pois acredita-se que em seu contexto original, elas possam maior valor de culto, como afirma Leite:

Retirada de seu contexto, onde é vista por um grupo restrito de pessoas que se conhecem de longa data e que identificam as imagens e lugares e se identificam com as fotos do álbum ou da parede, altera-se drasticamente a sua significação. [...] Podem perder alguma parcela de seu valor de culto, mas ganham outros significados que lhes são acrescentados ao valor de exibição. (LEITE, 1993, p. 178)

Portanto, considerando que a tecnologia atual possibilita reproduzir as fotografias com fidelidade e qualidade suficiente para suprir os propósitos da exposição e conseqüente acréscimo de significados, não se fez necessário retirar os originais do contexto original.

A seleção do que é exposto na parede e o que é guardado nas caixas e envelopes procura reproduzir os critérios observados durante as entrevistas, um hábito que “não deve ser entendido como um processo passivo, mas como uma atitude de significação em múltiplos níveis que implica em seleção e organização” (ANDRÉ, 2016, p. 218). Nas paredes comumente estão expostas fotografias relacionadas à eventos como casamento, primeira comunhão, aniversários, também fotografias posadas de integrantes próximos da família, filhos, pais, avós e até mesmo de vários integrantes em uma mesma foto, nestas imagens habitualmente as pessoas estão bem vestidas, principalmente se a fotografia tiver sido capturada em estúdio. Em residências localizadas no interior das cidades também é comum encontrar nas paredes fotografias aéreas da propriedade. Para as caixas e envelopes vão todo o restante, fotografias do cotidiano nas quais os fotografados nem sempre estão com suas melhores roupas, fotografias de objetos, veículos, casas, paisagens, capturas em viagens, retratos de pessoas que possuem uma ligação afetiva um pouco mais distante do que o círculo

familiar próximo, amigos, colegas, parentes distantes. Nas residências do interior é bastante comum encontrar guardadas fotografias de animais utilizados para o sustento, vacas, galinhas, cavalos, e tanto nas casas do interior quanto nas regiões mais urbanizadas, é comum encontrar fotografias de animais de estimação, principalmente de cachorros e gatos. Vale ressaltar que as fotografias expostas tanto na ambientação quanto neste volume foram em grande parte voluntariamente apresentadas pelos entrevistados a partir da solicitação de fotografias que fossem relevantes em suas histórias, de seus familiares e que para eles representasse alguma conexão com a Estrada.

A exposição artística/cartográfica objetivou criar uma atmosfera de percepção, instituindo um espaço de experiência com o resultado da pesquisa. Como afirma Maroso, “a arte acaba por delinear mais processos de evento e dobraduras territoriais do que limites definitivos – dinamiza contextos, modifica formas vigentes da leitura e da ação” (2015, p. 1309). Pensamento que converge com a proposta rizomática desta pesquisa, que desde o início propõe formas de ampliar a percepção sob determinada cultura a partir do movimento de fotografia rizomática. Propor uma exposição como forma de ampliar - em um deslocamento contrário ao fechar – os resultados de uma pesquisa é um modo de dinamizar o contexto dos trabalhos acadêmicos/científicos, nos quais é habitual haver como resultado um “conhecimento de caráter explicativo”, em contraponto com a proposta artística na qual não há “parâmetros lógicos e precisão matemática, não é mensurável, sendo grandemente produzida e assimilada por impulsos intuitivos” (ZAMBONI, 2001, p. 28).

O resultado desta pesquisa, compreendido como o conteúdo deste volume e a exposição que a complementa, produzem um “pseudo-sujeito”, “*sorte de personne plus ou moins matérielle, ayant ses droits propres (celui notamment d’être conservée dans un patrimoine), et qui nous donnerait, en cas de disparition, le sentiment du deuil*”<sup>10</sup> (PASSERON, 1994, p. 103).

As reproduções das fotografias apresentadas pelos colaboradores nas entrevistas orais evocam tantas outras fotografias ainda desconhecidas publicamente que, armazenadas em acervos familiares guardam com e nelas, elementos potencializadores de memórias que

10 “tipo de pessoa mais ou menos material, com seus próprios direitos (principalmente o de ser preservado como um patrimônio) e quem nos daria, em caso de desaparecimento, a sensação de luto” – tradução livre.

podem acionar narrativas capazes de abrir brechas histórias. Estas reproduções fotográficas apresentam a *Estrada Imperial Dona Francisca*, exibida do ponto de vista de seus habitantes.

A fim de documentar e arquivar a exposição, foi produzido um vídeo de apresentação que pode ser acessado através do código QR disponível abaixo. Para realizar a leitura do código, basta ativar a câmera do celular e aponta-la em direção ao código, o aparelho realizará a decodificação e abrirá a página com o vídeo para apreciação. O vídeo também pode ser acessado através do link <https://youtu.be/pWhx63UW1D8> .

Código QR para assistir ao vídeo de apresentação da exposição.



Link do código: <https://youtu.be/pWhx63UW1D8>

## REFERÊNCIAS

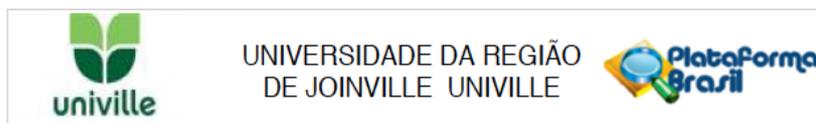
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALVITO, M. À sombra do jequitibá. In: **História Oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis/SC: UFSC, 2012. p. 333.
- ANDRÉ, R. G. As dimensões materiais da fotografia: cultura material e retratos de família. **História e Cultura**, v. 5, n. 2, p. 205–227, 31 ago. 2016.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.
- ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-128–128, 8 ago. 2016.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: Itatiaia, 1980.
- BAURET, G. **A fotografia: história, estilos, tendências, aplicações**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BENJAMIN, W. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 198–221.
- BRUNKEN, J. **Entrevista de História Oral**, 9 out. 2019. .
- BRÜSKE, H. **Entrevista de História Oral**, 25 nov. 2019. .
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- COSTA, L. B. da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, v. 7, p. 66–77, 2014.
- CUBAS, O. **Entrevista de História Oral**, 12 nov. 2019. .
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1
- DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9–25, 2003.
- DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **Pós**, v. 2, p. 204–219, 2012.
- FICKER, C. **São Bento do Sul: Subsídios para a Sua História**. s.l.: s.n., 1973.
- GONÇALVES PEYERL, M. B. **Entrevista de História Oral**, 25 nov. 2019. .

- GREIN, G. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. 1. ed. Joinville: Univille, 2012. v. 1
- GUIMARÃES NETO, R. B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. **História Oral, desigualdades e diferenças**, v. 1, n. 1, p. 333, 2012.
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- KORMANN, J. **Histórico da Estrada Dona Francisca: de Joinville por Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho a Mafra**. 2ª ed. s.l.: s.n., 2019a.
- KORMANN, J. **Entrevista de História Oral**, 21 nov. 2019b. .
- LE GOFF, J. Documento / Monumento. **História e Memória**, n. 4, 1996.
- LEITE, M. M. **Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paul, 1993. v. 9
- LEITE, M. M. Fotografia e memória: entrevista com Miriam Moreira Leite. **ANTHROPOLÓGICAS**, v. 20, p. 339–354, 2009.
- MAROSO, E. PLANOS DE AÇÃO: SOBRE A POIÉTICA E A CARTOGRAFIA. In: 24º Encontro do ANPAP, Santa Maria. **Anais...** In: COMPARTILHAMENTO NA ARTE: REDES E CONEXÕES. Santa Maria: 22 set. 2015.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, 2003. .
- PASSERON, R. Poïétique et histoire. **Espace Temps**, v. 55, n. 1, p. 98–107, 1994.
- PISKE, E. S. **Entrevista de História Oral**, 2 maio 2019. .
- PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos. **T e m p o**, v. 1, p. 9, 1996.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, n. 0, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 1 dez. 2018.
- PORTELLI, A. HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIAS. **Revista História & Perspectivas**, v. 50, p. 197–226, 2014.
- RANK MAIA, L. **Entrevista de História Oral**, 2 maio 2019. .

- ROLNIK, S. **CARTOGRAFIA ou de como pensar com o corpo vibrátil** Núcleo de Estudos da Subjetividade, 1987. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- ROUILLÉ, A. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac, 2009.
- SILVA, J. F. da. **Estrada Dona Francisca**. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.
- SIMM CLEMENTE, M. H. **Entrevista de História Oral**, 28 maio 2019. .
- SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- TERNES, A.; VICENZI, H. **Dona Francisca: Imperial Estrada da Serra**. 1. ed. Florianópolis: Letra D'água, 2001. v. 1
- URIARTE, M. Z. **Escola, Música e Mediação Cultural**. Curitiba: Appris, 2017.
- WERNER, E. **Entrevista de História Oral**, 12 nov. 2019. .
- ZAMBONI, S. **A Pesquisa em Arte: um paralelo entre arte e ciência**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Uma cartografia fotográfica da Estrada Imperial Dona Francisca: Memórias Reveladas

**Pesquisador:** DANIEL MACHADO

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 03565318.4.0000.5366

**Instituição Proponente:** FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.215.220

##### Apresentação do Projeto:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.160.252

##### Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.160.252

##### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador elaborou os critérios de inclusão e exclusão conforme solicitação do CEP.

##### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.160.252

##### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de utilização de voz foi enviado e está de acordo com a Resolução 466/12.

##### Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no site da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro  
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710  
UF: SC Município: JOINVILLE  
Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 3.215.220

#### XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sitio da Univille Universidade.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Uma cartografia fotográfica da Estrada Imperial Dona Francisca: Memórias Reveladas", de CAAE 03565318.4.0000.5366 teve sua(s) pendência(s) esclarecida(s) pelo(a) pesquisador(a) DANIEL MACHADO, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sitio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso <http://www.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062>

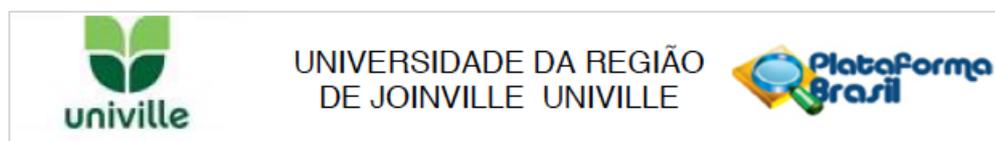
#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1236511.pdf	14/03/2019 17:20:06		Aceito
Outros	DanielMachado_Carta_Resposta2.docx	14/03/2019 17:19:31	DANIEL MACHADO	Aceito
Outros	autorizacao_imagem_voz.doc	27/02/2019 08:21:47	DANIEL MACHADO	Aceito
Outros	DanielMachado_Carta_Resposta.docx	17/01/2019 14:57:35	DANIEL MACHADO	Aceito
Outros	Roteiro.docx	17/01/2019 14:45:25	DANIEL MACHADO	Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro  
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710  
 UF: SC Município: JOINVILLE  
 Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 3.215.220

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EIDF.docx	17/01/2019 14:39:03	DANIEL MACHADO	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	14/11/2018 08:15:19	DANIEL MACHADO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	14/11/2018 08:14:43	DANIEL MACHADO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.pdf	30/10/2018 08:54:19	DANIEL MACHADO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOINVILLE, 22 de Março de 2019

---

**Assinado por:**  
**Marcia Luciane Lange Silveira**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro  
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710  
UF: SC Município: JOINVILLE  
Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetica@univille.br

## **APÊNDICES**

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE 2 – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

## APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### 1.1 Edith Schultze Piske

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Edith Schultze Piske está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.



Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu .....concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 02/05/19.



Assinatura do participante

## 1.2 Luciane Rank Maia

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Luciane Rank Maia está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

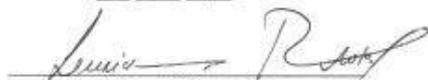
A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

\_\_\_\_\_  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu ..... concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 02/05/2019



Assinatura do participante

## 1.3 Maria Helena Simm Clemente

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Maria Helena Simm Clemente está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

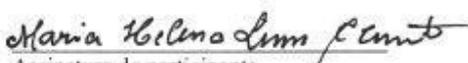
A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu Maria Helena Simm Clemente concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 28/05/19.

  
Assinatura do participante

## 1.4 Maria Bernadete Gonçalves Peyerl

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Maria Bernadete Gonçalves Peyerl está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu Maria Bernadete Gonçalves Peyerl concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 25/11/19.  
Rio Negro

  
Assinatura do participante

## 1.5 Hildegard Briske

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Hildegard Briske está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu Hildegard Briske concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 25/11/19  
São Bento do Sul

  
Assinatura do participante

## 1.6 José Kormann

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Jose Kormann está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu Jose Kormann concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville - 21/11/19  
São Bento do Sul

  
Assinatura do participante

## 1.7 Egon Werner

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Egon Werner está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

\_\_\_\_\_  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu Egon Werner concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 12/11/2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

## 1.8 Olivar Cubas

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você Oliver Cubas está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca a fim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

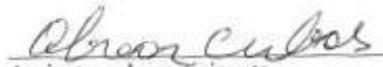
A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu Oliver Cubas concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 12/11/18.

  
Assinatura do participante

## 1.9 Jeanete Brunken

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você Jeanete Brunken está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS coordenada por Daniel Machado. O objetivo deste estudo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada.

Como participante desta pesquisa, você apresentará fotografias antigas ou não, de sua família que tenham alguma relação com a Estrada Imperial Dona Francisca, e contará histórias relacionadas a estas fotografias. A sua participação nesta pesquisa acontecerá entre (período a ser acordado com o entrevistado).

Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos.

Esta pesquisa tem como benefícios recuperar memórias sobre a história da Estrada Imperial Dona Francisca, principalmente acerca da relação de seus habitantes com as transformações da estrada, ampliando os olhares acerca das culturas existentes na região por onde ela passa.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador responsável por esta investigação é Daniel Machado, e você poderá entrar em contato com ele em horário comercial no telefone 47 98492-0092 ou 47 3207-2377, ou ainda pelo e-mail dmachado@univille.br.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

Estou ciente que, após o término da pesquisa, a gravação dos depoimentos será doada ao acervo do Laboratório de História Oral da UNVILLE.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com o participante.

\_\_\_\_\_  
Daniel Machado - Pesquisador Responsável

Consentimento de Participação. Eu .....concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, 09/10/19.

Jeanete Brunken  
Assinatura do participante

## APÊNDICE 2 – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

## 1.1 Edith Schultze Piske

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Edith Schultze Piske abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: Edith S. Piske

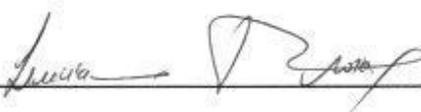
Joinville, 02 de maio de 2018

---

## 1.2 Luciane Rank Maia

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Luciane Rank Maia abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: 

Joinville, 02 de Maio de 2019

## 1.3 Maria Helena Simm Clemente

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Maria Helena Simm Clemente abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: Maria H. Simm Clemente

Joinville, 28 de maio de 2019

---

## 1.4 Maria Bernadete Gonçalves Peyerl

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Maria Bernadete Gonçalves Peyerl abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa “UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS”, cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: Maria Bernadete Peyerl

Joinville, 25 de novembro de 2019  
Rio Negrinho

## 1.5 Hildegard Briske

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Hildegard Briske abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: Hildegard Briske

Joinville, 25 de novembro de 2019  
São Bento  
do Sul

## 1.6 José Kormann

**AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ**

Eu, Josei Kormann abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: \_\_\_\_\_



São Bento do Sul,  
~~Joinville~~ 21 de novembro de 2019.

## 1.7 Egon Werner

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Egon Werner abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa “UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS”, cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Joinville, 12 de novembro de 2019

## 1.8 Olivar Cubas

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Olivar Cubas abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: Olivar Cubas

Joinville, 12 de novembro de 2019

## 1.9 Jeanete Brunken

## AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, Jeanete Brunken abaixo assinado (a) autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa "UMA CARTOGRAFIA FOTOGRÁFICA DA ESTRADA IMPERIAL DONA FRANCISCA: MEMÓRIAS REVELADAS", cujo objetivo é desenvolver uma cartografia fotográfica com relatos dos moradores que habitam o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca afim de conhecer a memória destes e suas relações com a estrada, coordenada pelo pesquisador Daniel Machado.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Joinville, 09 de outubro de 2019.

## AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Daniel Machado

RG: 4823426

Título da Dissertação: Fotografia Rizomática: o trajeto da Estrada Imperial Dona Francisca revelado na cartografia de memórias

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 23 de abril de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Machado', is written over a solid horizontal line.

Daniel Machado